

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva

**O SN NU OBJETO EM PORTUGUÊS:
UM CASO DE INCORPORAÇÃO SEMÂNTICA E SINTÁTICA**

Doutorado em Letras - Estudos Lingüísticos
Faculdade de Letras da UFMG
Belo Horizonte
1996

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva

O SN NU OBJETO EM PORTUGUÊS:

UM CASO DE INCORPORAÇÃO SEMÂNTICA E SINTÁTICA

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras - Estudos Lingüísticos.

Comitê Orientador:

Prof. Dr. Mário Alberto Perini (Presidente)

Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral

Profa. Dra. Maria Antonieta A. M. Cohen

Belo Horizonte

1996

DEFESA DE TESE

BANCA EXAMINADORA

Walter B. Perini
Walter B. Perini
Walter B. Perini
Walter B. Perini
Walter B. Perini

Belo Horizonte, 30 de setembro de 1996

Ao meu marido, JOSÉ OTÁVIO, incentivador constante, companheiro amoroso e, sobretudo, amigo solidário em todas as horas.

À minha filha, ADRIANA, razão maior da minha felicidade.

Aos meus pais, FONSECA E ROSITA, fontes inesgotáveis de amor e compreensão.

Ao meu padrinho e professor, ABREU ROCHA, um dos primeiros a me despertar o gosto pela investigação lingüística.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. MÁRIO ALBERTO PERINI, pela dedicação e segurança com que me orientou neste trabalho.

Aos Professores Dr. LORENZO TEIXEIRA VITRAL e Dra. MARIA ANTONIETA A. M. COHEN, membros do meu Comitê de Orientação, pela disponibilidade em discutir comigo versões anteriores deste estudo e pelas sugestões valiosas por ocasião do Exame de Qualificação.

A YARA LIBERATO, ANILCE SIMÕES e VANDA BITTENCOURT, pela ajuda em diferentes momentos da elaboração desta tese e, principalmente, pelo apoio e amizade.

A MÁRCIA CANÇADO, pela solicitude e pela indicação da bibliografia referente ao tema do Capítulo III.

A ROSÁLIA DUTRA, HÄJ ROSS e EUNICE PONTES, pelo impulso inicial a esta pesquisa.

Aos colegas do SETOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, pela colaboração ao me concederem afastamento no período de agosto de 1993 a novembro de 1994.

A ALDA LOPES DURÃES RIBEIRO, pelo empenho e eficiência com que procedeu à digitação e à formatação deste texto.

PRINCIPAIS ABREVIATURAS USADAS

C	Foco no conjunto das propriedades definitórias da classe (propriedade semântica)
COMP	Complementizador
CONC	Concordância
D	Determinante
E	Pressuposição de existência do referente do sintagma nominal (propriedade semântica)
ESPEC	Especificador
FF	Forma Fonológica
FL	Forma Lógica
FLEX	Flexão
HUAT	Hipótese da Uniformidade de Atribuição de Teta
I	Identificabilidade/Identificável (propriedade semântica)
IN	Incorporação Nominal
M	Foco nos membros integrantes da classe (propriedade semântica)
MEC	Marcação Excepcional de Caso
N	Nome
NI	Nome Incorporado
P	Preposição
PCV	Princípio da Categoria Vazia
PP	Princípio de Projeção
Pr	Possibilidade de retomada por pronome pessoal de mesmo gênero e número do sintagma nominal, na posição de sujeito e na de objeto (propriedade semântica)
RMN	Restrição de Movimento de Núcleo
SC	Sintagma Complementizador
SD/D"	Sintagma Determinante
SF	Sintagma Flexional
SN/N"	Sintagma Nominal
SNsD	Sintagma Nominal sem Determinante
SPREP	Sintagma Preposicionado
SV	Sintagma Verbal
SX	Um sintagma qualquer
T	Tempo
U	Quantificação Universal (propriedade semântica)
V	Verbo

SUMÁRIO

RESUMO	9
INTRODUÇÃO	10
1 - DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	15
1.1. O SN nu objeto	16
1.2. Expressões Idiomáticas	17
2 - O COMPORTAMENTO GRAMÁTICAL DO SN NU OBJETO	25
2.1. A distribuição do SN nu objeto	26
2.2. A interpretação do SN nu objeto	34
2.2.1. Considerações iniciais	34
2.2.2. A interpretação de SNs na posição de sujeito	35
2.2.2.1. Acepções do SN sujeito e tipos de predicação	43
2.2.2.2. Pressuposição de existência do referente do SN sujeito	45
2.2.2.3. Tentativa de solução	48
2.2.2.4. Retomada pronominal	49
2.2.2.5. Síntese e justificativas	53
2.2.3. A interpretação incorporada do SN nu objeto	56
2.2.3.1. Objeto incorporado com verbos no pretérito	63
2.2.3.2. Retomada pronominal do objeto incorporado	65
2.2.3.3. Pressuposição de existência do referente do SN e a leitura incorporada	70
2.2.3.4. Nomes contáveis x não-contáveis	73
2.2.4. Sumário	73
3 - A EXTENSÃO DO FENÔMENO DA INCORPORAÇÃO DO OBJETO	76
3.1. A leitura incorporada e a área esquerda do SN	77
3.2. O objeto incorporado com diferentes classes de verbos transitivos	86
3.2.1. Verbos que não envolvem objeto paciente	88
3.2.2. Verbos que selecionam complemento objetivo	92
3.2.3. Verbos com objeto experienciador ou beneficiário	95
3.2.4. Verbos com objeto locativo	97
3.2.5. Verbos que selecionam objeto paciente e outro complemento locativo	100
3.2.6. Verbos com objeto afetado	102
3.2.7. Verbos associativos	104
3.2.8. A análise de BARROS (1992; 1993)	107
3.3. Sumário	110

4 - O OBJETO INCORPORADO E A GRAMÁTICA GERATIVA	112
4.1. Caracterização da incorporação nominal nas línguas polissintéticas	114
4.2. A análise de BAKER (1988; 1993) para a IN	124
4.2.1. A IN como resultante de Mover-alfa	124
4.2.2. IN, Restrição do Movimento de Núcleo (RMN) e Princípio da Categoria Vazia (PCV)	130
4.2.3. NI Modificado	133
4.2.4. IN e a Teoria de Caso	134
4.2.5. Síntese	139
4.3. A Incorporação Nominal no português: cotejo com as línguas polissintéticas	140
4.4. A análise gerativa do objeto incorporado em português	151
4.4.1. O estatuto categorial do objeto incorporado	152
4.4.1.1. Síntese da proposta de FUKUI (1986)	153
4.4.1.2. A análise de FUKUI e os dados do português	166
4.4.2. A análise de BAKER (1988; 1993) e os dados do português	177
4.5. A análise de LOIS (1989) para o espanhol	186
4.6. Sumário	193
 CONCLUSÕES GERAIS	 195
 APÊNDICE	 209
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 219

RESUMO

Este trabalho investiga o comportamento gramatical do **SN nu** em construções produtivas do português. Num primeiro momento, o interesse predominante é a **descrição** dos aspectos sintáticos e semânticos característicos do **SN nu**. Assim, procura-se verificar sua distribuição nas sentenças do português e procede-se à discriminação dos traços semânticos que o tipificam. A descrição efetivada e o levantamento empírico efetuado fornecem evidência para a sistematicidade da interpretação **Incorporada** do **SN nu** objeto. Numa segunda etapa, busca-se explicar os fatos descritos à luz dos pressupostos teóricos da vertente **Princípios e Parâmetros** da Gramática Gerativa, tal como defendidos, principalmente, por **BAKER** (1988; 1993) e **FUKUI** (1986), dentre outros.

INTRODUÇÃO

O processo da **Incorporação Nominal** em línguas indígenas como o Guarani, Onondaga, Mohawk, Nahuatl, etc. vem sendo alvo constante de pesquisas atuais, realizadas sob diferentes perspectivas teóricas.

No entanto, até onde tenho visto, um fenômeno que ocorre no português com certo tipo de complemento verbal, fenômeno esse próximo, sob vários ângulos, da chamada **Incorporação Nominal**, não tem merecido a devida atenção da literatura lingüística recente.

Pretendendo preencher, em alguns aspectos, essa lacuna referente à investigação da estrutura do português, o presente trabalho dedica-se, principalmente, à descrição e análise do comportamento gramatical do complemento acima referido — o objeto representado por um **SN nu** —, que se ilustra pelo elemento destacado na seguinte frase: "Ontem fiz empadinha durante toda a tarde."

Assim, no primeiro capítulo, elege-se o **SN nu** complemento do verbo como objeto do estudo a ser empreendido. Procura-se, ao mesmo tempo, diferenciá-lo de alguns casos de **expressões lexicalizadas**, que não serão alvo desta pesquisa.

No segundo capítulo, inicialmente, são verificadas as possibilidades de colocação do **SN nu** objeto nas estruturas superficiais (no sentido de

CHOMSKY (1965)) do português. Em seguida, procede-se à descrição dos traços semânticos característicos de tal elemento. Estabelece-se, ainda, um paralelo entre a interpretação típica do SN no complemento verbal e a de alguns SNs (nus e plenos) na posição de sujeito. Conclui-se que há evidências para a hipótese de **Incorporação Semântica** do SN nu objeto ao verbo em português.

A próxima etapa, realizada no terceiro capítulo, consiste, primordialmente, no exame da extensão do fenômeno da Incorporação Semântica do SN nu complemento em nossa língua. Após uma ampla investigação empírica, vê-se confirmada a hipótese de que o fenômeno em tela é um processo sistemático em português, portanto independente de condicionamentos léxicos, tanto da parte do verbo quanto da parte do nome.

Confirmada a regularidade da Incorporação Semântica do SN nu objeto ao verbo, no quarto capítulo procura-se explicar o fenômeno descrito nos capítulos precedentes com base numa análise gerativa, nos moldes da apresentada por BAKER (1988; 1993) para línguas indígenas como o Onondaga, Mohawk, Nahuatl, etc.

Discute-se, ainda, qual seria a categorização adequada para os constituintes em apreço neste trabalho, tendo em vista a Hipótese do SD (Sintagma Determinante), defendida, dentre outros, por FUKUI (1986).

Além dos fatos de natureza teórica que são levantados no quarto capítulo, como o problema do licenciamento do SN nu objeto em português,

a principal motivação para uma proposta de análise em termos de **Incorporação Sintática**, na mesma trilha de BAKER (1988; 1993), encontra-se nos pontos de contacto entre o comportamento gramatical do SN nu complemento, em nossa língua, e o nominal incorporado, nas línguas polissintéticas citadas.

Assim, demonstrada a adequação da análise em termos de **Incorporação Sintática** também para os dados do português, a última tarefa, desenvolvida no quarto capítulo, consiste num comentário da análise de LOIS (1989) para os casos de SNsD (Sintagma Nominal sem Determinante) no espanhol, análise essa também apoiada em BAKER (1988).

Nas Conclusões Gerais, sintetizam-se as contribuições mais relevantes decorrentes deste trabalho.

Vê-se, portanto, a partir da exposição acima, que esta tese pode ser dividida em duas partes distintas. A primeira compreende os capítulos de I a III, nos quais predomina uma preocupação descritiva com referência ao objeto de estudo aqui focalizado. A segunda parte, representada pelo capítulo IV, baseia-se nos pressupostos teóricos da vertente **Princípios e Parâmetros** da Gramática Gerativa, tal como propugnada na literatura lingüística a partir de CHOMSKY (1981; 1986a e b; 1989), dentre outros.

Por fim, é conveniente chamar a atenção, ainda, para o fato de que os dados analisados neste estudo são **dados de introspecção** (como acontece usualmente em trabalhos desta natureza). Contudo, os julgamentos registrados

com relação à aceitabilidade, ou não, dos exemplos apresentados se apóiam nas intuições de professores e alunos da Faculdade de Letras da UFMG. Em alguns momentos da tese, surge a necessidade de se fazer referência a tais informantes.

1 - DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

1.1. O SN nu objeto

Nesta tese pretendo descrever e analisar o comportamento gramatical do **SN nu objeto** em português, considerando-o sob o prisma de suas faces sintática e semântica. Visando alcançar tal meta, em muitos momentos será necessário estabelecer um cotejo com os objetos representados por SNs plenos. Além disso, sempre que a argumentação o exigir, também serão levados em conta, para fins de comparação, dados com SNs nus e plenos na posição de sujeito.

Por **SN nu**, estou entendendo o SN constituído somente do nome comum (núcleo) na sua forma básica, sem marca de plural. Já **SN pleno** refere-se a SNs constituídos do nome, no singular ou plural, acompanhado de determinantes e/ou modificadores diversos. Os exemplos (1.1) e (1.2) ilustram, respectivamente, os dois casos:

(1.1) Fui buscar **menino** no colégio às cinco horas.

(1.2) Fui buscar **a minha filha** no colégio às cinco horas.

1.2. Expressões Idiomáticas

A princípio, poder-se-iam alocar sob o rótulo de SN nu objeto, além de (1.1), construções variadas como:

- (1.3) Ele me deu **bola** naquela festa, mas fingi que não percebi.
- (1.4) Você deve dar **banana** pra todos eles e tratar de cuidar da sua vida.
- (1.5) Eu só comprei **carro** este ano porque você insistiu muito.
- (1.6) João alugou **apartamento** durante vinte anos.
- (1.7) Papai sempre lia **jornal** depois do almoço.
- (1.8) Eu vou passar **roupa** à tarde.
- (1.9) Gosto de tomar **café** bem devagar.

Contudo, verifica-se, já de início, a necessidade de se estabelecer um corte entre as construções de (1.3) e (1.4) e as demais. O primeiro critério a ser utilizado para discriminar os dois grupos é de natureza semântica. Trata-se da interpretação *metafórica* do conjunto verbo/nome em (1.3) e (1.4),¹ diferentemente do que ocorre em (1.1) e em (1.5) - (1.9). Esse fato evidencia que (1.3) e (1.4) ilustram expressões lexicalizadas, estereotipadas, ao contrário das construções de (1.1) e de (1.5) a (1.9), produtivas em nossa língua. Em outras palavras: o significado de (1.1) e de (1.5) a (1.9) é previsível, dadas as regras

¹ Estou usando *metafórico* aqui num sentido amplo de deslocamento idiossincrático do significado dessas construções.

semânticas existentes no português. O de (1.3) e (1.4) é idiossincrático, não se generaliza para outros casos.

A esse respeito convém citar o trabalho de TAGNIN (1989), que procura distinguir as **expressões idiomáticas** dentre as **convencionais** com base no aspecto semântico. Essas últimas, de caráter mais amplo, caracterizam-se tanto pela "combinabilidade" de seus elementos como por uma ordem constante entre eles. Ou seja: as unidades formadoras das construções convencionais não são passíveis de substituição por outras sinônimas nem podem ocorrer numa ordem diversa daquela consagrada pelo uso. Como exemplo, ela cita, dentre muitas outras, a locução nominal **doce ilusão**, cujo tom irônico só se manifesta quando o adjetivo precede o substantivo. Logo, por **convencional**, TAGNIN (1989, p.11) entende o "aspecto que caracteriza a forma peculiar de expressão numa dada língua".

Segundo essa autora, entra-se no campo da **idiomaticidade** no momento em que a convenção passa para o nível do significado. Isto é: uma expressão convencional é também idiomática "apenas quando seu significado não é transparente" (Ibid. p.13), não é composicional. A construção deve ser decodificada como um todo, em bloco, pelos usuários da língua.

Verifique-se que a posição de TAGNIN sobre as expressões idiomáticas harmoniza-se com as observações acima a respeito do caráter *metafórico* das construções de (1.3) e (1.4). Portanto não é de se estranhar a

separação proposta entre esses dados e os de (1.1) e (1.5) a (1.9), apoiada nas diferenças semânticas.

Corroborando ainda tal separação, deve-se notar a seguinte distinção no comportamento gramatical dos dois tipos de estruturas: as construções produtivas admitem com mais facilidade um contraste entre SNs objetos nus x **plenos**, enquanto nas expressões cristalizadas tal fato se mostra mais restrito. Examinem-se os dados abaixo em cotejo com (1.3) e (1.4):

- | | | | | |
|-----------------------|---|---|---|-----------------|
| (1.10) *Ele me deu | { | <p>a bola</p> <p>aquela bola</p> <p>a bola que eu desejava</p> | } | naquela festa. |
| (1.11) *Você deve dar | { | <p>a banana</p> <p>esta banana</p> <p>a banana de que lhe falei</p> | } | pra todos eles. |

(1.10) e (1.11) são agramaticais no sentido de não preservarem a interpretação *metafórica* das sentenças originais. Parece, pois, que este pode ser um parâmetro a ser utilizado para distinguir as estruturas lexicalizadas das sintaticamente construídas: só as últimas admitem livremente o contraste acima mencionado, ao passo que as primeiras, por funcionarem como **um bloco**, apresentam mais restrições neste sentido. Comparem-se (1.10) e (1.11) com (1.12) a (1.16):

(1.12) Eu comprei $\left\{ \begin{array}{l} \text{um} \\ \text{o} \end{array} \right\}$ carro verde este ano.

(1.13) João alugou $\left\{ \begin{array}{l} \text{este} \\ \text{meu} \end{array} \right\}$ apartamento durante vinte anos.

(1.14) Papai sempre lia o jornal de domingo depois do almoço.

(1.15) Eu vou passar $\left\{ \begin{array}{l} \text{o vestido de Maria} \\ \text{alguma roupa} \end{array} \right\}$ à tarde.

(1.16) Gosto de tomar o cafezinho que você faz bem devagar.

Os dados acima demonstram que, correspondendo às frases de (1.5) a (1.9), é possível criar orações em que os verbos daquelas sentenças venham, respectivamente, seguidos de objetos representados por SNs plenos, sem alterar seu sentido original, conforme se viu também em (1.1) e (1.2).

O fato de expressões como as de (1.3) e (1.4) apresentarem mais restrições no que concerne à oposição SN objeto nu x pleno não significa, todavia, uma total impossibilidade de ocorrer SN pleno nesse ambiente, como se pode constatar com os seguintes exemplos:

(1.17) Ele me deu a maior bola naquela festa.

(1.18) Ele me deu $\left\{ \begin{array}{l} \text{muita bola} \\ \text{? pouca bola} \end{array} \right\}$ naquela festa.

(1.19) Ele me deu tanta bola que acabei cedendo.

(1.20) ? Ele me deu tão pouca bola que acabei desistindo.

A leitura original da expressão **dar bola** é preservada nesses casos. Contudo verifica-se que não são quaisquer elementos que podem coocorrer com o nome, nos SNs plenos destacados. Parece que aí cabem, preferencialmente, itens que contribuem para uma interpretação de intensidade maior (ou menor?) da expressão como um todo. Logo, não chegam a servir de contra-exemplo para a oposição mencionada, que leva em conta maior restrição de ocorrência de SN pleno em exemplos como (1.3) e (1.4).

Em consonância, ainda, com as observações acima, pode-se citar também a posição de ALVES (1990) a respeito das construções por ela denominadas "unidades sintagmáticas". Oferecendo como exemplos dessas unidades expressões como **cesta básica, produção independente, ser de bom tamanho**, etc., a autora comenta: "Uma formação sintagmática está-se lexicalizando se não puder admitir a inserção de outro elemento, que implicaria a alteração semântica do conjunto". (ALVES, 1990, p.51)

Voltando a (1.3) e (1.4), pode-se afirmar, mais uma vez, que a falta de liberdade de ocorrência de SNs plenos nessas expressões, ao contrário do que se constata de (1.12) a (1.16), é evidência do seu caráter lexicalizado.

A discriminação entre os dois grupos em apreço é favorecida também pelo critério apresentado em JAMES (1972). Ao estudar alguns aspectos do comportamento sintático e semântico de interjeições, JAMES chama a atenção para o fato de que partes de uma expressão cristalizada não podem ser

separadas pela intercalação de interjeições que indicam, por exemplo, hesitação, escolha, etc. Diante de dados como:

(1.21) "I'll throw the ball you just gave me ... oh ... up."

(1.22) "* I'll throw the dinner I just ate ...oh ... up."

(JAMES, 1972, p.164, n.13 e 14)

a autora comenta que a frase (1.21) poderia ser dita numa situação em que o falante tivesse a opção de arremessar a bola também para baixo, ou para Maria, etc. Logo não surpreende, nessa estrutura, a ocorrência de uma interjeição que codifica hesitação diante dessas possibilidades. Já (1.22) é agramatical em inglês porque "to throw up", com a acepção de *vomitar*, é uma expressão idiomática. Por conseguinte, há uma só maneira de completar tal construção: com a partícula "up". Não se justifica, assim, a hesitação aí representada pela presença da interjeição.

Essas considerações são válidas também para os seguintes dados do português:

(1.23) a) ?Ela vive de alugar ... ééé ... apartamento.

b) ?Hoje é dia de lavar ... ééé ... roupa.

(1.24) a) * Ela ontem me deu ... ééé ... bola.

b) * Você deve dar ... ééé ... banana pra todos eles e agir de acordo com suas idéias.

À semelhança de (1.22), verifica-se que as expressões idiomáticas de nossa língua não admitem interrupções como a de (1.24). Por outro lado, apesar de

as sentenças de (1.23) não serem completamente aceitáveis (por razões a serem explicitadas no próximo capítulo), a hesitação aí registrada não chega a provocar uma total rejeição das orações.² Essas diferenças entre (1.23) e (1.24) servem, pois, como mais uma evidência a favor da discriminação proposta entre os dois tipos de construção.

Por fim, apresentam-se ainda outros fatos de natureza formal que confirmam ser adequada a separação entre os grupos considerados. Atente-se para as seguintes estruturas:

(1.25) *Bola, ele me deu naquela festa.

(1.26) *Banana, você deve dar pra todos eles.

A topicalização do nome, nas expressões lexicalizadas, gera construções totalmente mal formadas. O mesmo ocorre, também, com a clivagem desse constituinte, como se constata em (1.27) e (1.28):

(1.27) *Foi bola que ele me deu naquela festa.

(1.28) *É banana que você deve dar pra todos eles.

Já, com referência às construções sintáticas produtivas, verifica-se uma atenuação nos julgamentos referentes à agramaticalidade da topicalização e da clivagem do SN nu objeto, ou seja: embora as sentenças em que tal

² Antecipando algumas idéias a serem desenvolvidas no segundo capítulo, pode-se afirmar que, em (1.23), há uma tendência a considerar **verbo/objeto** como uma unidade semântica, apesar de não formarem uma construção cristalizada. Daí não ser tão natural a interrupção que assinala a possibilidade de escolha do objeto que *completa* o verbo.

elemento vem topicalizado ou clivado pareçam, de certo modo, degradadas em relação àquelas em que esse item ocorre na ordem básica, tal degradação não representa, todavia, uma **completa** agramaticalidade das orações em foco. Observem-se, por exemplo, as sentenças de (1.29) a (1.32):³

(1.29) ?Roupa, eu vou passar à tarde.

(1.30) ?Carro, eu comprei este ano.

(1.31) ?É roupa que eu vou passar à tarde.

(1.32) ?Foi carro que eu comprei este ano.

Logo, também no que concerne a esse último critério, as expressões de (1.3) e (1.4) apresentam uma rigidez sem paralelo nas construções produtivas. Por tudo isso justifica-se arrolá-las no quadro das **expressões idiomáticas**. Como tal, elas serão listadas no léxico. Seu interesse para o presente trabalho limita-se, pois, à possibilidade de contrastá-las com expressões produtivas como (1.1) e (1.5) a (1.9). Essas, sim, são o objeto principal desta análise.

³ Os julgamentos a respeito de (1.29) a (1.32) referem-se a uma leitura não-contrastiva das sentenças em questão.

**2 - O COMPORTAMENTO
GRAMATICAL DO SN NU OBJETO**

Conforme estabelecido no capítulo precedente, o objeto de estudo, nesta tese, é o comportamento sintático e semântico do SN nu objeto em construções produtivas, como as que se repetem abaixo:

(1.1) Fui buscar **menino** no colégio às cinco horas.

(1.5) Eu só comprei **carro** este ano porque você insistiu muito.

(1.6) João alugou **apartamento** durante vinte anos.

(1.7) Papai sempre lia **jornal** depois do almoço.

(1.8) Eu vou passar **roupa** à tarde.

(1.9) Gosto de tomar **café** bem devagar.

A seguir, procuro examinar uma face do comportamento gramatical do referido constituinte: sua distribuição nas sentenças do português.

2.1. A distribuição do SN nu objeto

Alguns aspectos relativos às possibilidades de colocação do SN nu objeto já foram mencionados no capítulo anterior, quais sejam: os SNs objetos de estruturas como as de (1.1) e (1.5) a (1.9), acima, ao contrário do que ocorre com as construções lexicalizadas, podem ser clivados ou topicalizados. Todavia verificou-se, também, que as orações em que tal acontece não são tão naturais quanto aquelas em que esses elementos se posicionam logo após

o verbo. A título de ilustração, retomem-se os dados de (1.30) e (1.32) em confronto com (1.5):

(1.5) Eu só comprei **carro** este ano porque você insistiu muito.

(1.30) ?**Carro**, eu comprei este ano.

(1.32) ?Foi **carro** que eu comprei este ano.

Deve-se acrescentar que diferenças de julgamento podem ser detectadas ainda no confronto entre a topicalização e a clivagem de SNs nus x plenos. Os plenos manifestam um grau de aceitabilidade bem superior ao dos primeiros. Comparem-se, por exemplo, os pares (2.1)-(2.2), (2.3)-(2.4), (2.5)-(2.6) e (2.7)-(2.8), abaixo apresentados:

(2.1) **Este apartamento**, João alugou durante muitos anos.

(2.2) ?**Apartamento**, João alugou durante muitos anos.

(2.3) **A minha filha**, vou buscar no colégio às cinco horas.

(2.4) ??**Menino**, vou buscar no colégio às cinco horas.

(2.5) Foi **este apartamento** que João alugou durante muitos anos.

(2.6) ?Foi **apartamento** que João alugou durante muitos anos.

(2.7) É **a minha filha** que vou buscar no colégio às cinco horas.

(2.8) ??É **menino** que vou buscar no colégio às cinco horas.

Do cotejo dos pares acima registrados, pode-se levantar a hipótese de uma diversidade entre o comportamento gramatical de SNs nus e SNs plenos na posição de objeto.

Para verificar se essa hipótese se confirma, faz-se necessário ampliar o elenco de dados. Observe-se, pois, em primeiro lugar, a distribuição dos objetos das seguintes orações:

- (2.9) Fui buscar no colégio a **minha filha**.
- (2.10) Vou alugar depressa **este apartamento**.
- (2.11) Vou alugar, por R\$400 mensais, **este apartamento**.
- (2.12) Eu comprei legalmente **o carro verde**.
- (2.13) Gosto de tomar devagar **o cafezinho que você faz**.
- (2.14) Mané bebeu depois do almoço **a cerveja que estava na geladeira**.

Em (2.9) a (2.14) há a intercalação de outros constituintes entre o verbo e o objeto sem que se altere a gramaticalidade das sentenças.

Essa afirmação, porém, não cabe para os casos com objeto representado por SN nu, como se pode verificar a seguir:¹

- (2.15) *Fui buscar no colégio **menino**.
- (2.16) *Vou alugar depressa **apartamento**.
- (2.17) *Vou alugar, por R\$400 mensais, **apartamento**.
- (2.18) *Eu comprei legalmente **carro**.
- (2.19) *Gosto de tomar devagar **café**.
- (2.20) *Mané bebeu depois do almoço **cerveja**.

As sentenças acima, em que o SN nu não se encontra na posição adjacente ao verbo, devido à interposição de outros itens, são muito estranhas, ao contrário

¹ Os julgamentos registrados em (2.15) a (2.20) referem-se às sentenças com entonação normal, sem foco no SN nu.

do que se constata em (2.9) a (2.14). Logo, parece que, na qualidade de argumento interno do verbo, o SN nu elege a posição imediatamente após esse elemento como a mais natural para a sua ocorrência. Em todos os casos em que o SN nu perde tal colocação, a aceitabilidade das orações se mostra degradada, sendo que isso acontece em maior ou menor grau conforme o tipo de estrutura: a aceitabilidade de (2.15) a (2.20) é bem menor que a daquelas sentenças com o referido objeto topicalizado ou clivado.

Contudo, aos dados de (2.15) a (2.20), poder-se-ia contrapor o seguinte exemplo:²

(2.21) Mané buscou $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ menino ao longo de sua vida.

Já de início é preciso observar que a oração de (2.21) é ambígua: em uma das leituras, **muito** e **bastante** são advérbios de SV; na outra, tais elementos ocorrem dentro do SN objeto, constituindo os SNs plenos — **muito menino** e **bastante menino**. Essa última leitura não é relevante, no momento, exatamente por envolver SNs plenos como objeto. Assim, é com a primeira interpretação que o exemplo de (2.21) parece apresentar problema para a generalização acima: nesse caso, a presença dos advérbios de SV **muito** e **bastante** entre o V e o SN nu objeto não gera uma estrutura mal formada,

² O exemplo (2.21) foi-me fornecido pelo Prof. Lorenzo Vitral.

diferentemente do que ocorre em (2.15) a (2.20), em que quaisquer elementos que se alocam nessa posição causam a estranheza das estruturas.

Todavia, convém notar também que os advérbios em pauta têm uma distribuição idiossincrática em relação à de outros advérbios de SV. Enquanto esses últimos, geralmente, apresentam total liberdade de ocorrência na posição pós-verbal,³ **muito** e **bastante** apresentam mais restrições quanto às suas possibilidades de colocação. Comparem-se (2.22) e (2.23) com (2.24) e (2.25):

(2.22) a) João modificou **completamente** seus horários ontem à noite.

b) João modificou seus horários **completamente** ontem à noite.

c) João modificou seus horários, ontem à noite, **completamente**.

(2.23) a) Pedro alugou **rapidamente** esta casa de praia para a família do Joaquim.

b) Pedro alugou esta casa de praia **rapidamente** para a família do Joaquim.

c) Pedro alugou esta casa de praia para a família do Joaquim **rapidamente**.

(2.24) a) João modificou $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ seus horários ontem à noite.

³ Cf. SARAIVA (1978) e VITRAL (1992).

b) ?João modificou seus horários $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ ontem à noite.

c) *João modificou seus horários ontem à noite $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$.

(2.25) a) Pedro (já) alugou $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ esta casa de praia para a família do Joaquim.

b) ?Pedro (já) alugou esta casa de praia $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ para a família do Joaquim.

c) *Pedro (já) alugou esta casa de praia para a família do Joaquim $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$.

Ao contrário do que se verifica em (2.22) e (2.23), com os advérbios de SV **completamente** e **rapidamente**, em (2.24) e (2.25), **muito** e **bastante** podem-se situar apenas logo após o verbo ou, no máximo, após o objeto direto representado por SN pleno. Sua ocorrência nas demais posições, registradas em (2.24)(c) e (2.25)(c), gera estruturas anômalas. Conseqüentemente, parece que, na verdade, o comportamento sintático desses itens foge ao padrão de comportamento dos demais advérbios de SV.

Tal fato fica mais evidente em orações com objeto direto representado por um SN nu. Nesse caso, as restrições de posicionamento de **muito** e

bastante são ainda maiores: esses advérbios parecem *disputar* com o **SN** *nu* a colocação imediatamente após o verbo. Verifique-se isso em:

(2.26) *Mané buscou menino $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ ao longo de sua vida.

Diversamente de (2.21), (2.26) é uma sentença mal formada. E observe-se que aí os advérbios focalizados ocorrem depois do **SN** *nu* objeto.

Esse padrão é atestado também pelo confronto das letras (a) e (b) dos exemplos abaixo:

(2.27) a) Quando jovem, eu vendia $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ picolé na esquina
do Bar do Ari.

b) *Quando jovem, eu vendia picolé $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ na
esquina do Bar do Ari.

(2.28) a) Quando morava na praia, Naná hospedou $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$
mendigo em sua casa.

b) *Quando morava na praia, Naná hospedou mendigo
 $\left\{ \begin{array}{l} \text{muito} \\ \text{bastante} \end{array} \right\}$ em sua casa.

Logo, todos os dados acima analisados comprovam que **muito** e **bastante** têm um comportamento sintático atípico em relação ao dos demais advérbios de

SV. Desse modo, tais itens devem ser, de alguma forma, marcados no léxico com referência às suas peculiaridades de colocação.

Ora, são exatamente esses elementos de distribuição idiossincrática que parecem causar problema para a generalização de que o **SN nu objeto** **elege a posição imediatamente após o verbo** como a mais natural para sua ocorrência. Assim, apesar de (2.21) ser uma frase aceitável, não penso ser necessário rever essa observação geral.⁴ De qualquer forma, apenas para itens como **muito e bastante**, o **SN nu objeto** *cede* sua posição adjacente ao verbo. Em todos os demais casos a generalização acima se mantém, como demonstrado, por exemplo, em (2.15) a (2.20).

Portanto, da comparação estabelecida nesta parte entre a distribuição de SNs nus e a de SNs plenos, como argumentos internos do verbo, chega-se à conclusão de que há diferenças no comportamento gramatical dos constituintes considerados: os primeiros parecem não manifestar, em relação ao verbo, a mesma autonomia observada nos últimos. Ou seja: diferentemente do que acontece com SNs plenos, SNs nus objetos, quando clivados, topicalizados, ou separados do verbo pela colocação de outros constituintes entre eles e esse elemento, causam a estranheza das estruturas em que ocorrem.

⁴ A respeito dessa decisão, observem-se as seguintes palavras de PERINI (1989, p.63):

"(...) a gramática das línguas apresenta aspectos anomalísticos muito mais importantes do que a lingüística moderna dá a entender. Acredito que precisamos caminhar para uma situação em que, proposta uma análise qualquer, um único contra-exemplo já não seja suficiente para derrubá-la; e, por outro lado, um único exemplo já não seja suficiente para justificá-la. Tudo vai depender de uma visão muito mais ampla, em que haja a preocupação de sondar as tendências gerais da estrutura da língua (...)."

Na próxima seção, pretendo abordar a face semântica das construções focalizadas nesta parte.

2.2. A interpretação do SN nu objeto

2.2.1. Considerações iniciais

O objetivo central desta parte é o exame da interpretação semântica dos SNs nus na posição de objeto. Contudo, tal exame só é efetuado detalhadamente na seção 2.2.3, uma vez que, a princípio, parece interessante investigar os traços que identificam algumas leituras que SNs podem ter.

Assim, em 2.2.2, procedo à análise da interpretação de alguns SNs na posição de sujeito.⁵ Busco levantar os traços semânticos característicos desses constituintes. Em seguida, proponho uma classificação de tais SNs com base nos traços identificados.

Em 2.2.3, conforme mencionado acima, parto da análise efetivada em 2.2.2 e procuro, comparativamente, situar os aspectos semânticos típicos do SN nu objeto. Defendo, ainda, que tal constituinte ilustra um caso de incorporação no português. Desse modo, a motivação para iniciar a análise semântica com SNs na posição de sujeito fica clara, pois, como se verá no

⁵ Não pretendo, nesta seção, esgotar todas as possibilidades de leitura para os SNs sujeitos, mas apenas levantar alguns casos que sirvam de ponto de partida para a análise dos SNs nus objetos.

decorrer da tese, a incorporação nominal nunca ocorre com sujeitos: apenas com objetos pode-se dar tal fato.

2.2.2. A interpretação de SNs na posição de sujeito

Nesta seção, conforme dito anteriormente, vou examinar alguns casos de SN sujeito, objetivando a explicitação de suas características semânticas. Atente-se para o seguinte exemplo:

(2.29) **Este menino** incomoda.

Em (2.29) verifica-se que o constituinte em negrito se refere a uma entidade em particular, passível de ser identificada, destacada dentre todos os membros possíveis da classe 'menino'.⁶ Nessa estrutura, pode-se detectar de que menino se fala exatamente; pode-se discriminar tal menino dentre todos os demais de sua classe.

Considerações da mesma natureza se aplicam, ainda, a dados como (2.30):

(2.30) **Meu filho mais velho** trabalhou na Cemig.

⁶ Ao longo da tese, uso aspas simples para salientar os nomes referentes a classes.

Também aqui é possível *apontar* com segurança a entidade a que o SN sujeito se refere. É possível **identificar** o indivíduo a quem se atribui a predicação **trabalhou na Cemig**.

Vou propor, então, que o aspecto acima mencionado da interpretação semântica de SNs como os de (2.29) e (2.30) seja descrito através da propriedade **identificabilidade**. Assim, os sujeitos de (2.29) e (2.30) deverão ser marcados com o traço [+ identificável], abreviadamente [+ I]. Com esse traço, [+ I], quero salientar que se focaliza a **identificação** do indivíduo em questão. O SN [-animado], abaixo arrolado, também ilustra essa propriedade:

(2.31) **A casa de Maria está à venda.**

O sujeito de (2.31), como nos outros casos referidos nesta parte, codifica uma entidade bem individualizada, passível de ser destacada, ou seja, diferenciada das demais da mesma espécie.

Logo, um SN semanticamente caracterizado como [+ I] se distingue daqueles marcados com [- I], como se observa em (2.32):

(2.32) **Menino incomoda.**

Nesse exemplo, diferentemente de (2.29), a predicação **incomoda** cabe para **qualquer entidade** que possua os atributos que definem a classe 'menino', não sendo possível discriminar um subconjunto em particular do conjunto total

dos membros constitutivos dessa classe. Observações semelhantes cabem, ainda, para os dados abaixo:

(2.33) Mineiro trabalha em silêncio.

(2.34) Um mecânico resolveria meu problema.

Também nesses casos os SNs grifados devem ser assinalados como [- I].

Porém, apesar das diferenças com relação à identificabilidade, pode-se apontar uma característica comum aos SNs de (2.29) a (2.34): todos eles focalizam (embora sob prismas diferentes) os **membros integrantes** das classes consideradas. Ou seja: a asserção é feita sobre entidades componentes desses grupos. Essa propriedade pode ser mencionada como — **foco nos membros integrantes da classe** — abreviadamente [+ M]. Com esse traço, desejo captar a idéia de que, nos exemplos de (2.29) a (2.34), o SN não é interpretado apenas como um conceito, um feixe de atributos que caracterizam uma classe. Antes o que interessa aí são as entidades portadoras de tais atributos.

É preciso explicitar, ainda, que tal propriedade, [+ M], pode-se manifestar nos SNs de modos diferentes. De um lado, por exemplo, os membros da classe são considerados na sua totalidade, isto é, cobre-se toda a extensão do conjunto. É o que se verifica nas orações de (2.32) a (2.34). Tome-se, a título de ilustração, (2.32). Essa estrutura pode ser assim parafraseada:

(2.35) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Todo} \\ \text{Qualquer} \end{array} \right\}$ menino incomoda.

Ou seja — (2.32) tem a interpretação de (2.36):

(2.36) Para todo X, se X é menino, X incomoda.

Isso significa que uma das maneiras de focalizar os membros de uma classe é realizada através da **quantificação universal**. Essa faceta do comportamento semântico de SNs como os de (2.32) a (2.34) será referida aqui pela abreviatura [+ U].

Sob outro ângulo, é possível focalizar os membros de uma classe através da relação de subconjunto. Nesse caso, há uma idéia de **partitividade**, há um recorte na extensão do nome. Dito de outra forma: apenas parte dos membros constitutivos da classe são recortados, são levados em conta. Esse aspecto, que pode ser citado como [- U], é ilustrado pelos sujeitos de (2.29) a (2.31), abaixo repetidos:

(2.29) **Este menino** incomoda.

(2.30) **Meu filho mais velho** trabalhou na Cemig.

(2.31) **A casa de Maria** está à venda.

Tomando como exemplo (2.29), verifica-se que o sujeito dessa frase faz referência a um elemento em especial dentre todos os possíveis componentes da classe 'menino'. Logo, ilustra a relação de subconjunto acima mencionada.

Também os SNs destacados em (2.37) e (2.38), a seguir, apresentam tal propriedade:

(2.37) **Alguns mosquitos** provocam doença.

(2.38) **Pombos sobrevoaram** o Palácio durante a cerimônia.

Em (2.37), entende-se que apenas parte dos mosquitos **provocam doença**, enquanto outros não o fazem. Em (2.38), interpreta-se que é verdade, para uma quantidade não especificada de pombos, que eles **sobrevoaram o Palácio durante a cerimônia**. Tal predicação, todavia, não é atribuída a todos os membros do conjunto 'pombos'. Portanto, conforme asseverado, os sujeitos de (2.37) e (2.38) também podem ser caracterizados como [- U].

Vê-se, assim, que um aspecto da interpretação semântica de SNs como os de (2.29) a (2.34), (2.37) e (2.38) pode ser captado pelos traços [+ M, - U], ao passo que, para outros SNs, como os de (2.32) a (2.34), a caracterização adequada seria [+ M, + U].

Atentando-se para o modo como se fez a marcação de traços acima, pode-se alegar que existe uma redundância aí: os traços [- U] e [+ U] pressupõem o traço [+ M]. Conseqüentemente, a explicitação deste poderia ser dispensada. Todavia, por enquanto, vou manter essa redundância para deixar evidente que [+ M] é uma propriedade mais geral, que se revela tanto nos casos de [+ U] como nos assinalados com [- U]. Além disso, como se verá

mais adiante, ao tratar dos SNs nus objetos, será necessário fazer referência à oposição [+ M] x [- M].

Sintetizando, pois, os aspectos da interpretação de SNs, até aqui comentados, temos o seguinte quadro das propriedades referidas:

QUADRO I

ALGUNS TRAÇOS COMPONENTES DA INTERPRETAÇÃO DE SNs

a) Identificabilidade	[± I]
b) Foco nos membros integrantes da classe	[± M]
c) Quantificação universal	[± U]

Ao analisar o comportamento semântico dos SNs grifados em (2.29) a (2.34), (2.37) e (2.38) à luz dessas propriedades, constata-se que:

- (2.39) a) os sujeitos de (2.29) a (2.31) — **este menino, meu filho mais velho e a casa de Maria** — são marcados como [+ I, + M, - U];
- b) em (2.32) a (2.34), os constituintes **menino, mineiro e um mecânico** recebem os traços [- I, + M, + U];
- c) tanto **alguns mosquitos**, em (2.37), como **pombos**, em (2.38), têm as propriedades [- I, + M, - U].

Com base nesses fatos, pode-se levantar a hipótese da existência de três tipos de interpretação possíveis para SNs: (a), (b) e (c) de (2.39) representam, respectivamente, cada uma das interpretações detectadas.

Para facilidade de referência, vou reservar os seguintes rótulos para tais acepções:

QUADRO II

ALGUMAS INTERPRETAÇÕES DE SNs

a) Identificável	- caracterizada pela matriz: [+ I, + M, - U]
b) Atributiva	- caracterizada pela matriz: [- I, + M, + U]
c) Partitiva	- caracterizada pela matriz: [- I, + M, - U]

A seguir, apresento mais alguns exemplos que ilustram, respectivamente, as interpretações identificável, atributiva e partitiva:

(2.40) O leite desnatado da Nestlé é muito saboroso.

(2.41) Uma mulher não seria aceita para este cargo.

(2.42) Poucos carros são tão econômicos como este.

Antes de encerrar a seção, desejo deixar claros alguns pontos. Em primeiro lugar, as denominações arroladas no quadro II (conforme já disse) devem ser entendidas apenas como *abreviaturas*, maneiras econômicas de se fazer referência às matrizes de traços aí apresentadas. Essas, sim, realmente

procuram descrever as diferentes facetas sob as quais a interpretação dos SNs foi analisada.

Em segundo lugar, é conveniente esclarecer um pouco mais a distinção proposta, com apoio nos traços [\pm I], entre dados como (2.29) - (2.31) e (2.40), por um lado, e exemplos como (2.37), (2.38) e (2.42), por outro. Tomando como ilustração as frases de (2.30) e (2.38), abaixo repetidas,

(2.30) **Meu filho mais velho** trabalhou na Cemig.

(2.38) **Pombos** sobrevoaram o Palácio durante a cerimônia.

constata-se que realmente há uma diferença entre os SNs sujeitos dessas estruturas quanto à propriedade semântica **identificabilidade**. Veja-se que em (2.30) é possível *apontar* o indivíduo ao qual se aplica o predicado **trabalhou na Cemig**, cuja **identidade** é importante para os efeitos da comunicação. No que concerne a (2.38), entretanto, não se dá a mesma relevância à identificação dos pombos em tela. Não interessa tanto se a predicação é verdadeira para estes ou aqueles pombos, mas, sim, reconhecer que: **é verdade, para uma quantidade não especificada de pombos, que eles sobrevoaram o Palácio durante a cerimônia**, conforme asseverado mais acima. Ou seja: em (2.38), focaliza-se um subconjunto do conjunto total de 'pombos', independentemente do fato de ser ou não possível identificar, com exatidão, os membros componentes desse subconjunto.

Considere-se, ainda, o SN partitivo **alguns mosquitos** na frase (2.37):

(2.37) **Alguns mosquitos** provocam doença.

Também nesse exemplo não está em jogo a identificação dos mosquitos que provocam doença, mesmo que se possa dizer com segurança quais são. A *embalagem* sob a qual essas entidades são apresentadas, ou mais apropriadamente, a codificação dessas entidades se faz de modo a obscurecer a importância de sua identificação precisa e a realçar a sua existência. Em outras palavras: para os efeitos da comunicação, o relevante é a existência de um certo número de mosquitos causadores de doença, **sejam eles quais forem**.

É nesse sentido, portanto, que SNs **partitivos** como os aqui mencionados devem receber o traço [-I], contrastando assim com os identificáveis, para os quais a identificação exata do referente é fundamental.

2.2.2.1. Acepções do SN sujeito e tipos de predicação

Mais algumas considerações ainda devem ser apresentadas a respeito das três acepções detectadas. Com relação aos SNs identificáveis e aos partitivos, é digno de nota o fato de poderem ocorrer como sujeitos de vários tipos de predicação. Comprova isso a gramaticalidade das seguintes orações:

- (2.34) a) { Estes empresários
Alguns empresários } roubam.
- b) { Estes empresários
Alguns empresários } podem lucrar com a venda de
carros importados.
- c) { Estes empresários
Alguns empresários } sonegariam imposto, se
pudessem.
- d) { Estes empresários
Alguns empresários } estão lucrando com a venda
de carros importados.
- e) { Estes empresários
Alguns empresários } sonegaram imposto no ano
passado.

Em (2.43)(a), tem-se uma predicação genérica, que atribui aos respectivos sujeitos propriedades interpretadas como permanentes ou, pelo menos, habituais. Em (2.43)(b) e (c), as predicções exprimem "a idéia de eventos possíveis, hipotéticos ou de alguma maneira não-reais" (Cf. PERINI, 1977, p.40),⁷ enquanto em (2.43)(d) e (e) os eventos são apresentados como realmente acontecendo ou tendo acontecido num determinado tempo. Portanto, no que concerne ao tipo de predicação, parece não haver restrições quanto à ocorrência de SNs identificáveis e partitivos como sujeito.

⁷ Na passagem de onde se extraiu o trecho citado, PERINI também estabelece uma oposição entre tempos verbais que exprimem eventos reais e aqueles que exprimem eventos hipotéticos. Contudo seus objetivos lá são diferentes dos meus nesta parte.

Quanto aos atributivos, todavia, os fatos são outros. A distribuição desses elementos é mais limitada, uma vez que só podem ser sujeitos de predicados genéricos ou que exprimem eventos, de alguma forma, não-reais. Eventos codificados como reais são incompatíveis com sujeitos representados por SNs interpretados atributivamente. Compare-se (2.44), abaixo, com (2.32) e (2.45):

(2.44) *Menino me aborreceu ontem.

(2.32) Menino incomoda.

(2.45) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Um menino} \\ \text{Menino} \end{array} \right\}$ atrapalharia meus planos.⁸

Com base nos dados acima, pode-se afirmar, portanto, que os SNs atributivos são mais marcados que os outros dois quanto às suas possibilidades de ocorrência como sujeito.

Na seção que segue, vou procurar justificar tal distribuição.

2.2.2.2. Pressuposição de existência do referente do SN sujeito

À primeira vista, poder-se-ia imaginar que uma explicação para a anomalia de (2.44) seria encontrada se acrescentássemos às matrizes do quadro II mais um traço — **pressuposição de existência do referente do SN**, abreviadamente [± E] — e assinalássemos os **atributivos** como [- E] e os

⁸ Convém salientar aqui, com relação ao SN **um menino**, que sua interpretação atributiva não é decorrente da estrutura interna do SN apenas, embora essa contribua para isso, mas depende também de outros fatos como, por exemplo, a função sintática desse SN, o tempo/aspecto do verbo, etc.

identificáveis e partitivos como [+ E]. Feito isso, seria possível valer-se da seguinte afirmação de PERINI (1977, p.119) para dar conta do caso em pauta: "Sempre que o verbo de uma sentença está no perfeito, a existência do referente do SN sujeito é necessariamente pressuposta".

Como o sujeito de (2.44) seria marcado [- E], haveria uma incompatibilidade entre a leitura desse SN e as exigências que o verbo no perfeito faz quanto ao seu sujeito. Daí a estranheza da sentença (2.44).

Contudo, essa não parece ser a explicação adequada para o caso em foco, já que depende crucialmente da associação do traço [- E] com todos os SNs atributivos. Conforme esclareço a seguir, tal associação é inadequada.

É bem verdade que, em algumas estruturas, os atributivos recebem a leitura [- E], como em (2.45) acima e ainda em (2.46):

(2.46) Na Cidade Jardim, apartamento custaria mais que casa (se lá fosse permitido construir apartamento).

Mas, em outros casos, devem ser marcados como [+ E], conforme se vê em (2.32), abaixo repetido:

(2.32) Menino incomoda.

Só faz sentido atribuir a predicação genérica **incomoda** a **menino**, se a existência do referente desse SN for pressuposta. Ou seja: embora tal predicação seja considerada verdadeira para **todo e qualquer menino**,

pressupõe-se a existência de alguma entidade que corresponda à descrição 'menino'. Logo, não se pode afirmar que $[\pm E]$ seja uma propriedade relevante na caracterização de todos os SNs atributivos, já que, em alguns contextos, os atributivos recebem o traço $[+ E]$ e, em outros, $[- E]$.

Considerações semelhantes cabem, ainda, para os partitivos. Atente-se para (2.47) e (2.48):

(2.47) Meninos gritaram lá fora.

(2.48) Alguns brasileiros comprariam este carro se já estivesse à venda.

À semelhança do que se verifica com relação aos SNs atributivos, também os exemplos de (2.47) e (2.48) fornecem evidência para o fato de que a propriedade $[\pm E]$ não é característica dos SNs partitivos, já que esses ora são marcados $[+ E]$, como em (2.47), ora $[- E]$, como em (2.48), de acordo com o tipo de predicação apresentada na estrutura.

Conclui-se, pois, que **pressuposição de existência do referente** não é uma propriedade que contribua para uma melhor caracterização semântica dos SNs apresentados no quadro II, não justificando sua inclusão aí, por ser supérflua. Com exceção dos **SNs identificáveis**, que sempre são marcados positivamente com relação a tal propriedade, as outras duas acepções (atributiva e partitiva) podem ilustrar ambas as alternativas, $[+ E]$ e $[- E]$, conforme acima atestado.

2.2.2.3. Tentativa de solução

Voltando ao exemplo (2.44):

(2.44) *Menino me aborreceu ontem.

a explicação para sua estranheza, anteriormente fornecida, mostrou-se inadequada por se apoiar numa identificação dos SNs atributivos com o traço [- E].

Todavia, atentando-se para outro aspecto da interpretação desses constituintes, é possível encontrar uma solução para o problema apresentado. Lembre-se de que os SNs atributivos indicam que os membros de um conjunto são considerados na sua totalidade, cobrindo toda a extensão do conjunto. Ou seja, está em jogo **qualquer** elemento que possua os traços definitórios da classe. Ora eventos reais (conforme é o caso em (2.44)) envolvem entidades que devem ser, de alguma forma, destacadas no conjunto total de entidades análogas. Não se pode atribuir **me aborreceu ontem** a **todo e qualquer** indivíduo que satisfaça a descrição 'menino', por exemplo. É necessário que se focalize um membro em especial da classe 'menino' para que essa predicação possa ser a ele atribuída, como em

(2.49) **Este menino me aborreceu ontem.**

onde se tem um SN identificável.⁹

⁹ É claro que essas observações se aplicariam, também, ao exemplo abaixo:

(i) **Estes meninos me aborreceram.**

no qual há mais de um membro identificável, recortado no elenco de todos os possíveis 'meninos'.

Ou, por outro lado, é preciso que os elementos do conjunto sejam recortados à maneira dos SNs partitivos:

(2.50) Alguns meninos incomodaram Maria.

em que a predicação é verdadeira para algumas entidades da classe 'menino', mas não para outras.

Portanto, parece residir no modo como os SNs atributivos focalizam os membros de uma dada classe a razão para a sua incompatibilidade com verbos que codificam eventos reais. Em outras palavras: conforme visto, os atributivos focalizam toda e qualquer entidade portadora dos atributos de um dado conjunto. Em (2.44), por exemplo, o SN **menino** cobre toda a extensão da classe. Daí sua incompatibilidade com a predicação **me aborreceu ontem**, que só se mostra adequada para SNs que codificam um recorte na classe em questão, que destacam uma entidade dentre as demais do grupo considerado.

2.2.2.4. Retomada pronominal

Em 2.2.2.2 cheguei à conclusão de que o traço [\pm E] não é relevante para a caracterização semântica dos SNs focalizados naquela parte. A seguir, pretendo investigar um outro aspecto da interpretação de tais constituintes: a possibilidade, ou não, de eles serem retomados por **pronomes pessoais de**

mesmo gênero e número do SN, tanto na posição de sujeito como na de objeto.¹⁰ Vou-me referir a essa propriedade pela abreviatura: [\pm Pr].

Examinem-se os dados abaixo:

(2.51) a) **O seu café_i** não me provocou insônia como temia. **Ele_i** é mais fraco que o daqui de casa.

b) **O seu café_i** não me provocou insônia como temia. Que quantidade de pó usou para fazê-lo_i?

(2.52) a) **Esta criança_i** atrapalharia meus planos se ela_i tivesse nascido há três meses.

b) **Esta criança_i** atrapalharia meus planos. Não vou levá-la_i nesta viagem.

Em (2.51) e (2.52), os SNs identificáveis, **o seu café** e **esta criança**, podem ser retomados por pronomes pessoais de mesmo gênero e número do SN, tanto na posição de sujeito como na de objeto. Isto significa que a propriedade [+ Pr] caracteriza SNs com a acepção identificável.

Também a leitura partitiva compartilha desse traço, como nos atestam os exemplos de (2.53) e (2.54):

¹⁰ Devo deixar claro que aqui não pretendo investigar outros tipos de retomadas anafóricas como, por exemplo, as elipses (anáforas zero) ou os casos de retomada por pronomes pessoais de número diferente do antecedente (cf. **Bebê_i** incomoda. **Eles_i** choram muito). Apenas o caso focalizado no texto será explorado nesta parte.

(2.53) a) **Alguns mosquitos_i** provocam doença. **Eles_i** são encontrados nos pântanos.

b) **Alguns mosquitos_i** provocam doença. Para liquidá-los_i use este tipo de inseticida.

(2.54) a) **Pombos_i** sobrevoaram o Palácio durante a cerimônia, mas não sei se foram **eles_i** que fizeram toda essa sujeira no jardim.

b) **Pombos_i** sobrevoaram o Palácio durante a cerimônia, mas não consegui fotografá-los_i.

Já com referência aos SNs com interpretação atributiva, observe-se como se comportam quanto à possibilidade de retomadas pronominais:

(2.55) a) **Menino_i** incomoda. ***Ele_i** só faz o que não deve.

b) **Menino_i** incomoda. *Por isso não **o_i** desejo em minha casa.

(2.56) a) **Uma criança_i** atrapalharia meus planos: ***ela_i** requer muitos cuidados, ocupando-nos o tempo todo.¹¹

b) **Uma criança_i** atrapalharia meus planos. *Por isso não **a_i** quero em minha casa.

Com base nos dados acima, pode-se aventar a hipótese de que a alternativa [- Pr] é característica da acepção atributiva, devendo ser acrescentada à matriz de traços proposta para tal acepção.

¹¹ Um outro tipo de retomada pronominal é adequada neste caso. Observe-se:

(i) **Uma criança_i** atrapalharia meus planos.

Elas_i nos ocupam o tempo todo.

Porém, foge ao objetivo deste texto estudar as condições gerais de retomadas anafóricas de SNs. Aqui interessa-me apenas o traço [+ Pr], conforme definição dada.

Contudo, o exame de mais alguns exemplos conduz a uma conclusão oposta:

(2.57) **Um mecânico**_i resolveria meu problema. **Ele**_i poderia detectar o defeito deste carro.

(2.58) **Um emprego**_i me daria independência, mas eu não **o**_i suportaria por muito tempo.

Em (2.57) e (2.58), os SNs atributivos devem ser assinalados [+ Pr], ao contrário do que ocorre em (2.55) e (2.56). Esse fato sugere, por conseguinte, que não seria adequado associar a leitura atributiva com uma das alternativas referentes ao traço em questão: há casos de atributivos que são marcados com [- Pr] e outros que recebem o traço [+ Pr].¹² Em face disso, à semelhança da opção feita quanto à propriedade [\pm E], pode-se deixar de acrescentar o traço [\pm Pr] nas matrizes do quadro II, por se mostrar supérfluo. Em outras palavras: a propriedade investigada nesta subseção — **possibilidade de retomada por pronomes pessoais de mesmo gênero e número do SN** — não é fundamental na caracterização de SNs com as interpretações **identificável, partitiva e atributiva**, ou seja, SNs marcados com [+M]. Tanto

¹² As duas alternativas, [+ Pr] e [- Pr], ilustradas pelos SNs com acepção atributiva, sugerem que a questão da retomada pronominal aqui focalizada merece mais investigação. Assim, por exemplo, observa-se que os SNs atributivos que ocorrem em orações com predicado caracterizado como [-evento real] podem ser retomados por pronomes pessoais sujeitos ou objetos de sentenças cujo predicado preserva o caráter hipotético da oração em que o antecedente ocorre. (Cf. (2.57) e (2.58)).

Isso é uma pista de que mais fatos estão envolvidos na possibilidade (ou não) de retomadas pronominais de SNs, não devendo esta ser associada apenas à acepção de tais SNs. A leitura da frase, como um todo, parece interferir em alguns casos. A investigação desses fatos, contudo, ultrapassa os objetivos do presente trabalho.

SNs identificáveis e partitivos como atributivos ilustram a alternativa [+ Pr], o que significa não ser esta propriedade relevante para distinguir as acepções consideradas.

2.2.2.5. Síntese e justificativas

Nesta parte efetuou-se a análise dos traços semânticos de alguns SNs, nus e plenos, na posição de sujeito. Embora não se pretenda ter esgotado todas as possibilidades de interpretação desses constituintes, foi possível detectar, pelo menos, três acepções diferentes — **identificável**, **atributiva** e **partitiva** — distinguidas pelas matrizes de traços expostas no Quadro II, abaixo repetido:

QUADRO II

ALGUMAS INTERPRETAÇÕES DE SNs

a) Identificável	- caracterizada pela matriz: [+ I, + M, - U]
b) Atributiva	- caracterizada pela matriz: [- I, + M, + U]
c) Partitiva	- caracterizada pela matriz: [- I, + M, - U]

Em seguida, algumas considerações adicionais foram apresentadas. Por um lado, constatou-se a não relevância dos traços [± E] e [± Pr] na caracterização das referidas acepções. Por outro, verificou-se a incompatibilidade da leitura de SNs atributivos com predicados que codificam eventos

reais, como é o caso, por exemplo, dos verbos no perfeito. Essa última observação, em especial, será retomada na discussão dos casos de objeto representado por SN nu, a ser efetuada na próxima seção.

Todavia, antes de pôr fecho a esta parte, é necessário prestar mais alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar (como se sabe e os diferentes tipos de dados apresentados exemplificam), não se espera que haja uma correlação direta entre as interpretações do quadro II e a forma dos SNs. É claro que a constituição interna do SN é um dos ingredientes que contribuem para a sua interpretação, mas não é o único. A estrutura da oração como um todo pode atuar nesse sentido, como já se comentou anteriormente (Cf. nota 8). Aqui não cabe explorar mais esses fatos, visto que o objetivo central da tese é o estudo do SN nu objeto, e as acepções do quadro II, detectadas nesta seção, visam apenas a abrir caminho para a análise a ser efetuada na próxima parte.

Contudo, a título de ilustração, convém citar novamente alguns exemplos já mencionados. Retomem-se, a propósito, as seguintes frases:

(2.45) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Um menino} \\ \text{Menino} \end{array} \right\}$ atrapalharia meus planos.

Em (2.45), a interpretação atributiva se dá tanto com o SN indefinido **um menino** como com o SN nu **menino**.

Também SNs com acepção partitiva podem ter diferentes estruturas internas, como se comprova com os dados de (2.37), (2.38) e (2.42), dentre outros:

(2.37) **Alguns mosquitos** provocam doença.

(2.38) **Pombos** sobrevoaram o Palácio durante a cerimônia.

(2.42) **Poucos carros** são tão econômicos como este.

Com relação aos SNs identificáveis, a situação é semelhante: embora SNs cujo núcleo venha precedido de demonstrativo recebam uma interpretação identificável, esta não é exclusiva desse tipo de SN, como se verifica em (2.29) a (2.31) e (2.40):

(2.29) **Este menino** incomoda.

(2.30) **Meu filho mais velho** trabalhou na Cemig.

(2.31) **A casa de Maria** está à venda.

(2.40) **O leite desnatado da Nestlé** é muito saboroso.

Uma segunda justificativa que considero de interesse prende-se à razão de a análise desta parte ter sido centrada nos traços $[\pm I]$, $[\pm M]$ e $[\pm U]$, e não em outras propriedades semânticas usualmente citadas na literatura. Não há dúvida de que outras facetas da interpretação de SNs poderiam ser enfatizadas e, nesse caso, as acepções discriminadas no quadro II poderiam sofrer reestruturação. Entretanto, não se pode negar que as matrizes de traços arroladas nesse quadro realmente descrevem algumas das perspectivas sob

as quais a interpretação de SNs pode ser considerada. Mais importante, contudo, é o fato de que os ângulos aqui focalizados são os que interessam para atender aos objetivos da tese. Ou seja: os traços discriminados nesta parte são aqueles que vão-se mostrar relevantes para a caracterização semântica do SN nu objeto, a ser realizada em 2.2.3, e vão facultar o confronto entre a aceção desse constituinte e as de SNs (nus e plenos) na posição de sujeito.

Por fim, deve-se frisar mais uma vez que, além das propriedades citadas no quadro II, os traços [\pm E] e [\pm Pr] também foram levados em conta na investigação, porém mostraram-se supérfluos, pelo menos no que concerne aos SNs identificáveis, partitivos e atributivos, conforme já referido. No entanto, é possível que, para a análise do SN nu objeto, seja necessário recorrer a tais propriedades. Isso será verificado na próxima parte.

2.2.3. A interpretação incorporada do SN nu objeto

Os dados examinados em 2.1 evidenciam que SNs nus, ao ocuparem a posição de argumento interno do verbo, têm uma distribuição diferente da de SNs plenos: elegem a posição adjacente ao verbo como a única natural para a sua ocorrência, não manifestando a mesma autonomia de deslocamento observada com relação aos SNs plenos.

É objetivo desta seção analisar a interpretação semântica dos objetos representados por SNs nus e verificar se ela se identifica com alguma das acepções anteriormente detectadas: identificável, atributiva e partitiva.

Para tanto, convém lembrar aqui as propriedades em que a descrição precedente se baseou, sintetizadas no quadro I, representado abaixo:

QUADRO I

ALGUNS TRAÇOS COMPONENTES DA INTERPRETAÇÃO DE SNs

a) Identificabilidade	[± I]
b) Foco nos membros integrantes da classe	[± M]
c) Quantificação universal	[± U]

Com base nesses traços, veja-se, a seguir, como se comportam os SNs nus objetos. Retome-se, por exemplo, a estrutura:

(1.1) Fui buscar **menino** no colégio às cinco horas.

Do ponto de vista da **identificabilidade**, o SN acima destacado deve ser marcado com [- I], à semelhança do que se verificou antes para os SNs atributivos de (2.32) a (2.34):

(2.32) **Menino** incomoda.

(2.33) **Mineiro** trabalha em silêncio.

(2.34) **Um mecânico** resolveria meu problema.

Sendo assim, já de início, é possível distingui-lo dos SNs identificáveis, assinalados [+ I], como se observa com o SN pleno em (2.59):

(2.59) Fui buscar este menino no colégio às cinco horas.

Quanto ao traço — Foco nos membros integrantes da classe —, o objeto de (1.1) parece revelar uma leitura completamente diferente da constatada nos três casos anteriormente vistos. Lembro que tanto os SNs identificáveis e partitivos quanto os atributivos são marcados [+ M]. Conforme já tive ocasião de comentar, isso significa que os SNs com essas acepções destacam os membros constitutivos de um dado conjunto, ainda que o façam de maneiras diferentes: os dois primeiros recortam a classe, ilustram uma relação de subconjunto, enquanto os atributivos focalizam os elementos do conjunto na sua totalidade.

Para o objeto de (1.1), o mais adequado é marcar [- M], uma vez que não ilustra nenhuma das interpretações acima relatadas. Observe-se que, ao enunciar tal oração, o falante tem em mente destacar o que fez às cinco horas e não o que aconteceu com a entidade menino às cinco horas. Logo, não se focaliza qualquer membro da classe em questão, seja qual for o ângulo sob o qual se aprecie a sentença (1.1). Assim, por exemplo, não se está considerando a classe 'menino' sob a totalidade dos elementos que a compõem, ou seja, não se cobre a extensão desse conjunto. Evidência disso é a

estranheza, para (1.1), das paráfrases típicas dos constituintes assinalados [+ U]. Comparem-se, por exemplo, (2.35) e (2.36), abaixo repetidos, com (2.60) e (2.61):

(2.35) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Todo} \\ \text{Qualquer} \end{array} \right\}$ menino incomoda.

(2.36) Para todo x, se x é menino, x incomoda.

(2.60) #Fui buscar $\left\{ \begin{array}{l} \text{todo} \\ \text{qualquer} \end{array} \right\}$ menino no colégio às cinco horas.

(2.61) #Para todo x, se x é menino, fui buscar x no colégio às cinco horas.

A leitura registrada em (2.60) e (2.61) não é adequada para (1.1). Isso poderia significar que (1.1) deveria receber o traço [- U]. Entretanto, como já se salientou, [-U] representa a outra perspectiva sob a qual as entidades constitutivas de um conjunto podem ser focalizadas, isto é, a relação de subconjunto. Ora, ainda nesse caso, não se pode interpretar que o SN nu objeto esteja destacando um menino dentre os demais do conjunto, ao contrário do que ocorre em (2.59).

Também não está em jogo uma **quantidade** não especificada de meninos, à semelhança do que se viu em

(2.38) **Pombos** sobrevoaram o Palácio durante a cerimônia.

onde se efetua um recorte nos membros integrantes da classe de 'pombos'. Portanto, o fato de interpretações semelhantes às dos SNs identificáveis, como (2.59), ou partitivos, como (2.38), não serem apropriadas para o objeto de (1.1) impede sua marcação [- U], conforme sugerido acima.

Na verdade, no exemplo em pauta, não interessa se o falante buscou um menino apenas, uma menina e um menino, vários meninos e meninas, etc. Em quaisquer dessas circunstâncias, continuaria sendo apropriado o uso da referida estrutura, uma vez que, em (1.1), focaliza-se o que foi feito — o evento — e não a entidade menino. É essa interpretação que se procura captar através da propriedade [- M], atribuída ao objeto de (1.1). Ao caracterizá-lo como [- M] dispensa-se, ao mesmo tempo, referência aos traços [± U], por serem pertinentes apenas para os dados marcados com [+ M].

Investigando um pouco mais o que significa a característica [-M] do constituinte considerado, constata-se que o nome grifado em

(1.1) Fui buscar **menino** no colégio às cinco horas.

é interpretado à luz dos traços definitórios de sua classe. Ou seja: está em jogo o conjunto total das propriedades que caracterizam a descrição 'menino'. O nome aí é considerado como um feixe de traços. Sendo assim, o sentido do nome, nesse exemplo, associa-se tão intimamente com o sentido do verbo, que os dois elementos, verbo + SN, passam a formar um todo semanticamente coeso, a traduzir uma idéia unitária. O nome parece estar *qualificando* o

verbo, atribuindo ao seu sentido o conjunto das propriedades que definem a própria classe do nome em questão. Em outras palavras, o conjunto **verbo + SN** passa a designar um tipo de ação ou processo expresso pelo verbo: **buscar menino** é interpretado como uma modalidade de ação diferente de **alugar apartamento, comprar carro, tomar café, viajar, cantar, etc.**

Essa função classificatória do nome em relação ao verbo é um traço semântico que não havia sido detectado nos SNs investigados em 2.2.2, todos marcados [+ M]. É típica, portanto, da leitura caracterizada como [- M].

Uma outra maneira de formular essa mesma interpretação poderia ser através do traço — **foco no conjunto das propriedades definitórias da classe** — abreviadamente [\pm C]. Nesse caso, o SN nu em (1.1) receberia a marca [+ C]. Porém, conforme a advertência acima, essa seria apenas uma outra notação para captar a leitura [- M]. Não se justifica, portanto, incorporá-la na tabela das propriedades alistadas no quadro I. Em vez disso, deve-se acrescentar o ingrediente semântico — **foco no conjunto das propriedades definitórias da classe** — como parte do significado do traço [- M].

Convém, neste momento, sintetizar os aspectos até aqui analisados do comportamento semântico do objeto representado por SN nu através dos traços: [- I, - M]. Vê-se que a interpretação de SNs nus objetos não se identifica com nenhuma das acepções detectadas na seção 2.2.2, apresentando sua própria matriz semântica. Vou reservar a denominação **objeto incorporado**

para me referir a esse tipo de constituinte. O rótulo escolhido sugere, em primeiro lugar, uma **incorporação** do significado do nome ao significado do verbo de tal modo a constituírem ambos uma unidade semântica. Em segunda instância, deixa claro que apenas objetos podem se incorporar. Tal fato não ocorre com sujeitos (conforme será visto no capítulo IV).

É necessário esclarecer, ainda, que essa rotulação, aqui empregada para captar a leitura típica de SNs nus objetos, tem sido usada na literatura lingüística para designar também uma construção formal. Nas línguas que ilustram tipicamente a regra de incorporação, como Onondaga, Mohawk, Nahuatl, etc., certo tipo semântico de objeto perde suas características morfológicas (como, por exemplo, marca de acusativo) e se incorpora ao radical verbal, à semelhança de um morfema.¹³ Portanto, deixa de ter estatuto de palavra independente e forma, com o verbo, um único item léxico. Sintaticamente, o verbo manifesta-se sem complemento.

No caso do português, há a **incorporação semântica**, embora não a morfológica.¹⁴ Não pode passar despercebido, entretanto, o fato de que a leitura de **um todo semântico**, que venho procurando caracterizar nesta parte,

¹³ Autores como GIVÓN (1984) e BAKER (1988; 1993), que tratam de tais casos, não entram em detalhes a respeito da interpretação semântica desse objeto. No capítulo IV examino mais detidamente os fatos relativos à incorporação nominal nas línguas citadas.

¹⁴ Evidência de que **verbo + objeto incorporado** não constituem um único vocábulo é fornecida, por exemplo, com base nas observações de JAMES (1972, p.162 a 172) sobre o comportamento das interjeições com expressões lexicalizadas, comentadas na seção 1.2.

está em sintonia com o comportamento sintático revelado na seção 2.1, qual seja: a adjacência estrita ao verbo do objeto representado por SN nu.¹⁵

2.2.3.1. Objeto incorporado com verbos no pretérito

Procurando mais evidência a favor da leitura [-I, -M] do objeto incorporado, pode-se estabelecer um confronto entre a distribuição de SNs nus sujeitos, interpretados atributivamente, e os casos de SN nu objeto. Os primeiros não podem coocorrer com verbos no pretérito perfeito (ou em qualquer tempo que codifique eventos reais), conforme visto anteriormente, através de exemplos como:

(2.44) *Menino me aborreceu ontem.

Já os objetos incorporados não apresentam tal restrição, como se constata em

(2.62) Hoje a minha tarde foi muito ocupada: **fiz empadinha, passei roupa e ainda busquei menino** no colégio para a minha vizinha.

Essa diferença de comportamento dos SNs nus com o verbo no perfeito ilustra a chamada **assimetria sujeito/objeto** (discutida por vários lingüistas sob

¹⁵ No capítulo IV, pretendo explorar mais esse aspecto incipiente da incorporação formal, procurando explicá-lo à luz da **Incorporação Sintática** nos moldes de BAKER (1988; 1993).

outros prismas)¹⁶ e pode ser explicada com base nas leituras típicas de cada caso.

Em 2.2.2.3 justificou-se a agramaticalidade de (2.44) devido a uma incompatibilidade semântica entre o tipo de predicação aí ilustrado e a interpretação atributiva do sujeito. Conforme já assinalado, não se pode atribuir **me aborreceu ontem a todo e qualquer indivíduo** que satisfaça a descrição 'menino'. Tal predicação só se mostra adequada para SNs que codificam um recorte na classe considerada, que destacam uma entidade dentre as demais do conjunto em questão. Em síntese: apenas SNs com os traços [+ M, -U] podem ser sujeitos de verbos no pretérito perfeito (ou qualquer tempo que codifique eventos reais).

No que concerne ao SN nu objeto, entretanto, o fato de poder ocorrer em sentenças com verbo no perfeito se explica devido à função classificatória que manifesta em relação à ação ou processo expressos pelo verbo. Assim, em (2.62), há a enumeração de diversas atividades efetuadas mas, em nenhum dos casos sublinhados, destacam-se entidades de uma classe. **Verbo + SN** codificam um único evento nessa construção. As expressões **fazer empadinha, passar roupa e buscar menino** são interpretadas como diferentes tipos de ação executadas no momento mencionado. O foco da

¹⁶ A esse propósito, pode-se mencionar o fato observado por BAKER (1988) de que, em todas as línguas que ilustram a incorporação morfológica do objeto, nunca ocorre a incorporação do sujeito. Essa não se dá em nenhuma língua conhecida. Conforme asseverado anteriormente, no capítulo IV, essas idéias serão retomadas.

atenção, em todos esse dados, é o conjunto **verbo + objeto**, isto é, o evento realizado. Mesmo estando o verbo no perfeito, não se focalizam os nomes. Por exemplo: não se pensa num menino em particular, identificável, quando se enuncia **busquei menino**. Também não são o centro de interesse as empadinhas feitas ou as roupas passadas. Em suma, o dado em tela comprova que os objetos incorporados têm a leitura [-I, -M].

2.2.3.2. Retomada pronominal do objeto incorporado

Em 2.2.2.4, cheguei à conclusão de que o traço **retomada por pronome pessoal de mesmo gênero e número do SN, [+ Pr]**, não contribui para uma melhor distinção das três acepções lá investigadas.

Contudo, há a possibilidade de que essa propriedade seja pertinente para a caracterização dos objetos incorporados. Atente-se, pois, para os dados a seguir:

(2.63) a) *Fui buscar menino_i no colégio às cinco horas mas ele_i não estava lá.

b) *Fui buscar menino_i no colégio às cinco horas mas não o_i encontrei.

(2.64) a) *Eu só comprei carro_i este ano porque você insistiu muito e ele_i estava barato.

b) *Eu só comprei carro_i este ano porque você insistiu muito. Não tinha intenção de comprá-lo_i tão cedo.

(2.65) a) *João alugou **apartamento**_i durante vinte anos. **Ele**_i oferece mais segurança que casa.

b) *João alugou **apartamento**_i durante vinte anos por não ter condições financeiras para comprá-lo_i.

(2.66) a) *Gosto de tomar **café**_i só depois do almoço. **Ele**_i tem de ser bem quentinho.

b) *Só posso tomar **café**_i de manhã. O médico me proibiu de tomá-lo_i várias vezes ao dia.

Os casos apresentados em (2.63) - (2.66) evidenciam que o traço [- Pr] faz parte da interpretação dos objetos representados por SN nu. Assim, pode-se caracterizar a leitura incorporada desses objetos através das propriedades: [- I, - M, - Pr].¹⁷

Cabe mencionar, neste momento, que a propriedade [- Pr] dos constituintes em apreço parece indicar que, também em português, objetos incorporados não introduzem **participantes do discurso**, no sentido atribuído a essa expressão por GIVÓN (1984, p.137 e 388ss; 1990, p.900ss). Vou explicar melhor esta idéia: estudando a incorporação morfológica sob a perspectiva funcional, GIVÓN conclui que, nas línguas por ele examinadas, tal

¹⁷ Para alguns informantes, há casos de objeto incorporado representado por **nome não-contável** em que a retomada pronominal mencionada é aceita na posição de sujeito, ou seja, devem ser assinalados com [+ Pr]. Observe-se o seguinte exemplo fornecido por um desses informantes:

(i) Não é recomendável tomar **café**_i à noite, pois **ele**_i provoca insônia.

Contudo os julgamentos registrados em (2.63) a (2.66) correspondem à intuição da maioria das pessoas consultadas.

fenômeno só se processa com objetos que não são foco de atenção/ênfase no discurso em que aparecem, que não são passíveis de se tornar **tópicos do discurso**, isto é, "aquilo a respeito de que se pretende falar" (Cf. PONTES, 1987, p.13).¹⁸

De acordo com aquele lingüista, os argumentos das proposições se hierarquizam segundo seu grau de importância na comunicação. Por sua vez, os tópicos relevantes manifestam-se através da **continuidade**, expressa pela frequência de ocorrência. Em outras palavras, pode-se afirmar que participantes efetivos, tópicos de destaque na comunicação, são manipuláveis posteriormente no discurso. Citando as palavras de GIVÓN (1984, p.138), são elementos retomados no texto ulterior, ocorrendo em "cadeias de orações equi-tópicas".

Para elucidar esses fatos, considere-se o texto abaixo:

(2.67) Eu vi **um rapaz estranho** na festa da Kita. Enquanto todos estavam com trajes a rigor, ele vestia calça jeans com uma camisa de estampa arregalada. Tinha uma tatuagem no braço direito e usava argolinha no nariz. Seus cabelos eram oxigenados.

Esse rapaz parecia ter ido à festa só para beber. Não o vi dançar com as garotas nem conversar com os outros convidados. À meia noite, saiu sem se despedir da aniversariante ou de qualquer outra pessoa.

Será que ele era um *penetra*?

¹⁸ Em seu estudo sobre a incorporação nominal no guarani, VELÁSQUEZ-CASTILHO (1995, p.557) apresenta uma conclusão semelhante à de GIVÓN.

Em (2.67), o tópico em evidência é **um rapaz estranho**, introduzido no discurso via objeto direto. Observe-se que esse elemento é retomado nas sentenças seguintes tanto através dos pronomes de nominativo e acusativo, **ele e o**, como através de anáforas zero, do SN definido **esse rapaz** e do possessivo que aparece em **seus cabelos**, perfazendo um total de onze ocorrências.

Pelo que se pode ver, esse exemplo (por mim elaborado) confirma a expectativa de GIVÓN de que participantes efetivos, tópicos de relevo, são elementos recorrentes ao longo do texto, aparecendo em cadeias de orações equi-tópicas.

Embora nesta tese os casos de objeto incorporado não estejam sendo explorados no discurso, à semelhança dos trabalhos de GIVÓN e PONTES, não se deve deixar passar despercebida a possível relação (acima mencionada) entre o traço [- Pr], característico desse constituinte, e o fato de que ele **não** introduz um candidato a tópico discursivo.¹⁹ Dito de outra forma: o traço [- Pr] indica que o objeto representado por SN nu não é recuperável, no texto subsequente, por **pronome pessoal (nominativo ou acusativo) de mesmo gênero e número do SN**, como atestado pelos dados de (2.63) a (2.66).

¹⁹ Em um texto anterior (cf. SARAIVA, 1992, p.49) tive a oportunidade de apresentar minhas primeiras observações a respeito do caráter **não-tópico** do objeto incorporado em português. Todavia, na ocasião, ainda não havia analisado os traços semânticos desse constituinte. Logo, não dispunha de fatos para estabelecer as relações aqui apresentadas.

Para que um elemento seja interpretado como tópico do discurso é necessário que se continue a **falar dele** no texto ulterior, que ele seja passível de retomadas posteriores, como assinala GIVÓN. Sendo, porém, tal característica incompatível com o traço [- Pr] do objeto incorporado, segue-se naturalmente a conexão estabelecida entre esse traço e o fato de que o objeto incorporado **não** introduz um **participante do discurso**, no sentido acima explicitado.

A propósito, a última observação é previsível também a partir do traço [- M] atribuído ao SN nu objeto em português. Conforme já tive ocasião de esclarecer, esse traço indica que o nome incorporado não destaca os **membros constitutivos** de sua classe, sendo interpretado apenas como um **feixe de propriedades definitórias**. Ora, para que um SN possa codificar um participante do discurso é necessário que [+ M] faça parte de sua matriz semântica. A esse respeito, atente-se ainda para a seguinte passagem de GIVÓN (1984, p.137):²⁰

"Embora o discurso humano possa ter (...) temas mais abstratos, vamos considerar que, prototipicamente, ele trata do destino, ocupação, feitos, experiências e tribulações de **tópicos individuais**."

Desse modo, é possível asseverar, mais uma vez, que as características [- M, - Pr] dos SNs nus objetos em português estão em sintonia com o fato de tais elementos não codificarem participantes do discurso.

²⁰ No Apêndice estão arrolados os textos originais das citações traduzidas nesta tese.

2.2.3.3. Pressuposição de existência do referente do SN e a leitura incorporada

Neste ponto, emerge uma questão a respeito da pertinência (ou não) de se analisarem os SNs nus objetos com relação à propriedade **pressuposição de existência do referente do SN**, [\pm E]. Devo salientar, mais uma vez, que em 2.2.2.2 os fatos evidenciaram que tal traço, inerente aos SNs identificáveis, não é relevante para a caracterização semântica dos SNs atributivos e partitivos. Conforme o tipo de predicação apresentada na estrutura, os referidos constituintes ora deveriam ser marcados [+ E], ora [- E].

Também no que concerne à caracterização semântica dos **objetos incorporados**, parece que não cabe levar em conta esse traço. Reconhecer que devem ser marcados [- M] implica que, nos casos em pauta, o **conjunto das propriedades que descrevem o nome (que definem a sua classe)** é que são o foco de atenção, não os membros integrantes da classe. Ora, para que um constituinte receba o traço [+ E] é necessário que, de um modo ou de outro, as entidades de um conjunto sejam destacadas. Não sendo esse o caso do objeto incorporado, necessariamente será marcado [- E].

Contudo, a esse argumento poder-se-iam contrapor os seguintes dados:

(2.68) Ontem Pedro **buscou menino** às cinco horas.

(2.69) Sexta-feira passada **toquei flauta** no concerto da SME; mas foi a última vez que fiz isso em público.

(2.70) **Maria está usando pincel para tirar o pó da treliça.**

(2.71) **Estou passando espanador nestes livros há mais de uma hora.**

Nos exemplos acima, os eventos são codificados como reais, isto é, tendo ocorrido ou ocorrendo num determinado tempo. Ora, pode-se asseverar que, nessas sentenças, pressupõe-se a existência do referente dos objetos destacados, ao contrário do que se afirmou no parágrafo anterior.

Entretanto, há um outro prisma sob o qual esses fatos devem ser analisados. Na realidade, o que está em jogo nessas orações é a **factualidade** do processo verbal. O que se assevera é que determinados eventos aconteceram num dado momento (como em (2.68) e (2.69)), ou estão acontecendo no momento em que se fala (como em (2.70) e (2.71)). Não se estão fazendo asserções sobre os referidos objetos. Tanto isso é verdade que as sentenças de (2.69) a (2.71) poderiam ser assim parafraseadas:

(2.72) **Sexta-feira passada flauteei no concerto da SME; mas foi a última vez que fiz isso em público.**

(2.73) **Maria está pincelando o pó da treliça.**

(2.74) **Estou espanando estes livros há mais de uma hora.**

Em (2.72), pressupõe-se a existência de **flauta** do mesmo modo que em (2.69). Só existe a ação de **flautear**, como a de **tocar flauta**, se existir uma flauta que possa ser tocada. Também no caso de (2.73) **pincelar** pressupõe a

existência de pincel à semelhança do que ocorre em (2.70). Não existe a ação de **pincelar** sem o uso de pincel. Considerações semelhantes se aplicam, ainda, às ações de **passar espanador** e **espanar**, respectivamente, em (2.71) e (2.74).

Quanto a (2.68), não há em português um item léxico único que capte a idéia expressa pelo conjunto **verbo + nome**, como ocorre nas línguas indígenas que apresentam a incorporação morfológica, ou como nos dados de (2.72) a (2.74). Todavia, a interpretação é a mesma: para a efetivação do evento **buscar menino** é necessária a existência de, pelo menos, um menino que tenha sido buscado. Aqui, como nos demais exemplos referidos, a pressuposição de existência do objeto é derivada do tipo de ação que está sendo focalizado. Confirma-se, pois, o que foi dito anteriormente a respeito do objeto incorporado: nesses casos o sentido do nome associa-se ao do verbo, classificando-o, indicando um tipo de evento diferente. Logo o **foco**, nos exemplos em pauta, é a **factualidade do processo verbal** em si, não a existência do referente do SN objeto.

Sendo assim, pode-se dispensar, na matriz semântica do objeto incorporado, menção ao traço [\pm E], à semelhança do que já havia sido feito para os atributivos e partitivos.

2.2.3.4. Nomes contáveis x não-contáveis

Uma observação final: a oposição **nomes contáveis - nomes de massa** tem-se mostrado elucidativa na descrição de alguns processos gramaticais.²¹ Contudo, no que concerne aos objetos incorporados, essa distinção não tem relevância uma vez que, num e noutro caso, a interpretação dos SNs nus objetos segue o mesmo padrão. Isto é: ao focalizarem as **propriedades** que definem a classe do nome, e **não as entidades** que as portam, os SNs com leitura incorporada nivelam os dois casos (contáveis x não-contáveis), tornando desnecessária a referida distinção.

2.3. Sumário

Este capítulo focalizou o comportamento gramatical do SN nu objeto em português sob a perspectiva de sua distribuição e de sua interpretação nas sentenças de nossa língua.

Em 2.1, após um levantamento de suas possibilidades de ocorrência em diferentes tipos de estruturas, concluiu-se que a única posição natural para esse constituinte é a imediatamente após o verbo.

²¹ Observe-se, a propósito, a impossibilidade de se fazer o plural dos não-contáveis: ***arrozes**, ***ouros**, etc. Por isso mesmo esses nomes não podem ser precedidos de numerais ou certos itens com valor quantitativo: ***dois arrozes**, ***muitos ouros**, ***vários leites**, etc. (É claro que com referência às acepções — dois tipos de arroz, muitas qualidades de ouro, vários tipos de leite, etc. — os fatos são diferentes.)

Já 2.2 teve por objetivo principal o exame da face semântica das construções em apreço. Para atender a esse objetivo, mostrou-se pertinente iniciar a análise com a investigação dos traços semânticos característicos de alguns SNs na posição de sujeito, realizada em 2.2.2. O quadro I, abaixo repetido, sintetiza as propriedades que foram consideradas:

QUADRO I

ALGUNS TRAÇOS COMPONENTES DA INTERPRETAÇÃO DE SNs

a) Identificabilidade	[± I]
b) Foco nos membros integrantes da classe	[± M]
c) Quantificação universal	[± U]

Com base nessas propriedades, detectou-se a existência de três acepções diferentes para os SNs examinados, identificadas pelas matrizes do quadro II:

QUADRO II

ALGUMAS INTERPRETAÇÕES DE SNs

a) Identificável	- caracterizada pela matriz: [+ I, + M, - U]
b) Atributiva	- caracterizada pela matriz: [- I, + M, + U]
c) Partitiva	- caracterizada pela matriz: [- I, + M, - U]

O passo seguinte, efetivado em 2.2.3, consistiu na análise semântica das construções com SN nu objeto. A partir das conclusões de 2.2.2, procurou-se, comparativamente, situar a leitura típica dos referidos constituintes. Verificou-se que nenhuma das acepções arroladas no quadro II descreve adequadamente a interpretação do SN nu objeto em português. Esse elemento, ao qual se reservou a denominação de **objeto incorporado**, tem um comportamento semântico *sui generis*, caracterizado pela seguinte matriz de propriedades: [-I, -M, -Pr].

Um quadro completo das acepções detectadas neste capítulo é oferecido abaixo:

QUADRO III

ACEPÇÕES DOS SNs CONSIDERADOS

a) Identificável	[+ I, + M, - U]
b) Atributiva	[- I, + M, + U]
c) Partitiva	[- I, + M, - U]
d) Incorporada	[- I, - M, - Pr]

3 - A EXTENSÃO DO FENÔMENO DA INCORPORAÇÃO DO OBJETO

Este capítulo tem por meta principal ampliar a investigação empírica empreendida nos capítulos precedentes, a fim de verificar a extensão do fenômeno do objeto incorporado em português.

Com esse objetivo geral em mente, a primeira seção visa a averiguar, mais especificamente, se a leitura [-I, -M, -Pr], típica dos objetos representados por SNs nus, é compatível ainda com SNs portando elementos em sua **área esquerda**.¹

Já na segunda parte, a atenção se volta para o exame da ocorrência do objeto incorporado com vários grupos de verbos, pertencentes a diferentes campos semânticos.

3.1. A leitura incorporada e a área esquerda do SN

A descrição do comportamento gramatical do SN nu objeto, efetivada nos capítulos anteriores, revelou que esse constituinte apresenta uma interpretação identificada pelos traços [-I, -M, -Pr], a que denominei **Incorporada**.

¹ Esta rotulação é tomada de empréstimo a PERINI (1995, p.97), que a emprega para se referir à porção do SN que precede o núcleo.

É provável, porém, que tal interpretação não seja exclusiva dos elementos que constituem o objeto de estudo desta tese, podendo ocorrer também em estruturas em que o SN argumento interno apresente alguns itens à direita de seu núcleo, como em **menino levado, cerveja gelada, engenheiro mecânico**, etc. Apesar de aventar a possibilidade da leitura incorporada em casos como esses, neste trabalho não pretendo explorar os fatos concernentes às propriedades da **área direita do SN**² que facultariam tal leitura, por não dispor, no momento, de tempo suficiente para isso. Deixo, para uma pesquisa futura, tal investigação.

Nesta parte, meu interesse se volta para a porção do SN que precede o núcleo, a que vou denominar **área esquerda**, para facilidade de referência. Pretendo averiguar se os dados confirmam, ou não, a seguinte hipótese:

(3.1) A leitura incorporada é incompatível com SNs objetos portando quaisquer elementos à esquerda do núcleo nominal.

Vários trabalhos, sob prismas diferentes, têm procurado analisar a área esquerda do SN. Podem-se citar, dentre outros, o de PONTES (1977), LEMLE (1982), LOBATO (1986), LUCAS (1988) e PERINI (1989; 1995). Nesta seção, não almejo discutir tais análises, uma vez que não é meu objetivo verificar como se distribuem linearmente os vários itens que podem preceder o

² Utilizo esta denominação para me referir à parte do SN à direita do núcleo. (Cf. PERINI, 1995).

nome no SN, ou como se organizam hierarquicamente. Para o exame a ser feito, o que importa é a constatação de que, à esquerda do núcleo nominal, tanto ocorrem alguns elementos pertencentes a classes fechadas quanto outros, como os **adjetivos** da Gramática Tradicional, pertencentes a uma classe aberta. Uma amostra dos primeiros e dos últimos é que será fornecida aqui, não sendo relevante, no momento, comparar e discutir as diferentes classificações desses itens apresentadas nos textos mencionados.

Observe-se a seguinte série de dados:³

(3.2) Papai sempre **lia jornal** depois do almoço.

(3.3) (a) Papai sempre lia $\left\{ \begin{array}{l} \text{o} \\ \text{esse} \\ \text{este} \\ \text{aquele} \end{array} \right\}$ **jornal** depois do almoço.

(b) Papai sempre lia **algum jornal** depois do almoço.

(c) Papai não lia **nenhum jornal** depois do almoço.

Em (3.2) tem-se um caso de objeto incorporado, conforme as características anteriormente assinaladas. Ou seja: o nome, semanticamente caracterizado como [- I, - M, - Pr], associa-se tão intimamente ao verbo que ambos (V + N) passam a indicar **um tipo de evento**. Nessa sentença, o foco de interesse é uma determinada ação — ler jornal — habitualmente executada pelo sujeito.

³ Os elementos à esquerda do nome, destacados em (3.3), foram arrolados por PERINI (1989) na classe dos determinantes, com base nas suas possibilidades de posicionamento no SN. Não me estou comprometendo, todavia, com essa classificação.

Comparando esse exemplo com os de (3.3), verifica-se que os fatos são outros, nesse último caso. Em (3.3), como é de esperar, a presença de qualquer um dos itens pré-nominais aí registrados tem o efeito de anular a interpretação incorporada verificada em (3.2). Assim, em (3.3)(a), por exemplo, o SN objeto tem uma interpretação identificável — trata-se de um jornal em particular, destacado dentre os demais elementos dessa classe. Também em (3.3)(b) a presença do item pré-nominal, *algum*, *desincorpora* o objeto, uma vez que não se trata mais da classe de jornal, considerada à semelhança de (3.2), mas delimita-se um subconjunto do conjunto de referência.

Desse modo, independentemente das diferenças semânticas típicas de cada um dos itens em exame, sua presença no SN tem um ponto em comum: todos eles contribuem para anular a leitura incorporada existente em (3.2), na medida em que o nome é interpretado extensionalmente e, de um modo ou de outro, esses elementos estabelecem um recorte na extensão do nome. Como se observou mais acima, *ler jornal*, em sentenças como (3.2), é entendido como um tipo de atividade diferente de *fazer empadinha*, *catar papel*, *lavar roupa*, *viajar*, *trabalhar*, etc. O nome *jornal* é interpretado à luz dos traços definitórios de sua classe.

Já o acréscimo dos itens pré-nominais, em (3.3), tem como conseqüência focalizar os membros integrantes do conjunto, não mais o conjunto sob o prisma da totalidade de suas propriedades definitórias. Assim, quer o recorte mencionado seja no sentido de destacar membros identificáveis

da classe, ou não, para o que interessa nesta seção, o efeito é o mesmo: *desincorpora-se* o objeto do verbo que o seleciona. Mesmo em casos como (3.3)(c), em que o escopo de **nenhum** abrange toda a extensão da classe 'jornal', o foco são os membros e não o conjunto de propriedades em si.

Logo, com referência aos itens arrolados em (3.3), chega-se à conclusão de que a hipótese em exame se confirma: para receber a interpretação incorporada, o núcleo do objeto não pode vir precedido por qualquer um deles.

A seguir, considerem-se os elementos tradicionalmente classificados como **possessivos**. Compare-se (3.4) com (3.5):

(3.4) João **alugou apartamento** durante vinte anos. Seu salário nunca foi suficiente para comprar uma casa em B.H.

(3.5) João alugou **meu apartamento** durante vinte anos.

Também esses dados confirmam as conclusões anteriores. A presença do possessivo, em (3.5), identifica o SN objeto, anulando a interpretação incorporada de (3.4).

Contrastem-se, ainda, os exemplos de (3.6), (3.7) e (3.8):

(3.6) Maria **lavou roupa** duas vezes esta semana.

(3.7) Maria lavou $\left\{ \begin{array}{c} \text{uma} \\ \text{a} \\ \text{esta} \end{array} \right\}$ **mesma roupa** duas vezes esta semana.

(3.8) Maria lavou $\left\{ \begin{array}{c} a \\ sua \end{array} \right\}$ própria roupa duas vezes esta semana.

Em (3.6) tem-se um caso de objeto incorporado. Observe-se que o escopo da expressão adverbial **duas vezes**, nessa frase, é a ação de **lavar roupa**, considerada como um todo. Não se focalizam aí as roupas lavadas, que podem ou não ser as mesmas.

Já em (3.7), o item **mesma** (sempre precedido de determinante) contribui para reforçar a identidade do subconjunto das roupas previamente recortado pelo determinante. Nesse exemplo, o alcance semântico do sintagma **duas vezes** não recai apenas sobre o ato em si, mas principalmente sobre o tema: a roupa em questão é que recebeu a ação de ser lavada duas vezes. O tema aqui torna-se o foco de atenção, ao contrário do que se constata em (3.6).

Também em (3.8), **própria** apresenta um efeito semelhante: reforçar a identidade do subconjunto singularizado pelo determinante ou pelo possessivo.

Portanto, até aqui, os dados sugerem que, apesar das especificidades sintáticas e semânticas dos elementos que se posicionam à esquerda do nome, no SN, todos têm um traço em comum no que se refere às possibilidades de leitura dos SNs em que ocorrem: parece que esses

elementos contribuem para destacar os membros constitutivos da classe, eliminando, assim, a interpretação incorporada.

Verifique-se como essas considerações se estendem ainda aos exemplos abaixo:

(3.9) Ela foi lá para **procurar emprego**.

(3.10) Ela foi lá para **procurar outro emprego**.

Em (3.10), **outro** *desincorpora* o nome, já que destaca um subconjunto do grupo maior de elementos análogos, assinalando a sua não-identidade com outro subconjunto desse mesmo grupo.

Sejam examinados, a seguir, SNs com elementos como **cada**, **tal**, **qualquer** e **certo**:

(3.11) Fui buscar **cada menino** num dia.

(3.12) Fui buscar **tal menino** às sete horas.

(3.13) Saí para procurar **qualquer emprego**.

(3.14) Não vou alugar **certo apartamento**.

Independentemente das diferenças semânticas entre esses vários itens, todos eles estabelecem um recorte na classe em questão, evidenciando uma leitura extensional e, portanto, diferente dos casos de objeto incorporado.

Assim sendo, no que concerne à área esquerda do SN, as evidências até aqui são de que quaisquer dos elementos que aí se posicionam contribuem para focalizar os membros do conjunto de referência, impedindo, conseqüentemente, o efeito de incorporação. Comprove-se tal fato, ainda, com os dados de (3.15):

(3.15) a) Ela saiu para procurar **(um) novo emprego**.

b) Ela vai alugar **(uma) nova sala** este ano.

Também quando adjetivos (da classificação tradicional) ocorrem pré-nominalmente, no SN, o objeto não porta a interpretação incorporada (conforme é de esperar quando SNs plenos exercem essa função).

Devem-se considerar, a seguir, os cardinais a partir de dois e itens como **poucos, vários, muitos e diversos**. Confrontem-se (3.16) e (3.17):

(3.16) Papai lia jornal todas as manhãs.

(3.17) Papai lia $\left\{ \begin{array}{l} \text{dois} \\ \vdots \\ \text{poucos} \\ \text{vários} \\ \text{muitos} \\ \text{diversos} \end{array} \right\}$ jornais todas as manhãs.

O fato de que, em (3.17), tais elementos aparecem precedendo um nome no plural já indica que não se trata de objeto incorporado, uma vez que se prevê o nome na forma básica para esse constituinte. Além disso, em (3.17), esses

itens pré-nominais seguem o mesmo padrão observado para outros elementos da área esquerda: recortam um subconjunto da classe considerada, impossibilitando, assim, a leitura [- I, - M, - Pr].

Concluo, pois, com base no exame dos dados acima, que a hipótese inicialmente levantada se confirma: para haver interpretação incorporada, não pode ocorrer nenhum elemento à esquerda do nome, no SN objeto.

Por fim, uma última observação: para alguns informantes, continua-se a ter a leitura incorporada, [-I, -M, -Pr], ainda em alguns casos semelhantes a (3.18), abaixo, em que o núcleo do SN objeto tanto pode estar em sua forma básica como no plural:

(3.18) Saí para fazer $\left\{ \begin{array}{l} \text{compra} \\ \text{compras} \end{array} \right\} .$

Todavia, em (3.18), o plural é percebido como uma variante estilística do singular e não marca uma oposição semântica de número. Ou seja: a forma plural não corresponde ao conceito de pluralidade, tal como definido (dentre outros) por DUBOIS et al. (1978, p.437): "No interior dos nomes contáveis, o número opõe a representação de um 'objeto' individualizado, isolado (singularidade), à representação de mais de um objeto individualizado (pluralidade)".⁴

⁴ Os casos chamados de *pluralia tantum* (núpcias, exéquias, férias, etc.) seriam outro exemplo de uso da forma plural que não assinala a oposição pluralidade x singularidade.

Por conseguinte, devido à neutralização da referida oposição semântica, ambas as expressões (**compra** ou **compras**) são adequadas, quer se trate da compra de apenas um item, ou de vários, uma vez que não se tem a intenção de focalizar o objeto em nenhuma das alternativas. Ao contrário, nos dois casos, o nome tem uma função classificatória, indicando um tipo diferente de ação: **fazer compra** ou **compras** difere de **fazer bolo, nadar, passear, etc.**

Finalizando esta seção, relembro que, nesta tese, a **área direita** do SN não será investigada com referência à leitura [-I, -M, -Pr], devido aos limites do tempo. Essa tarefa fica para ser empreendida em futuro próximo.

3.2. O objeto incorporado com diferentes classes de verbos transitivos

Nesta parte (à semelhança da anterior), minhas preocupações são principalmente de ordem empírica: desejo verificar a extensão do fenômeno da incorporação do objeto, descrito no capítulo precedente. Em outros termos: é meu intento examinar uma série de verbos que selecionam objeto direto para averiguar se, com todos eles, é possível a ocorrência do SN nu complemento interpretado como [-I, -M, -Pr].

Para a efetivação dessa tarefa, vou-me valer, principalmente, do elenco de verbos transitivos do português discriminados em WHITAKER

FRANCHI (1989). Com o objetivo de distinguir os verbos que admitem construções ergativas daqueles que as excluem e examinar alguns aspectos das construções intransitivo-ergativas em sua correlação com as transitivo-causativas,⁵ a autora acaba oferecendo uma extensa lista de verbos, agrupados segundo os papéis temáticos que selecionam. A descrição desses, contudo, não apresenta um refinamento semelhante ao encontrado em CANÇADO (1995) e BITTENCOURT (1995), as quais tratam, respectivamente, dos verbos psicológicos e das construções causativas. Entretanto, para os objetivos desta seção, a análise de WHITAKER FRANCHI (1989) tem a vantagem de ser mais ampla, acolhendo verbos de campos semânticos mais diversificados.⁶

Na investigação a seguir, parto da hipótese abaixo:

(3.19) A emergência da interpretação incorporada do SN nu objeto é um fenômeno sistemático em português, ou seja, é independente de condicionamentos léxicos, quer da parte do verbo, quer da parte do nome.

⁵ Observe-se o que WHITAKER FRANCHI (1989, p.25) entende por estrutura ergativa:

"Usarei o termo 'construções ergativas' para referir-me a certas construções que envolvem um largo grupo de verbos em Português (abrir, mover, colar, rasgar, apagar, etc.) caracterizados pelas propriedades mínimas:

— esses verbos podem construir-se como intransitivos ou transitivos, ou, se se quiser evitar esses termos, com um ou com dois argumentos nominais nucleares que especificam a significação do verbo e recebem dele funções temáticas inerentes (no sentido da teoria gerativa);

— a relação sintática que existe entre essas construções resulta de que o sujeito gramatical do verbo intransitivo corresponde ao objeto direto do verbo transitivo (e daí o uso do termo 'ergativo') e recebem do verbo a mesma função temática."

⁶ Foge aos propósitos de minha tese discutir e elaborar uma classificação semântica ou sintática dos verbos do português. Por isso apóio-me em uma listagem já existente. Estou cônica, no entanto, de que a abordagem semântica aqui apresentada quanto à discriminação dos verbos merece muitos reparos.

Cabe-me, pois, agora proceder ao exame dos dados para averiguar se confirmam tal hipótese. Antes, todavia, convém deixar claro que, das construções analisadas por WHITAKER FRANCHI, só serão focalizadas nesta parte aquelas que portam objeto direto. Logo, dos pares abaixo:

(3.20) a) João abriu a porta.

b) A porta abriu.

(3.21) a) A menina rasgou a saia.

b) A saia rasgou.

apenas as estruturas de (a) serão levadas em conta. Além disso, ainda é bom esclarecer que a caracterização das classes de verbos a serem apreciadas aqui segue, **aproximadamente**, a de WHITAKER FRANCHI, mas, em alguns momentos, houve a necessidade de se proceder a um reagrupamento dos itens verbais, para sanar algumas incoerências da referida tese.

Passemos, portanto, à enumeração dos grupos de verbos apreendidos em WHITAKER FRANCHI (1989), para examiná-los à luz da hipótese (3.19).

3.2.1. Verbos que não envolvem objeto paciente

Para cada grupo de verbos discriminado a partir deste momento, vou arrolar alguns exemplos com objeto representado por SN pleno e, em seguida, verifico a possibilidade de ocorrência do SN nu incorporado.

Num primeiro grupo, apresento os seguintes elementos:

(3.22) **Verbos que expressam eventos e processos tipicamente humanos, muitos dos quais possuem, inclusive, um aspecto cultural e institucional, não envolvendo um objeto afetado ou paciente.**

Devo elucidar que, na tese em foco, distingue-se o papel semântico de **paciente do objetivo**. O primeiro rótulo expressa o objeto afetado, modificado, movido, etc. nos processos e nas ações. Já o termo **objetivo** é reservado para o "objeto em relação ao qual se dá uma atividade ou processo que não o modifica e de que não resulta". (cf. WHITAKER FRANCHI, 1989, p.68)

Examinem-se os exemplos do primeiro grupo de verbos, cujo complemento, segundo a autora citada, ilustram o papel temático **objetivo**:

- (3.23) a) **Vou poupar** o dinheiro que você me deu para gastá-lo no Natal.
- b) Você já **resenhou** o livro do Perini?
- c) Fernando Henrique **não tem fiscalizado** os grandes bancos como devia.
- d) **Hipotequei** minha casa para fazer esta viagem.
- e) Lúcia **conquistou** o primeiro prêmio do campeonato.

Cada verbo de (3.23) pode ocorrer em estrutura com objeto incorporado, como ilustram os seguintes dados:

- (3.24) a) **Poupei dinheiro** para construir esta casa.
- b) No desenvolvimento de qualquer pesquisa, não gosto de **resenhar livro** antes de fazer um levantamento completo dos dados.
- c) A Prefeitura **fiscalizou funcionário** apenas durante o período da campanha eleitoral.
- d) **Hipotecar casa** é mais fácil que **hipotecar apartamento**.
- e) Ele é um excelente pianista: sempre **conquistou prêmio** em todos os concursos e apresentações.

Ainda no rol dos verbos de **eventos e processos humanos**, podem-se citar aqueles que expressam atos de fala, os chamados verbos **de dizer**, cujo complemento corresponde, de um modo geral, ao **resultativo**. Segundo WHITAKER FRANCHI (1989, p.67), esse papel semântico expressa "o objeto resultante do processo ou ação construtivos". Observem-se as orações abaixo:

(3.25) a) Ele me $\left\{ \begin{array}{l} \text{disse} \\ \text{falou} \end{array} \right\}$ muitas verdades.

- b) A diretora não **manifestou** sua opinião com sinceridade.
- c) Esta escola **negou** a matrícula no ciclo básico aos que não compareceram na data marcada.
- d) Lena me **pediu** muitas coisas que estão fora do meu alcance.

Também nesse caso é possível a ocorrência de um SN nu objeto com a leitura [-l, -M, -Pr]:

(3.26) a) Marlene sempre $\left\{ \begin{array}{l} \text{dizia} \\ \text{falava} \end{array} \right\}$ **mentira** quando se tratava
do seu estado de saúde.

b) Pedro **falou palavrão**.

c) Em classe, aluno **manifestar opinião** demonstra interesse na aula.

d) Esta escola **negou matrícula** para negros: por isso está sendo processada.

e) Ela **pediu perdão** ao marido, mas continuou traindo-o.

Por fim, ainda são arrolados no primeiro grupo itens verbais como **gerar, improvisar** e **escrever**, que também selecionam um objeto **resultativo**, embora caiba aqui a observação de que **gerar**, por exemplo, pode ser predicado também de sujeitos não-humanos. Comparem-se, a seguir, as frases de (3.27) com as de (3.28):

(3.27) a) Os leões **geraram** um casalzinho.

b) Com alguns paus, ela **improvisou** uma fogueira.

c) **Vou escrever** um texto sobre este assunto.

- (3.28) a) Os *gays* podem **gerar filho**, se quiserem. Seus problemas são de ordem psicológica.
- b) **Gerar filho é fácil**: educar é que é difícil.
- c) Não imaginei que ele **improvisasse barraco** em condições tão precárias.
- d) Detesto que ele **escreva carta**.

Os dados de (3.28) seguem o padrão dos demais vistos acima, ou seja, ilustram estruturas em que o SN nu objeto, ao ocupar a posição do SN pleno, apresenta a leitura incorporada descrita no capítulo precedente.

3.2.2. Verbos que selecionam complemento objetivo

Seja apreciada, neste momento, a segunda classe verbal inferida na tese em questão e que pode ser assim identificada:

- (3.29) **Verbos que selecionam complemento objetivo (não-afetado) e sujeito experienciador ou beneficiário.**

Antes de apresentar os exemplos referentes a essas construções, convém notar o que WHITAKER FRANCHI (1989, p.64 e 65) entende pelos papéis teta de **experienciador e beneficiário**:

— **Experienciador** - "é o papel desempenhado pelo ente animado como sujeito de experiência em processo psicológico ou mental. Em CHAFE (1970), esse papel incorpora relações semânticas de sensação, emoção, cognição e em BOGACKI (1988), além

dessas, as de vontade e percepção, excluindo ambos as relações de posse e transferência de propriedade."

— **Beneficiário** - "é o elemento interessado no resultado de uma ação verbal que altera relações de posse, obtenção, perda e transferência de objetos. De um modo geral, o beneficiário se distingue na estrutura superficial pela presença de uma preposição 'dativa' e pela posição sintática de objeto indireto em português. Há, entretanto, sintagmas nominais-beneficiário que aparecem na posição de objeto direto e de sujeito."

Entre os verbos experienciais (ou psicológicos) encontram-se: **apreciar, aprender, detestar, odiar, ouvir, saber, ver**, etc. Já os benefactivos se ilustram em: **achar (=encontrar), alcançar, arranjar (=conseguir), conseguir, mendigar, merecer, perder**, etc.

Considerem-se, respectivamente, os exemplos de cada grupo:

(3.30) a) Joana **está apreciando** aquele quadro há mais de meia hora.

b) **Aprendi** muitas coisas inúteis nesta escola.

c) Ele sempre $\left\{ \begin{array}{l} \text{detestou} \\ \text{odiou} \end{array} \right\}$ a sogra.

d) Na reunião **ouvimos** muitas mentiras.

e) Eu não **sabia** a verdade sobre aquele furto.

f) Daqui a gente **vê** a cidade toda.

(3.31) a) **Achei** meu livro atrás da poltrona.

b) Pedro vai $\left\{ \begin{array}{l} \text{alcançar} \\ \text{conseguir} \end{array} \right\}$ um tremendo sucesso com

a nova música.

- c) Desejo **arranjar** um emprego melhor.
- d) Sara **vivia mendigando** a presença dele aos domingos.
- e) Zeca **mereceu** o dinheiro que ganhou.
- f) Ela **perdeu** minha amizade depois daquele dia.

Também com os verbos experienciais e benefactivos é possível a construção com objeto incorporado, como se verifica abaixo:

- (3.32) a) **Apreciei chocolate** apenas enquanto criança.
- b) Joana **aprendeu bordado** nas aulas de Artes Domésticas da Escola Normal.
 - c) Ele sempre **detestou quiabo** mas come jiló.
 - d) **Odeio barulho**, principalmente quando estou estudando.
 - e) **Ouvimos música** a tarde toda.
 - f) Nos dias de hoje, todo mundo **sabe inglês**.
 - g) Não gosto de **ver defunto**.
- (3.33) a) Tónico **achou dinheiro** na rua na semana passada.
- b) **Consegui desconto** porque ameacei denunciar o aumento excessivo dos preços daquela loja.
 - c) Zeca **arranjou emprego** após concluir o Mestrado.
 - d) Você **está sempre mendigando favor** a políticos. Faça um concurso e seja independente.
 - e) Kita **merece castigo** por chegar tão tarde.

- f) Só uma vez **perdi sombrinha** na rua. Em geral, sou muito atenta.

3.2.3. Verbos com objeto experienciador ou beneficiário

Pode-se alocar numa classe separada da segunda, em que o experienciador e o beneficiário ocupam a posição de sujeito, os verbos que selecionam esses papéis temáticos para o seu complemento e podem ser caracterizados como abaixo:

(3.34) Verbos que expressam uma alteração no estado psicológico, atribuindo o papel teta de experienciador ao objeto direto,⁷ e verbos que selecionam objeto com a interpretação de beneficiário.

Os dados (3.35) ilustram o primeiro caso, com SNs plenos na posição do complemento verbal:

(3.35) a) O palhaço alegrou as crianças do hospital com suas brincadeiras.

⁷ FRANCHI & CANÇADO (1996, p.17) consideram que o experienciador "se caracteriza (...) por designar um papel temático determinado pelo predicador de modo a

— estar em um estado psicológico seja no sentido estativo, seja no sentido processual de que passou por um processo de mudança para entrar nesse estado, e, derivada desta (característica),
— ser animado."

Os autores salientam, ainda, que os papéis teta de **experienciador** e **paciente** — um objeto afetado — não são excludentes mas compatíveis (cf. os exemplos de (3.35) desta), assim como acontece com **experienciador** e **agente** em exemplos como o abaixo, por eles fornecido (nº (34)a), no original):

(i) "Sam olhou a garota com o rabo dos olhos."

Em síntese, segundo FRANCHI & CANÇADO (1996), **experimentador** é "uma etiqueta que recobre diferentes papéis temáticos, reunidos por terem um traço comum (aquele acima referido)." (Ibid.)

- b) O latido do cão **assustou** a menina de blusa azul.
- c) Ele **consolou** a viúva com suas palavras amáveis.
- d) Cristina $\left\{ \begin{array}{l} \text{convenceu} \\ \text{persuadiu} \end{array} \right\}$ meu filho a ficar.
- e) Maria **está** sempre **humilhando** a empregada.
- f) Isso **magoou** minha colega.

À semelhança dos grupos anteriores, os verbos acima ocorrem em construções com SN nu interpretado como [-I, -M, -Pr]:

- (3.36) a) Carlos era um homem muito bom: **alegrava criança, consolava enfermo**, doava parte de seu salário aos pobres, dançava com as velhinhas do asilo, etc. Por isso seu enterro foi tão concorrido.
- b) Joca **vivia assustando menino** com a sua corcunda.
- c) Carlos sabe **convencer cliente**.
- d) Paulão foi despedido porque $\left\{ \begin{array}{l} \text{convenceu} \\ \text{persuadiu} \end{array} \right\}$ cliente a aplicar na Coroa.
- e) Ele não foi reeleito porque cometeu muitos erros: **humilhou aluno, magoou professor** e ainda pagou mal aos funcionários.

Já itens como — **abrigar, ajudar, auxiliar, calotear, desfavorecer, favorecer**, etc. — exemplificam a segunda situação, em que o argumento

interno é um beneficiário.⁸ O confronto de (3.37) e (3.38), a seguir, atesta-nos a possibilidade de objeto incorporado ainda com esses verbos:

- (3.37) a) Ele **abrigou** os sem-terra em sua fazenda.
- b) Pedro **vai ajudar** minha filha conforme prometeu.
- c) Não pense que você consegue **calotear** esse homem.
- d) Juca $\left\{ \begin{array}{l} \text{desfavoreceu} \\ \text{favoreceu} \end{array} \right\}$ meu professor com aquela crítica.

- (3.38) a) **Abrigar mendigo** é sinal de caridade.
- b) Pedro **caloteava rico** para **ajudar pobre**.
- c) Enquanto ocupou aquele cargo, Zé nunca **favoreceu parente**.
- d) Este deputado teme **desfavorecer eleitor** com a nova medida.

3.2.4. Verbos com objeto locativo

O quarto tipo de verbo transitivo a ser posto em evidência nesta parte inclui **cercar**, **circundar**, **habitar**, **margear**, **rodear**, etc. e pode ser descrito do seguinte modo:

⁸ Embora aqui se esteja descrevendo como **beneficiário** o papel teta dos objetos dos verbos de (3.37), na verdade nem todos os verbos dessa classe estabelecem "relações de posse, obtenção, perda e transferência de objetos". Portanto, para esses casos, seria mais apropriado estender o conceito de **beneficiário** para cobrir também os elementos em cujo proveito ou prejuízo a ação se realiza. (Cf. ROCHA, 1962, p.57).

(3.39) **Verbos com objeto direto locativo (alguns dos quais selecionam sujeito com valor objetivo). Muitos deles se enquadram entre os verbos de extensão (no sentido de JACKENDOFF (1983)).⁹**

Exemplos:

(3.40) a) Uma fileira de hortências $\left\{ \begin{array}{l} \text{cerca} \\ \text{circunda} \\ \text{rodeia} \end{array} \right\}$ o pomar desta casa.

b) Pedro **habita** um pequeno sítio em Betim.

c) Eucaliptos **margeiam** a estrada.

Mesmo tais verbos admitem incorporação do SN nu argumento interno.

Confira-se:

(3.41) a) No Sul é inusitado hortências $\left\{ \begin{array}{l} \text{cercarem} \\ \text{circundarem} \\ \text{rodearem} \end{array} \right\}$ pomar.

b) Naquele ano, lírios **cercaram canteiro** em todas as fazendas da região.

c) Quem **habita mansão** corre risco de seqüestro.

d) Já experimentei de tudo na vida: **habitei mansão**, morei em acampamento militar e até dormi ao relento.

⁹ Apesar de WHITAKER FRANCHI (1989) não explicitar o que entende por **locativo** (à semelhança do que fez para os outros papéis temáticos), ao longo da tese infere-se que tal expressão é usada num sentido lato, abrangendo tanto os **locativos estativos**, quanto os papéis de **fonte** e **meta**, como se verá mais adiante.

- e) Antigamente, ipês **margeavam estrada** em todo o Estado.
- f) Em vários sítios de Pará de Minas, roseiras **margeiam cerca**.

É digno de nota que alguns desses verbos de caráter extensional, como os de (3.40)(a) e (c), podem ocorrer em estruturas causativas, tanto com objeto representado por SN pleno como com objeto incorporado. Verifique-se, respectivamente, em (3.42) e (3.43):

(3.42) a) Pedro $\left\{ \begin{array}{l} \text{cercou} \\ \text{circundou} \\ \text{rodeou} \end{array} \right\}$ o canteiro com uma fileira de hortências.

b) O IBDF **margeou** a estrada com eucaliptos.

(3.43) a) Meu jardineiro vivia $\left\{ \begin{array}{l} \text{cercando} \\ \text{circundando} \\ \text{rodeando} \end{array} \right\}$ pomar com flores.

b) Os habitantes de Pará de Minas **margeiam cerca** com roseiras.

Cabe ainda citar, num subgrupo separado do anterior, itens como — **abandonar, acertar, invadir**, etc. — que também se constróem com **objeto locativo**, mas se distinguem por serem verbos que expressam movimento a termo (*bounded paths*), segundo JACKENDOFF (1983). Apreciem-se os dois exemplos a seguir:

(3.44) a) Os sem-terra **invadiram** meu sítio.

b) Esta jogadora **acertou** a cesta com uma bola assinada por Hortência.

A eles se podem contrapor os de (3.45), em que o complemento grifado se associa de tal modo ao verbo, que ambos — V + SN — constituem uma unidade semântica:

(3.45) a) Naquela região, os sem-terra **vivem invadindo** fazenda com o apoio do clero.

b) Hortência **acerta cesta** com qualquer bola.

3.2.5. Verbos que selecionam objeto paciente e outro complemento locativo

Acertar entra também em construções que identificam uma outra classe de verbos de movimento, abaixo caracterizada:

(3.46) Verbos de movimento a termo que, além do locativo, selecionam um objeto afetado (paciente).¹⁰

Exemplos:

(3.47) a) Paula **acerta** qualquer bola na cesta.

¹⁰ Conforme referido na nota 9, o termo **locativo** está sendo usado num sentido amplo, cobrindo relações que se podem representar pelas preposições **em**, **de** e **para**.

- b) O moleque acertou uma pedra grande na vidraça de minha casa.
- c) Zeca colocou um adubo especial nas minhas plantas.
- d) Pedrinho já pôs as etiquetas nos cadernos.
- e) André tirou o selo da carta.
- f) Nair tirou, do meu vestido branco, todas as manchas amarelas.

Mesmo nesses casos a leitura incorporada se impõe quando o objeto se representa por um SN nu, como se confirma com os dados a seguir:

- (3.48) a) Paula **acerta bola** em qualquer cesta, mas não consegue nadar 2 km.
- b) Estes meninos **estão sempre acertando pedra** nos transeuntes.
- c) Zeca **colocou adubo** nas minhas plantas.
- d) Pedrinho **pôs etiqueta** em todos os seus cadernos.
- e) André **está tirando selo** das cartas.
- f) Nair sempre tirou $\left\{ \begin{array}{l} \text{mancha} \\ \text{nódoa} \end{array} \right\}$ das minhas roupas brancas com *Resolv.*

No que concerne às orações de (3.48)(b), (c) e (d), deve-se observar também o fato de que podem ser parafraseadas, respectivamente, pelas sentenças:

- (3.49) a) Estes meninos **estão sempre apedrejando** os transeuntes.
 b) Zeca **adubou** as minhas plantas.
 c) Pedrinho **etiquetou** todos os seus cadernos.

nas quais o tipo de ação expresso pelo conjunto **Verbo + SN nu** é captado pelos itens léxicos **apedrejar, adubar e etiquetar**. Essa é uma evidência, já comentada no capítulo II com relação aos verbos **flautear, pincelar e espanar**, a favor da função classificatória e, conseqüentemente, da leitura incorporada do SN nu objeto.

3.2.6. Verbos com objeto afetado

Pode-se, ainda, apreender em WHITAKER FRANCHI (1989) um amplo grupo de verbos que selecionam **objeto paciente**, mas que se diferenciam dos anteriores por não envolverem necessariamente um locativo e a idéia de movimento **a termo**. Esse grupo inclui itens como — **abaular, abrir, acender, alugar, amaciar, apagar, assar, azedar, beber, bronzear, comer, cortar, cristalizar, cozinhar, curar, dar, doar, entortar, fechar, lavar, limpar, morder, pisar, queimar, quebrar, rasgar, roer, sujar, vender, etc.** — e pode ser assim descrito:

- (3.50) **Verbos que selecionam objeto afetado, expressando mudança de qualidade, forma, estado, posição, posse ou propriedade, etc.**

Todos esses verbos admitem a incorporação do SN nu objeto, como ilustram alguns dos exemplos já analisados nas seções precedentes¹¹ e o confronto dos dados de (3.51) e (3.52), a seguir:

- (3.51) a) O sol e a chuva **abaularam** o asfalto deste trecho da Br 262.
- b) João **abriu** a garrafa de vinho com uma faca.
- c) Você já **assou** o bolo de laranja?
- d) O sol da Bahia **bronzeou** seu belo corpo.
- e) Este produto **cristalizou** o doce de abacaxi.
- f) Maria **doou** todos os seus bens para esta creche.
- g) Minha empregada conseguiu **entortar** todos os talheres de uso diário.
- h) Zeca **lavou** os três carros em duas horas.
- i) A criança **rasgou** todas as revistas da cesta.
- (3.52) a) No norte de Minas, sol e chuva em excesso **abaularam asfalto e estragaram pasto**, causando muito prejuízo para a população local.
- b) Ele **abriu garrafa** com os dentes para se exibir.
- c) Não gosto de **assar bolo** em pirex.
- d) O sol do meio-dia só é bom para **bronzear perna**: no rosto ele provoca muitas manchas.
- e) Ontem eu **cristalizei doce** com açúcar mascavo.

¹¹ Cf. (1.5), (1.6) e (1.8), dentre outros exemplos.

- f) Maria doou sangue para os hemofílicos.
- g) Na sessão desta tarde, o mágico entortou garfo e apagou fogo apenas com a força do pensamento; porém, não levitou conforme anunciado no cartaz.
- h) Zeca lavou carro com sabão de coco.
- i) A criança passou a tarde toda rasgando papel.

Com base em todos os dados examinados nesta seção, até o momento, posso concluir que parece não haver verbo transitivo que exclua a ocorrência de **objeto incorporado** como seu argumento interno. Portanto, a hipótese de (3.19) se confirma.

3.2.7. Verbos associativos

Como evidência contrária à observação de caráter geral, que fechou a subseção precedente, apresento os **verbos associativos**, assim caracterizados em WHITAKER FRANCHI (1989, p.153):

(3.53) Verbos que tomam dois objetos como argumentos e estabelecem uma relação entre o objeto afetado e um termo de referência para o processo em que este está envolvido.

Os exemplos de (2.54) e (2.55), com objeto representado por SN pleno e por SN nu, respectivamente, ilustram esse grupo:

- (3.54) a) A costureira **combinou** a calça de listras com uma blusa lisa.
- b) Essa medida **igual**a os alunos fracos aos fortes.
- c) Você não vai conseguir **misturar** o óleo com a água.
- (3.55) a) O cantor **combinou** boné com *smoking* para apresentar um visual extravagante.
- b) A morte **igual**a pobre e rico.
- c) A nova lei **igualou** estrangeiro a brasileiro em todos os artigos referentes a este assunto.
- d) Não consegui **misturar** farinha com manteiga.

Diferentemente dos outros casos apreciados nesta parte, em (3.55) parece não haver incorporação semântica do SN nu objeto ao verbo, isto é, ambos não formam um **todo semântico**. O objeto, nessas orações, parece não apresentar uma função classificatória em relação ao verbo, indicando que **V + SN** constituem um tipo de ação ou processo. À semelhança dos dados de (3.54), com SN pleno objeto, os complementos diretos de (3.55) parecem se **associar** aos SPREPs que os seguem, e não aos verbos. Dito de outro modo: em (3.55) tem-se a impressão de que SN + SPREP, complementos do verbo, semanticamente equivalem a um caso de objeto composto, em que a preposição do segundo complemento teria uma leitura semelhante à da conjunção copulativa **e**. Sendo assim, as sentenças de (3.55) receberiam, respectivamente, as interpretações registradas em (3.56):

- (3.56) a) A morte iguala pobre e rico.
- b) A nova lei igualou estrangeiro e brasileiro (...)
- c) O cantor combinou boné e *smoking* (...)
- d) Não consegui misturar farinha e manteiga.

Devo acrescentar que a própria definição dos verbos associativos, registrada em (3.53), sugere a razão do seu comportamento idiossincrático no que concerne à incorporação do objeto. Ao estabelecerem uma relação entre o SN e o SPREP, seus complementos, esses verbos, de certo modo, destacam seus argumentos internos. Ou seja: os últimos, ao contrário do que acontece com o objeto incorporado, são foco de atenção nas sentenças em que ocorrem; logo, não podem ter uma função meramente classificatória, indicando que **V + SN** constituem um tipo de ação ou processo.

Diante do exposto, concluo que os itens referidos em (3.53) devem ser marcados, no léxico, quanto a essa peculiaridade de seu comportamento gramatical. Por outro lado, o fato de existir esse grupo de verbos, que excluem a leitura incorporada para seu objeto, não chega a ser problema para a hipótese de (3.19). Conforme visto anteriormente, com a maioria dos verbos considerados, o SN no objeto segue o padrão previsto por tal hipótese.

3.2.8. A análise de BARROS (1992; 1993)

Ainda como argumento a favor de que o fenômeno da leitura incorporada do SN nu objeto ao verbo é geral em português, vou-me valer da análise dos itens verbais efetuada por BARROS (1992; 1993) e relatada em PERINI (1995).

Com base nas possibilidades de exigência, recusa ou aceitação livre de determinadas funções sintáticas, definidas à luz de um conjunto de traços formais, BARROS discrimina onze diferentes matrizes de transitividade verbal. Além disso, apoiando-se no exame de 550 verbos, oferece a porcentagem de itens que seguem cada uma.

Aqui vou-me ater às classes de verbos que selecionam objeto direto, opcional ou obrigatoriamente, conforme estão registradas em PERINI (1995). Como representante da primeira dessas classes, PERINI cita o verbo **comer**, cuja matriz corresponde a 57,6% dos verbos do português. A seguir, vem a classe de **encontrar**, que inclui 22,3% desses itens. Um outro grupo de verbos que podem selecionar objeto direto, e correspondem a 5,2% desses elementos, é ilustrado por **lembrar**. Acrescente-se, ainda, a matriz de **acostumar**, seguida por 2,1% dos verbos. E, finalmente, cabe mencionar as classes de **considerar** e **julgar**, responsáveis, respectivamente, por 1,3% e 0,6% dos itens verbais do português.

Ora, o levantamento estatístico registrado em PERINI (1995) poderá ser usado como mais uma evidência a favor da hipótese de que a possibilidade de incorporação do SN nu objeto ao verbo é a norma em português, se se comprovar que os verbos acima citados admitem a referida construção. Atente-se, pois, para os exemplos a seguir:¹²

(3.57) a) Não gosto de comer doce antes do almoço.

b) É impossível encontrar agulha em palheiro.

c) Depois do acidente, ela não consegue lembrar data.
Felizmente, essa foi a única seqüela que ficou.

d) Não é fácil acostumar adolescente ao trabalho pesado.

As matrizes dos verbos presentes nas estruturas de (3.57)(a)-(d) correspondem ao padrão seguido por 87,2% dos verbos de nossa língua, segundo as porcentagens citadas por PERINI. Logo, o fato de esses verbos admitirem a incorporação do SN nu objeto, como aí se verifica, fornece mais uma comprovação empírica para a hipótese, já referida, de que a leitura incorporada se impõe na maioria dos casos em que o verbo tem como complemento um SN nu.

Faltou incluir, no rol das orações de (3.57), exemplos com os itens **considerar** e **julgar**, cujas matrizes cobrem 1,9% dos verbos do português.

¹² Para as regências verbais exemplificadas em (3.57)(c) e (d), consulte-se o Apêndice de BARROS (1992).

Todavia, essa omissão se deve ao fato de que esses verbos, tradicionalmente rotulados como **transobjetivos** ou **transitivos-predicativos**, na verdade selecionam, além do suposto **objeto direto**, um elemento que funciona como predicado (não verbal) desse **objeto**. Portanto, o SN que aparentemente ocorre como argumento interno do verbo é, sob esse prisma, **sujeito** do referido predicado.

Na vertente **Princípios e Parâmetros** da Gramática Gerativa, esse tipo de verbo é analisado como selecionando, na realidade, uma *small clause* (mini-orção), cujo sujeito é o SN no caso acusativo (um exemplo de Marcação Excepcional de Caso) e o predicado, o constituinte (não verbal) que a ele se refere.¹³

Cabe mencionar que a impossibilidade da leitura incorporada para o SN nu dominado pelo SV é uma evidência a favor da proposta gerativa: sendo o referido SN o sujeito da *small clause* complemento do verbo, não é de esperar que tal elemento seja interpretado como [-I, -M, -Pr]. Mesmo porque, conforme já foi referido e será retomado no capítulo IV, sujeitos não se incorporam ao verbo — muito menos o sujeito da mini-orção subordinada ao verbo da principal. Comprove-se isso com os exemplos a seguir:

(3.58) a) Sempre **considere**i menino uma chatice.

b) **Julgo** político uma casta incorrigível de corruptos.

¹³ Foge aos meus propósitos, neste momento, detalhar essa análise. Para um exame acurado desse tipo de construção pode-se consultar, por exemplo, STOWELL (1992).

Nesses casos, os predicados **uma chatice** e **uma casta incorrigível de corruptos** referem-se às entidades constitutivas das classes descritas por 'menino' e 'político', cobrindo toda a sua extensão. Logo, os SNs **nus menino** e **político** — recebem a leitura atributiva, descrita como [-I, +M, +U], e não a incorporada, cuja caracterização é [-I, -M, -Pr].

Fica assim esclarecido porque não incluí tais verbos no elenco dos transitivos que importam para a minha análise.

3.3. Sumário

Este capítulo, cujo principal interesse foi de ordem empírica, dividiu-se em duas partes com metas específicas. Na primeira, após o exame de inúmeros dados, pude concluir que a leitura incorporada, típica do SN nu objeto, é incompatível com SNs portando quaisquer elementos à esquerda do núcleo nominal.

Já os fatos examinados em 3.2 forneceram comprovação empírica para a hipótese levantada em (3.19), abaixo repetida:

- (3.19) **A emergência da interpretação incorporada do SN nu objeto é um fenômeno sistemático em português, ou seja, é independente de condicionamentos léxicos, quer da parte do verbo, quer da parte do nome.**

A lista variada de verbos pertencentes a diferentes campos semânticos, apresentada por WHITAKER FRANCHI (1989), e o levantamento estatístico, citado em PERINI (1995), proporcionaram-me a verificação da extensão do fenômeno da leitura incorporada do SN nu objeto em português. Com base em todos os dados considerados, cheguei à conclusão, já referida, de que a leitura [-I, -M, -Pr] se impõe para a maioria dos casos em que o objeto se faz representar por um SN nu.

4 - O OBJETO INCORPORADO E A GRAMÁTICA GERATIVA

Os fatos relativos ao comportamento gramatical do SN nu objeto em português, descritos nos capítulos anteriores, podem ser adequadamente explicados à luz do quadro teórico da Gramática Gerativa, acompanhando-se os modelos desenvolvidos a partir de CHOMSKY (1981, 1986a e b, 1989), especialmente através da vertente **Princípios e Parâmetros**.

Neste capítulo objetiva-se verificar de que modo a análise gerativa proposta por BAKER (1988; 1993) para a Incorporação Nominal nas línguas polissintéticas pode ser estendida aos dados do português.

Assim sendo, na seção 3.1, busco sintetizar as características da Incorporação Nominal nas referidas línguas. Em seguida, na seção 3.2, apresento a análise de BAKER para esses casos. A próxima etapa consiste no cotejo, realizado em 3.3, das propriedades da Incorporação em português com as das línguas polissintéticas. Em 3.4, efetuo uma discussão a respeito do estatuto categorial do objeto incorporado em nossa língua, seguida de uma proposta de análise gerativa para esse constituinte. Finalmente, em 3.5, comento a análise de LOIS (1989) para o espanhol, a título de contraponto para a análise efetivada para o português.

4.1. Caracterização da incorporação nominal nas línguas polissintéticas

O termo **Incorporação Nominal** (IN, daqui para frente) tem sido usado na literatura lingüística para se referir a um fenômeno típico das línguas conhecidas como polissintéticas, segundo o qual, nos dizeres de BAKER (1988, p.1), "(...) uma palavra semanticamente independente vem para 'dentro' de outra".

Diferentemente de DI SCIULLO & WILLIAMS (1987), que analisam tal fenômeno no léxico, BAKER (1988; 1993) dá um tratamento sintático à IN (assim como também aos outros casos de Incorporação por ele analisados, os quais não cabe examinar aqui). Apoiando-se na Gramática Gerativa, especificamente nos modelos a partir de CHOMSKY (1981), considera a IN como o resultado da aplicação da regra transformacional de **Mover- α** que, no caso em questão, incide sobre um elemento X^0 e não sobre um sintagma pleno. Na próxima seção os aspectos sintáticos desse processo serão devidamente explorados.

Neste momento, interessa-me destacar as peculiaridades do fenômeno da IN, tal como se apresentam nas línguas indígenas analisadas por

BAKER (1988; 1993), dentre outros. Observem-se, portanto, os seguintes exemplos do Onondaga, uma língua americana do grupo Iroquês¹:

(4.1) a) Pet wa? - ha - hwist - ahtu -ʔt-aʔ.

Pat PAST - 3MS - money - lost - CAUS - ASP
'Pat lost money'.

b) (pro) Wa? - ha - yv? kw - ahni: nu-ʔ.

PAST- 3 MS/3N - tobacco - buy - ASP
'He bought tobacco'.

c) (pro) T - a - shako - ʔahs - v: -ʔ.

CS- PAST- 3MS/3F - basket - give - ASP
'He handed a basket to her'.

(BAKER, 1988, p.76, n.1)

Um primeiro aspecto a ser salientado é a constituição morfológica dos verbos dessas sentenças. Trata-se de um vocábulo composto, constituído pela combinação de uma raiz nominal e uma raiz verbal, além de uma seqüência de morfemas flexionais de concordância, tempo e aspecto, previstos na língua

¹ BAKER (1988, p.441-443) fornece a seguinte explicitação das abreviaturas usadas em (4.1) e nos demais exemplos indígenas que seguem:

1,2,3 - referem-se às pessoas gramaticais
M,F,N - gênero masculino, feminino e neutro
(respectivamente).

s, p. - singular, plural.

S, O - sujeito, objeto (funções gramaticais)

CS - cislocativo

PAST - tempo passado

CAUS - morfema de causativo

ASP - marca de aspecto ou modo

PRE - prefixo flexional nominal

SUF - sufixo flexional nominal.

Deve-se acrescentar que o Onondaga é uma língua de ordem livre de palavras, segundo BAKER, apresentando concordância do verbo com o sujeito e o objeto. É falada no nordeste dos Estados Unidos.

para verbos em geral.² A título de ilustração, considere-se o exemplo de (4.1)(a): nesse caso, a raiz nominal *hwist* se combina com a raiz verbal *ahtu*, formando um único item léxico, ao qual se acrescentam ainda os morfemas flexionais verbais de tempo passado (*Waʔ*), de sujeito de 3ª pessoa do masculino (*ha*), de causativo e aspecto (*ʔt - aʔ*). BAKER (1993, p.17) procura deixar claro que o nome incorporado (NI) em complexos verbais como os de (4.1) apresenta-se apenas com o radical *nu*, destituído dos afixos flexionais que lhe são próprios na língua considerada.

De acordo ainda com o referido lingüista, a propriedade especial de construções como as acima é que a raiz nominal parece equivaler ao objeto direto da estrutura, recebendo produtivamente um papel temático da raiz verbal. Esse fato fica mais evidente ao se comparar (4.1) com sentenças como as de (4.2):

(4.2.) a) Pet waʔ - ha - htu - ʔt - aʔ neʔ o - hwist - aʔ.
 Pat PAST - 3 MS/3N - lost - CAUS-ASP the PRE - money
 - SUF
 'Pat lost the money.'

b) (pro) Waʔ - ha - hninu-ʔ neʔ o-yvʔkw - aʔ.
 PAST- 3 MS/3N - buy - ASP the PRE - tobacco -
 SUF
 'He bought the tobacco'.

² Neste capítulo emprego os termos *raiz* e *radical* como sinônimos, equivalentes ao termo *root* do inglês.

c) (pro) t - a - shaka - u -ʔ (pro) ka-ʔahs æ: -ʔ
 CS- PAST- 3MS/3F - give - ASP PRE - basket - SUF
 'He gave her a basket'.

(BAKER, 1988, p.77, n.3)

Em (4.2), não há nenhuma raiz nominal na forma do verbo. O nominal objeto aparece como um vocábulo independente, marcado pelos afixos nominais típicos na língua, como se pode ilustrar com *o-hwist-aʔ*, em (4.2)(a). Esse vocábulo encabeça sua própria projeção (SN) e recebe papel-teta do verbo da maneira usual.

Contudo, verifica-se que as orações de (4.1) e (4.2) são **paráfrases temáticas** umas das outras: os mesmos papéis temáticos e restrições seletivas relacionam os mesmos verbos (ou raízes verbais) com os mesmos nomes (ou radicais nominais) em ambos os casos. Desse modo, segundo BAKER (1988, p.77), "(...) uma palavra morfológica complexa em Onondaga pode desempenhar o papel de duas palavras (...)"

Continuando, o autor estabelece um confronto entre os casos de IN em línguas como Onondaga, Mohawk, Nahuatl, etc. e certos vocábulos compostos do inglês, como os abaixo (numerados 6, em BAKER, 1988, p.78):

- (4.3) a) **Pat is a hopeless money-loser.**
 b) **Tobacco-buying is illegal in civilized cultures.**
 c) **Basket givers should get breaks on their income taxes.**
 d) **Martha went man-watching.**

Um ponto comum entre ambas as construções é que, tanto em inglês quanto nas línguas polissintéticas mencionadas, um nome e um verbo associam-se produtivamente para constituir um vocábulo maior, no qual o nome está relacionado com um dos papéis temáticos do verbo.

Todavia, em inglês, combinações como as de (4.3) são necessariamente **deverbiais**: a forma resultante é um **substantivo (ou adjetivo)**, mas nunca um verbo. Nesse sentido tais combinações diferem completamente dos casos de (4.1), em que os vocábulos complexos constituem o **verbo principal** da oração. BAKER considera que tais compostos ingleses são constituídos no léxico, não na sintaxe.

Há, ainda, diferenças relativas à interpretação semântica dos nominais nos dois tipos de formação. Nos casos do inglês, afirma BAKER, o nome é sempre interpretado como **não-referencial**, enquanto nas línguas polissintéticas o nome incorporado tanto pode ter uma acepção **referencial** como **não-referencial**. O autor não chega, porém, a definir tais noções, de modo a deixar claro o que realmente entende por elas. Comprove-se com a seguinte passagem:

"Há uma nítida diferença entre o valor referencial da raiz nominal nos compostos ingleses e aquele da raiz nominal nos verdadeiros casos de IN. Em compostos ingleses como os de (6) (i.é. 4.3.) (...) a raiz nominal é não-referencial: não se refere a nenhuma cesta ou conjunto de cestas em (6.c); também não se refere a um homem específico ou a um conjunto de homens em (6.d). A situação pode ser completamente diferente na verdadeira incorporação nominal. Um nome incorporado freqüentemente se refere a uma classe não-específica ou genérica, fornecendo uma leitura bem semelhante à

dos compostos ingleses. Todavia ele também pode se referir a um objeto bem específico que não é focalizado no discurso em línguas como Mohawk e Nahuatl."

(BAKER, 1988, p.78-79)

No trecho acima, não-referencial identifica-se ora com genérico ora com não-específico (atributivo?), ao passo que referencial parece ser identificado com específico, embora não fique clara a acepção conferida a esse último termo.

De qualquer forma, em BAKER (1993), procura-se apresentar, como evidência do caráter referencial de certos nomes incorporados, a possibilidade de serem retomados posteriormente no discurso, como se verifica no seguinte exemplo do Mohawk:³

(4.4) Thetyre' wa'-ke - nak-t - a hninu' -.

Yesterday fact - 1sS - bed - buy - punc

'I bought a bed yesterday'.

I - k - ehr - e' Uwarr v-ye-nuhwe'-ne'.

Ø - 1sS - think - punc Mary fut - FsS - like - punc

'I think Mary will like it (= the bed).'

(BAKER, 1993, p.3, n.3)

³ BAKER (1993, p.22) informa que o Mohawk é uma língua do grupo Iroquês, falada em Quebec, Ontário e Nova Iorque. Caracteriza-se pela ordem livre de palavras e uma complexa morfologia verbal, que inclui concordância tanto com o sujeito quanto com o objeto.

Nos exemplos de (4.4) e (4.5), além das abreviaturas explicadas anteriormente, é necessário esclarecer, ainda, os seguintes símbolos e abreviaturas:

fact - modo factual

fut - modo futuro

punc - aspecto puntual

NE - partícula cuja função exata não é clara.

Ø - vogal epentética

Mais uma característica dos casos de IN, que os distingue dos compostos ingleses, é o fato de que o nome adjungido ao verbo, no vocábulo composto, pode ser modificado por um item léxico que figura fora do complexo verbal. Assim, tal nome pode ser interpretado em conjunto com um demonstrativo, um modificador adjetival, um quantificador ou numeral, uma oração relativa, etc. que se encontram num **SN externo**. Os dados de (4.5), do Mohawk, ilustram, respectivamente, cada uma dessas alternativas:

(4.5) a) Thikv v-ye-nakt - a-nuhwe'- ne'.

this fut-FsS-bed - Ø-like-punc

'She will like this bed'

b) Asetsi v-ye - nak t- a-nuhwe' - ne'.

new fut - FsS - bed - Ø - like - punc

'She will like the new bed'.

c) Akweku v-ye-nakt-anuhwe'-ne'.

all fut-FsS-bed-Ø-like-punc

'She will like all the beds'.

d) V - ye - nakt- a-hvhwe'-ne' ne theyre' wa' - k - hninu'.

fut-FsS-bed-Ø-like-punc NE yesterday fact - 1sS-buy-punc

'she will like the bed that I bought yesterday'.

(BAKER, 1993, p.3, n.4(a)-(d))

Esses dados demonstram que qualquer elemento modificador de um nome que encabeça um **SN externo**, em Mohawk, pode também modificar o NI. Veja-se,

por exemplo, (4.5)(a). Aí o demonstrativo *thikv*, determinante da raiz nominal incorporada *nakt*, acha-se fora do vocábulo composto *v-ye - nakt - a - nuhwé - né*.

Outra propriedade importante da IN nas línguas polissintéticas é que apenas **objetos** se incorporam, **sujeitos** de verbos transitivos não o fazem. Entretanto, sujeitos de verbos inacusativos podem vir incorporados, uma vez que, tematicamente, correspondem ao objeto desses verbos.

Finalmente, cabe mencionar uma peculiaridade da interpretação dessas estruturas, não mencionada explicitamente por BAKER, mas inferida de observações arroladas ao longo do artigo *Lexical and non-Lexical noun incorporation*. Trata-se do fato de que o radical nominal dos vocábulos complexos em pauta parece contribuir para subclassificar a ação, de modo que o conjunto **N-V** passa a **nomear** um tipo diferente de evento.

Essa característica fica mais evidente no trecho abaixo citado, em que BAKER refuta um argumento de MITHUN (1984) para distinguir, nas línguas indígenas, casos de combinações **N-V** realizadas no léxico daqueles resultantes de processos sintáticos. Observe-se:

"(uma hipótese a ser examinada é que) uma combinação N-V é léxica se a atividade à qual ela se refere é 'digna de um nome', isto é, se ela se refere a alguma coisa que pareça merecer um item léxico (para nomeá-la). MITHUN (1984) considera que este é um fator importante na incorporação nominal. (...) Todavia (...) 'meat-eat', 'dish-wash', e 'wood-cut' certamente são partes importantes da vida diária de meus informantes, logo as ações às quais (essas expressões) se referem são 'dignas de um nome',

pelo menos num sentido intuitivo. Contudo (em Mohawk) as combinações (acima) são tratadas como sintáticas."

(BAKER, 1993, p.20. O grifo é meu.)

Por esse excerto constata-se que o autor está considerando os vocábulos indígenas correspondentes a **meat-eat**, **dish-wash** e **wood-cut** como itens léxicos complexos que se referem a diferentes tipos de atividade. Essa idéia é reforçada também na passagem a seguir, na qual o lingüista procura esclarecer o raciocínio acima apresentado, tomando como exemplo o verbo **to pick**, do inglês:

"(...) apanhar é uma atividade muito diferente dependendo se se vai apanhar madeira, fruta, ou peixe; aonde se vai, que ferramentas são levadas, e os movimentos musculares (envolvidos) são todos muito diferentes em cada caso." (Ibid.)

BAKER prevê, ainda, uma objeção que poderia ser levantada contra tais considerações: há verbos como **lavar** e **comprar**, cuja interpretação parece ser relativamente independente das propriedades do objeto. Verifique-se:

"Por outro lado, comprar é mais ou menos a mesma (atividade) se madeira, um vestido, ou carne estão envolvidos: em cada caso você vai a uma loja apropriada e entrega dinheiro ou cartão de crédito ao caixa. Do mesmo modo, a atividade de lavar é relativamente independente das propriedades de seu objeto." (Ibid.)

Contudo, mesmo com referência a tais casos, o autor parece entender que o nome incorporado contribui para distinguir diferentes tipos de evento. Comprove-se:

"Certamente, eu não compro uma casa do mesmo modo que compro bala, e não lavo meu bebê do mesmo modo que lavo meu carro (...)."

(BAKER, 1993, p.20)

Desse modo, a propriedade acima comentada — a interpretação classificadora do NI — deve ser enumerada ao lado das demais características da IN nas línguas indígenas em foco. Essa decisão apóia-se, ainda, na observação de TOZZER (1977, p.66) sobre o objeto incorporado em maia, abaixo apresentada:

"(...) a raiz verbal se combina com um objeto tão intimamente que a idéia global é, em si mesma, considerada como uma ação (...). A completa unidade do objeto com a ação verbal é vista no fato de que o objeto é um infixio. (O grifo é meu)

O quadro a seguir resume os fatos descritos nesta seção:

QUADRO IV

CARACTERÍSTICAS DO NI NAS LÍNGUAS POLISSINTÉTICAS

- a) Vocábulo composto de um radical nominal nu + raiz verbal + afixos flexionais verbais.
- b) O item composto equivale ao verbo principal da sentença.
- c) O radical nominal corresponde ao objeto direto. Recebe um papel temático da raiz verbal, satisfazendo às restrições seletivas do verbo.
- d) Só objetos temáticos se incorporam. Sujeitos não o fazem.
- e) Do ponto de vista semântico, o objeto tanto pode ser referencial como não-referencial.
- f) O nome incorporado, em alguns casos, pode ser retomado no discurso subsequente.
- g) O radical nominal pode ser modificado por elementos que se encontram fora do vocábulo complexo.
- h) O nome subclassifica a ação ou processo expressos pelo verbo, passando o conjunto a designar um tipo diferente de evento.

4.2. A análise de BAKER (1988; 1993) para a IN

4.2.1. A IN como resultante de Mover-alfa

Tendo por base os princípios da Gramática Gerativa, tal como formulados a partir de CHOMSKY (1981, 1982, 1986a e b), dentre outros,

BAKER (1988) desenvolve uma Teoria da Incorporação, focalizando as diferentes faces desse processo. Neste trabalho, interessam-me apenas os fatos relativos à IN, cujas características gerais foram apresentadas na seção anterior. A seguir, portanto, vou sintetizar as principais posições tomadas por BAKER com relação ao tema em apreço.

A primeira observação a ser feita é que **Incorporação**, para o autor, é um termo técnico que se refere a uma submodalidade da regra sintática de **Mover-alfa**, a qual, no caso em discussão, incide sobre uma categoria X° (tomando essa expressão da Teoria X-barra). Embora os exemplos de movimentos sintáticos mais explorados na literatura se refiram aos deslocamentos de sintagmas plenos, diversos pesquisadores já forneceram evidências para o movimento de categorias do nível X° , o qual se demonstra responsável pela ordem superficial de certos constituintes.⁴ Assimilando-se, pois, os dois casos, restrições que se aplicam ao movimento de sintagmas plenos (SXs), aplicar-se-ão também ao movimento de X° s.

Uma outra característica distintiva da abordagem de BAKER (1988) é a defesa da **Estrutura-P** e a obediência a um **Princípio de Projeção forte**, segundo suas próprias palavras. Apesar das várias discussões a respeito da necessidade ou não de se postular a **Estrutura-P** como um nível de representação independente, o autor assume e reforça a existência dessa

⁴ Vejam-se, a propósito, POLLOCK (1989) e OUHALLA (1991), dentre outros.

estrutura na Teoria, de modo a considerá-la o nível de representação mais geral da estrutura temática. No essencial, isso significa que, na estrutura-P, todos os sintagmas aparecem na posição em que se atribui o papel-teta que recebem. BAKER (1988, p.46) postula, assim, o seguinte princípio:

(4.6) Hipótese da Uniformidade de Atribuição de Teta (HUAT)

"Relações temáticas idênticas entre itens são representadas por relações estruturais idênticas entre os mesmos no nível da estrutura-P."

Tal princípio dá uma motivação teórica para a análise da IN em termos de movimento de X^o: sempre que uma parte de um vocábulo mostra sinais sintáticos de atribuição ou recepção de um papel-teta de maneira semelhante à de um constituinte morfologicamente independente, a HUAT (UTAH, em inglês) prevê que tal parte do vocábulo aparecerá numa posição estrutural independente na estrutura-P, de modo que as relações temáticas poderão ser atribuídas da maneira canônica.

Considerem-se, novamente, os exemplos (4.1)(a) e (4.2)(a) do Onondaga, arrolados na seção anterior:

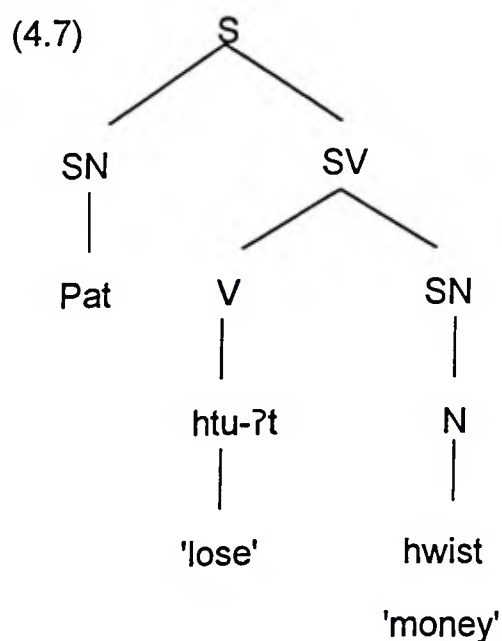
(4.1) a) Pet wa? - ha - hwist - ahtu -ʔt-aʔ.

Pat PAST - 3MS - money - lost - CAUS - ASP

'Pat lost money'.

- (4.2) a) Pat wa? - ha - htu - ?t - a? ne? o - hwist - a?
 Pat PAST - 3 MS/3N - lost - CAUS-ASP the PRE - money -
 SUF
 'Pat lost the money.'

Conforme já mencionado, as mesmas relações temáticas estão presentes nos dois casos. Por conseguinte, pela HUAT, ambos devem ter estruturas-P paralelas, nas quais a atribuição de teta seja representada do mesmo modo. BAKER (1988, p.80, n.12) sugere a seguinte estrutura-P para esses exemplos (omitindo-se os detalhes):⁵



⁵ Os rótulos dos constituintes foram traduzidos.

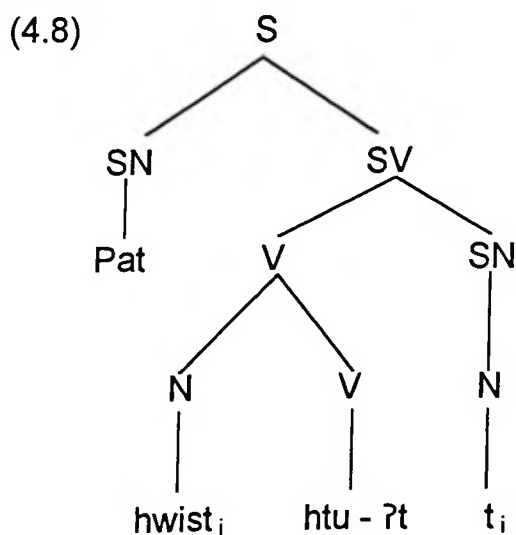
De acordo com BAKER, em (4.2)(a), tudo o que acontece com tal estrutura é a adição da morfologia flexional. Já em (4.1)(a), o verbo *htu-ʔt* e a raiz nominal *hwist* se combinam num único vocábulo em algum estágio. Isto se deve a **Mover-alfa**, que desloca o item léxico estruturalmente mais baixo (o nome) e o adjunge ao verbo. Para atender ao **Princípio de Projeção (PP)**, o radical nominal movido deixa um traço na sua posição de origem.

Lembro que o PP reza que as representações em cada nível sintático (**Estrutura-P, Estrutura-S e Forma Lógica (FL)**) são projetadas do léxico, ou seja, as representações respeitam as propriedades temáticas e de subcategorização dos itens léxicos. Parte do conteúdo desse Princípio, comenta BAKER (1988, p.49), prevê que processos transformacionais não criam nem destroem estrutura categorial relevante para as propriedades lexicais dos itens, incluindo as relações temáticas por eles determinadas. Em suma: o PP implica que o movimento de **SXs**, assim como o de **X^os**, deve preservar a estrutura, deixando atrás um **traço** — cópia foneticamente nula da categoria transposta. Como se sabe, a categoria movida e seu traço constituem uma unidade formal mais abstrata denominada **Cadeia** (Cf. CHOMSKY, 1986a), na qual a relação entre os elementos envolvidos é representada por um tipo de coindexação (letras subscritas).

Na mesma trilha de CHOMSKY (1982) — recorde-se o **Critério Teta** —, BAKER (1988, p.50) deixa claro que a atribuição de papel-teta (tanto

na perspectiva do elemento que o atribui como na daquele que o recebe) refere-se primordialmente a posições, não a categorias. Como consequência, uma posição teta tanto pode conter a própria categoria como seu traço, devido a Mover-alfa. Em outras palavras, o Critério Teta leva em conta Cadeias inteiras e não somente os itens individuais (BAKER, 1988, p.38).

Tendo esses fatos em vista, o autor propõe a seguinte estrutura-S para (4.1)(a) (Ibid. p.80, n.13):⁶



Em (4.8), o nome movido deixa atrás um traço que encabeça o sintagma nominal objeto, permitindo assim que esse receba um papel-teta do verbo e satisfaça suas exigências de subcategorização. BAKER considera (4.7) e (4.8) como as estruturas prototípicas da IN.

⁶ No original aparecem os radicais ingleses *money* e *lose*, em vez das raízes indígenas, respectivamente sob N e V.

4.2.2. IN, Restrição do Movimento de Núcleo (RMN) e Princípio da Categoria Vazia (PCV)

O traço deixado em (4.8), como consequência do movimento do núcleo nominal, está sujeito à chamada **Restrição do Movimento de Núcleo** — RMN (HMC, no inglês) — que, em última instância, é derivada de um princípio independente da Gramática: o **Princípio da Categoria Vazia** — PCV (ECP, no inglês). BAKER (1988, p.53) assume a versão da RMN formulada por TRAVIS (1984):

(4.9) Restrição de Movimento de Núcleo

"Um X^o só pode se mover para um Y^o que o rege propriamente."

O autor observa que, em (4.9), utiliza-se a noção de **Regência Própria**, característica do PCV. Isso significa que, na verdade, a RMN é simplesmente uma evidência de que os traços deixados pelo transporte de X^os estão sujeitos ao PCV assim como o estão os demais traços de movimento.⁷

Pode-se esclarecer melhor esta posição, seguindo-se passo a passo o raciocínio de BAKER. Assuma-se, pois, que o traço de um X^o deve ser propriamente regido, conforme acima afirmado. Isso quer dizer que deve ser regido ou por um elemento tematicamente coindexado com ele (isto é, um

⁷ Também em CHOMSKY (1989) - *Some notes on economy of derivation and representation* - defende-se a idéia de que, em última instância, a RMN reduz-se ao PCV.

núcleo) ou por um antecedente, item com ele coindexado através da relação de Cadeia. Todavia, a primeira condição não pode ser satisfeita, já que categorias do nível X° nunca são tematicamente marcadas — só as categorias SXs que encabeçam. Segundo BAKER, este fato é justificado tanto formal como semanticamente. Do **ponto de vista formal**, uma combinação da Teoria X-barra com a Teoria-teta o prevê na medida em que, pela primeira, só SXs podem ser irmãos (complementos) de um núcleo lexical; pela segunda, a marcação teta direta só se efetua entre nódulos irmãos: assim SXs são marcados tematicamente, mas não X°s. Sob a **perspectiva semântica**, a afirmação acima também procede. Tomando um caso específico, o lingüista salienta que a relação de marcação teta entre um verbo e um nominal corresponde a uma dada relação semântica que se efetiva entre o referente da expressão nominal e a ação ou tipo de estado nomeados pelo verbo. Ora, é a categoria SN que **refere** e não a categoria N. A título de exemplificação, BAKER (1988, p.54) propõe a seguinte estrutura do inglês (cf. n.44 do original):

(4.10) I finally found [[someone] who really cares about me].

Com essa sentença, o falante não está afirmando que localizou qualquer **pessoa em geral** — o referente potencial do núcleo N isolado —, mas uma **pessoa específica** — o referente do SN como um todo, incluindo a oração relativa restritiva. Conseqüentemente, há razões para se asseverar que o

verbo marca tematicamente o SN mas não o N. Formalmente, isso equivale a dizer que índice temático atribuído ao nóculo SN não percola para o seu núcleo — N —, embora outros tipos de traços o façam.

Dessa discussão conclui-se, pois, que, para atender à condição de regência própria, o traço do X° transposto deve ser regido por seu antecedente. Em outras palavras: "X° rege sua posição original se e somente se aparecer unido a um Y° que rege o SX do qual X era núcleo na estrutura-P." (BAKER, 1988, p.54)

A exigência acima é satisfeita em (4.8), a estrutura-S típica da IN. O nome (X°) aparece adjungido ao verbo (Y°) que rege o SN (objeto) cujo núcleo é ocupado por seu traço. Logo, X° rege seu traço.

Neste ponto é conveniente recordar que, de acordo com CHOMSKY (1986b), "A rege B se e somente se A C-comanda B e não há nenhuma categoria C tal que C seja uma barreira entre A e B." (Apud BAKER, 1988, p.39)⁸ Essas duas imposições da regência são satisfeitas pela construção em apreço.

⁸ A noção de Regência, fundamental na versão da Gramática Gerativa adotada por BAKER, na atual proposta — conhecida como Minimalista — perdeu o estatuto que tinha anteriormente. Hoje não mais é considerada um princípio da Gramática, mas argumenta-se que é derivada de outros princípios. Nesta tese, porém, não vou discutir esses fatos. Todavia não se pode deixar escapar que, em semente, tal idéia já estava presente na seguinte passagem de BAKER (1988, p.67-68):

"(...) podemos considerar regência como a relação de estar numa 'conexão teta direta' com algum y (...). Há dois modos em que (um constituinte) deixa de ter relação teta direta com y: (ele) não tem nenhum tipo de relação teta (a barreira do tipo de adjunto); ou ele tem relação teta mais direta com algum outro (elemento), z (a barreira do tipo — Condição de Minimalidade)." (O grifo é meu)

Em primeiro lugar, o nome adjungido ao verbo c-comanda seu traço, assumindo-se, como quer BAKER (1988, p.36), a noção de C-comando formulada por AOUN & SPORTICHE (1983): "A C-comanda B se e somente se A não domina B e para cada projeção máxima C, se C domina A então C domina B". No caso em foco, o radical nominal não domina o SN objeto e há uma projeção máxima, SV, que domina tanto esse nominal quanto o SN que contém seu traço.

Quanto à segunda condição, também é atendida pela estrutura com IN, já que não há Barreira entre o nominal antecedente (adjungido ao verbo) e seu traço, baseando-se no conceito de Barreira de CHOMSKY (1986b).

Em suma: as considerações acima, segundo BAKER, confirmam que, ao obedecer a RMN, o transporte de N em última instância está sujeito ao PCV. Nesse sentido, o movimento de N nos processos de Incorporação Nominal se assemelha aos demais tipos de Mover-alfa, todos sujeitos ao PCV.

Além disso, o antecedente nominal, ao vir adjunto à raiz do verbo, atende também à outra propriedade importante alistada para os demais casos de Mover-alfa: não se encontra numa posição teta.

4.2.3. NI modificado

Conforme se salientou na seção 4.1, a raiz nominal incorporada pode vir modificada por um constituinte que se encontra fora do complexo verbal, ou

seja, permanece dentro do SN objeto. Considere-se, novamente, o seguinte caso do Mohawk:

(4.5.) a) Thikv v-ye - nakt - a - nuhwe' - ne'.

this fut - FsS-bed - Ø - like - punc

'She will like this bed'.

De acordo com BAKER (1993, p.3), o traço deixado pelo nominal transposto fornece a ligação entre esse elemento e o modificador externo, o que é necessário para a adequada interpretação da sentença.

4.2.4. IN e a Teoria de Caso

Em BAKER (1988) apresenta-se uma série de dados de diferentes línguas polissintéticas que fornecem evidência para a seguinte afirmação do autor: "(...) um SN cujo núcleo nominal está incorporado (ao verbo) não precisa receber Caso (...)" (Ibid. p.105). Dentre os dados analisados, destacam-se os exemplos de incorporação do nominal que ocorre com verbos inacusativos, nominal esse que, na estrutura-P, se aloca na posição de objeto desses verbos. De acordo com a chamada **Generalização de Burzio**, tais verbos não atribuem Caso (Cf. BAKER, 1988, p.106). Logo, o nome a eles incorporado não pode receber Caso do verbo. Por outro lado, também não o pode receber movendo-se para a posição do sujeito da estrutura (como é usual em construções com esse tipo de verbo), já que de lá a raiz nominal não poderia

C-comandar ou reger seu traço, violando, assim, o PCV. Apesar disso, no entanto, a IN com verbos inacusativos é gramatical. Logo, como acima se observou e como BAKER assevera, o NI não precisa receber Caso.

Segundo o autor, essa generalização levanta, contudo, uma questão para a Teoria de Caso: o que, na estrutura de tal teoria, pode justificar esse fato? Um primeiro aspecto a ser considerado na resposta a essa pergunta é que o chamado **Filtro de Caso** (exigência de que SNs devem receber Caso) decorre de uma condição mais geral de **Visibilidade** (CHOMSKY, 1986a), segundo a qual a posição de núcleo de uma Cadeia-A deve ser marcada por Caso, para que a cadeia seja visível para a atribuição de papel-teta na FL. Uma vez que um SN normalmente necessita receber um índice temático, devido ao **Critério Teta**, ele precisará também receber Caso. Em última instância, o motivo por que SNs devem ser casualmente marcados é que o Caso ajuda a identificar como o SN deve ser interpretado na estrutura.

Acompanhando a argumentação de BAKER, deve-se assinalar a existência de diferentes tipos de caso. Por um lado, nas línguas com um sistema casual rico (por exemplo — latim e estônio), alguns casos são **semânticos**, no sentido de que um SN que aparece com determinada forma receberá sempre um determinado papel-teta. Por outro lado, há também o chamado **Caso Inerente**, como o genitivo em inglês, que é atribuído a um SN especificador de N pelo núcleo N, sob regência (Cf. o conceito de regência de CHOMSKY, 1986b). Esse caso marca uma variedade de diferentes papéis-

teta; contudo o núcleo nominal não pode atribuir caso genitivo a um SN ao qual não atribui algum papel-teta. Isso significa que, aqui, ainda continua a existir um elo forte entre a atribuição de teta e a de caso: um argumento com Caso inerente é tematicamente dependente do elemento que lhe atribui Caso.

Por fim, há um terceiro tipo de Caso, o **Estrutural** (casos nominativo e acusativo), que pode ser atribuído a um SN por um item léxico que o rege, independentemente do fato de esse elemento atribuir papel-teta ao SN. Vê-se, pois, que, nessa última situação, o atribuidor de Caso e o de papel-teta não precisam ser os mesmos. Chega-se, desse modo, à **Condição de Visibilidade** mais geral, satisfeita por todos os tipos de Caso, da qual o Filtro de Caso é derivado (BAKER, 1988, p.117, n.93):

(4.11) Condição de Visibilidade

"B recebe um papel-teta somente se for indexado para Caso"

Tal condição é, assim, "(...) uma gramaticalização formal relacionada com a necessidade a priori de se poder deduzir relações semânticas de formas superficiais". (BAKER, 1988, p.114).

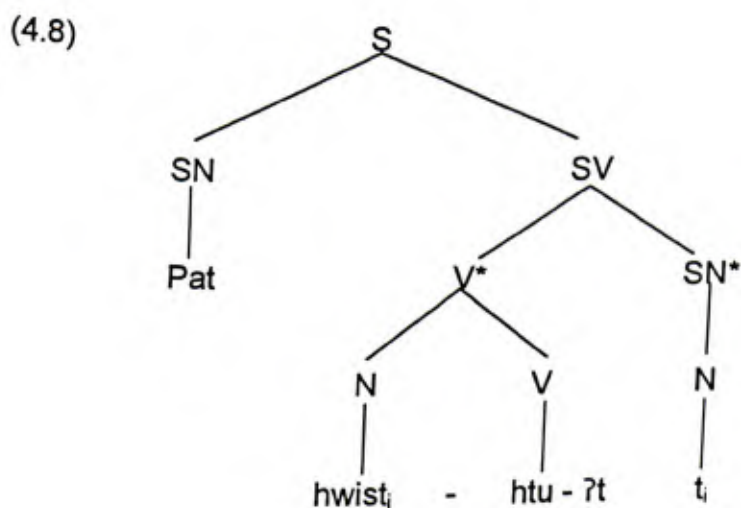
Continuando seu raciocínio, BAKER lembra que a **Condição de Visibilidade**, conforme visto em (4.11), requer que SNs sejam indexados para Caso; já o **Princípio de Interpretação da FF** requer que tais relações de indexação de Caso se manifestem na FF. Comprove-se (Ibid. p.116, n.90):

(4.12) Princípio de Interpretação da FF

"Cada relação de indexação de Caso na estrutura-S deve ser interpretada pelas regras da FF."

Mais ainda: a marcação de Caso, como se sabe, só ocorre sob regência. Por conseguinte, desse conjunto de condições segue-se o efeito desejado: as relações de argumento serão usualmente recuperadas da Forma Fonológica, embora alguns *desencontros* que existem entre ambas, nas línguas naturais, sejam igualmente previstos. Em suma: (4.11) e (4.12) juntos implicam que todos os SNs argumentos devem ser "identificados na FF".

Apresentadas essas considerações teóricas, pode-se retornar aos casos com NI. Observe-se, novamente, uma estrutura típica de IN, como a abaixo:



BAKER (1988) compara a relação que se estabelece entre o verbo complexo V^* e o SN^* , nessa estrutura, com uma relação de indexação de Caso, procurando salientar os pontos comuns entre ambas. Assim, o núcleo do SN^* na estrutura-S está coindexado com V^* , como resultado da Incorporação. Além disso, esta coindexação só ocorre quando V^* rege o SN^* na estrutura-S; caso contrário, não se satisfaz o PCV. Por fim, essa relação entre o SN^* e o verbo complexo é visível na FF: parte do SN^* aparece, de fato, dentro do V complexo. Como consequência, é possível afirmar que esta relação de indexação é "interpretada na FF no sentido relevante" para (4.12) (Ibid. p.118). Estipulando-se, desse modo, que as relações de coindexação de cadeia, geradas pelo movimento de núcleo, contam como relações de indexação de Caso, para os fins da Condição de Visibilidade, o SN^* satisfaz as exigências da Teoria de Caso.⁹ Segundo BAKER (1988, p.118),

"Esta extensão preserva as funções da Condição de Visibilidade assim como os formalismos, uma vez que, nos casos centrais, somente objetos temáticos se incorporam ao verbo (...); pode-se, pois, inferir com segurança a relação semântica de um nome incorporado apenas pelo fato de que ele está incorporado."

Tal extensão, continua o autor, apóia-se no fato de que um princípio como o de (4.11) não distingue entre duas dependências sintáticas similares

⁹ Com referência a esta extensão da indexação de Cadeia para dar conta das exigências da Teoria de Caso, é digno de nota o fato de que também REINHART & REULAND (1993) partem da Condição de Cadeia, de CHOMSKY (1986), para revê-la como uma condição de localidade que explica a distribuição complementar de anafóricos e pronomes.

A esse propósito, SÉRGIO MENUZZI (HIL, Universidade de Leiden) proferiu uma palestra na UFMG, em 08 de agosto de 1995.

estruturalmente, mas oriundas de fontes diferentes na gramática: a coindexação de cadeia gerada por Mover-alfa e a coindexação de Caso sancionada pelas propriedades léxicas do elemento atribuidor de Caso, que se dá na estrutura-S.

Toda essa argumentação visa, portanto, a demonstrar que o processo de Incorporação satisfaz automaticamente as exigências da Teoria de Caso no que concerne ao SN cujo núcleo é incorporado. Isso inclui, evidentemente, os dados de Incorporação Nominal com verbos inacusativos, discutidos no início desta seção. Conforme visto, apesar de tais verbos não atribuírem Caso a seus objetos temáticos, esses podem se incorporar, gerando sentenças gramaticais. Assim sendo, esses dados evidenciam que a coindexação de cadeia resultante da Incorporação Nominal é suficiente para atender à Condição de Visibilidade. Sendo assim, a indexação convencional de Caso, embora possível para muitos exemplos, torna-se supérflua para os dados com IN.

4.2.5. Síntese

Tendo resumido, nesta parte, os principais aspectos da análise de BAKER para os casos de Incorporação Nominal nas línguas indígenas aqui citadas, a seguir, pretendo verificar se tal análise é adequada para os dados do português, examinados nos capítulos anteriores.

Nesse sentido, na próxima seção, procedo a um confronto entre as características da IN nas línguas polissintéticas (arroladas em 4.1) e as do Objeto Incorporado em português, salientando pontos comuns e divergentes. O passo seguinte consiste numa proposta de análise gerativa para os fatos de nossa língua.

4.3. A Incorporação Nominal no português: cotejo com as línguas polissintéticas

Nesta seção almejo empreender um confronto entre o comportamento gramatical do SN nu objeto em português, cujas faces sintática e semântica foram analisadas nos capítulos precedentes, e os traços característicos da IN nas línguas polissintéticas, descritos em 4.1 e resumidos no quadro IV.

Iniciando pelas diferenças, como primeira etapa, é conveniente reiterar que o termo **Incorporação Nominal**, na literatura lingüística, refere-se a um tipo de construção com características morfológicas bem definidas (mesmo que estas sejam resultantes de um processo sintático, conforme descrito por BAKER (1988; 1993)): trata-se de um verbo morfológicamente complexo, constituído de **raiz nominal + raiz verbal + afixos flexionais verbais**. Recorde-se o seguinte exemplo do Onondaga:

(4.1.) a) Pet wa? - ha - hwist - ahtu - ʔt - aʔ.

Pat PAST - 3 MS - money - lost - CAUS-ASP

'Pat lost money'.

No que concerne ao português, até o momento tenho usado o rótulo **Objeto Incorporado** para identificar um tipo de **acepção**, definida como [-I, -M, -Pr], característica de SNs nus objetos, como os abaixo reapresentados:

- (1.1) Fui buscar **menino** no colégio às cinco horas.
- (1.5) Eu só comprei **carro** este ano porque você insistiu muito.
- (1.6) João alugou **apartamento** durante vinte anos.
- (1.7) Papai sempre lia **jornal** depois do almoço.
- (1.8) Eu vou passar **roupa** à tarde.
- (1.9) Gosto de tomar **café** bem devagar.

Portanto, deve-se frisar que, embora tenham sido encontradas evidências de **incorporação semântica** no português, aí não há **incorporação morfológica**, à semelhança do que se viu nas línguas indígenas anteriormente citadas.

Um outro ponto de divergência entre os casos confrontados diz respeito à possibilidade, nas línguas polissintéticas, de retomada do NI no discurso subsequente. A seguir, se repete o exemplo de Mohawk que ilustra este fato:

(4.4) Thetyre' wa'-ke - nak-t - a hñivu' -.
 Yesterday fact - 1sS - bed - buy - punc
 'I bought a bed yesterday'.

I - k - ehr - e' Uwarr v-ye-nu hwe'-ne'.
 Ø - 1sS - think - punc Mary fut - FsS - like - punc
 'I think Mary will like it (= the bed).'

Quanto ao português, pelo menos no que tange ao traço [\pm Pr], já se assinalou que o SN nu objeto parece ser mais resistente a retomadas posteriores. Comprove-se, mais uma vez:

(2.63)a) *Fui buscar menino_i no colégio às cinco horas mas ele_i não estava lá.

(2.66)b) *Só posso tomar café_i de manhã. O médido me proibiu de tomá-lo_i; várias vezes ao dia.

Há dissonância entre as construções comparadas também no tocante à seguinte propriedade: em línguas como o Mohawk, o nome incorporado pode vir semanticamente modificado por elementos que se alocam fora do complexo verbal, tais como — demonstrativo, adjetivo, numeral, etc. Com referência ao português, deve-se reiterar que o objeto incorporado se apresenta formalmente como um SN nu, sem qualquer modificador pré-nominal, conforme exemplificado em 3.1.

Passo, a seguir, aos pontos de contacto. O primeiro aspecto a merecer atenção é a forma dos nominais incorporados nos dois casos em apreço. Tanto nas línguas polissintéticas como no português, já tive oportunidade de salientar que o nominal em questão apresenta-se na sua forma básica, como radical apenas, destituído dos afixos flexionais previstos para sua classe. Além disso, vem numa posição adjacente ao verbo. Em português, apesar de não constituir, com o radical verbal, um vocábulo morfológicamente composto, apresenta como colocação natural apenas a posição imediatamente após o verbo. As sentenças em que se afasta desse elemento são estranhas, conforme amplamente ilustrado em 2.1. Retomem-se, por exemplo, as seguintes orações:

(2.15) *Fui buscar no colégio menino.

(2.16) *Vou alugar depressa apartamento.

(2.19) *Gosto de tomar devagar café.

(2.20) *Mané bebeu depois do almoço cerveja.

Um outro fato comum às duas construções é a função sintática exercida pelos nomes considerados — em ambas o nome equivale ao objeto direto: recebe um papel temático do verbo, satisfazendo assim suas exigências de seleção-S (na terminologia de CHOMSKY, 1986a). Ainda relacionada com tal característica, vale frisar que a incorporação só se processa com objetos e nunca com sujeitos, em ambos os casos.

Por fim, é relevante apreciar os fatos semânticos compartilhados pelas estruturas em pauta. Repetindo algumas observações do capítulo II, a leitura [-I, -M, -Pr] do SN nu objeto, em português, favorece a incorporação semântica desse item ao verbo, de tal modo a serem ambos interpretados como um todo semanticamente coeso: traduzem uma idéia unitária. Conforme já comentado, nesses casos, o nome parece estar *qualificando* o verbo, atribuindo ao seu sentido o conjunto das propriedades que definem a própria classe. Em outras palavras: V + N designam uma subclasse da ação expressa pelo verbo. Recorde-se: as expressões **buscar menino, catar papel, tocar flauta, beber cerveja**, etc. são interpretadas como diferentes tipos de ação. Focalizam-se os eventos e não as entidades envolvidas.

Ora, essa função classificatória do nome em relação ao verbo parece estar presente também nos casos de incorporação morfológica, conforme inferida das observações de BAKER (1993) e realçada por TOZZER (1977) para o maia. Retomem-se, a título de ilustração, as passagens abaixo, dos respectivos pesquisadores:

"(...) apanhar é uma atividade muito diferente dependendo se se vai apanhar madeira, fruta, ou peixe; aonde se vai, que ferramentas são levadas, e os movimentos musculares (envolvidos) são todos muito diferentes em cada caso."

(BAKER, 1993, p.20)

"(...) a raiz verbal se combina com um objeto tão intimamente que a idéia global é, em si mesma, considerada como uma ação (...). A completa unidade do objeto com a ação verbal é vista no fato de que o objeto é um infixos." (O grifo é meu)

(TOZZER, 1977, p.66)

Há, porém, um aspecto da interpretação dos nominais incorporados nas línguas indígenas, anteriormente citado, que merece mais atenção neste momento. Diferentemente da posição adotada nesta tese, em que tive a preocupação de explicitar, do modo mais acurado que foi possível, os traços semânticos característicos do SN nu objeto, os autores aqui mencionados (que se ocupam das línguas polissintéticas) não se detêm na interpretação do nome em apreço. Fazem observações de caráter genérico, utilizando, sem definir, rótulos que são empregados de modo ambíguo na literatura lingüística. Muitas vezes deixam que se infira dos exemplos o que pretendem dizer com tais rótulos, sem qualquer explicitação. Antes de ilustrar essa crítica com trechos extraídos dos trabalhos de BAKER, autor em que me baseio nesta parte, para demonstrar que o fato é comum também em lingüistas de outras correntes teóricas, vou buscar excertos do texto de GIVÓN (1984), cuja orientação é funcionalista. Aprecie-se a citação abaixo:

"(...) um processo semelhante em alguns aspectos à anti-passiva é o de **incorporação do objeto** ao verbo. Mais tipicamente, um objeto não-referencial, isto é, um (objeto) cuja identidade individual não importa para o propósito da comunicação, perde a maior parte de sua morfologia flexional característica e então se incorpora à raiz verbal para formar um único vocábulo verbal composto. (...) O verbo (...) fica sintaticamente sem objeto." (O grifo é meu)

(GIVÓN, 1984, p.108)

Nesse excerto, o autor caracteriza a acepção do objeto incorporado como não-referencial. Todavia, em outro momento, estudando as noções de definitude e referencialidade, assevera:

"O único modo explícito de marcar argumentos como não-referenciais na tradição lógica é 'ligá-los' ao quantificador universal, fazendo-os assim referir a todos os nomes cobertos pelo termo. Mas na linguagem humana não-referencialidade pode envolver também indivíduos em vez do grupo inteiro. Além disso, não-referencialidade pode também envolver referência não a indivíduos ou ao grupo inteiro, mas antes ao uso atributivo de um argumento nominal. Como exemplos considerem-se:

- (3) a. Não-referencial genérico: *All teachers are bald.*
- b. Não-referencial individual: *I am looking for a teacher.*
- c. Não-referencial atributivo: *Joe is a teacher.*"

(GIVÓN, 1984, p.389)

Por esse comentário e pelos exemplos fornecidos, deduz-se que a denominação não-referencial cobre uma gama de SNs portando diferentes tipos de acepção.

Esse fato pode ser comprovado, ainda, no trecho que segue imediatamente a passagem acima:

"Na lógica dedutiva, um argumento tem ou não tem referência no Mundo Real. Mas a linguagem humana possui um número de expressões especiais nas quais a propriedade de referência parece ser graduada. Assim considerem-se:

- (4) a. If you see the man with a green hat there, tell him...
- b. If you see a man with a green hat there, tell him...
 - (i) Referencial: Eu tenho tal homem em minha mente, e se você o vir...

(ii) Não-referencial: Eu não tenho nenhum homem específico na minha mente, assim se você vir algum...

c. If you see someone with a green hat there, tell him / them...

d. If you see anybody with a green hat there, tell them...

Há uma nítida gradação de (4a) a (4d), de modo que (4a) é claramente referencial, (4b) pode ser ou não, (4c) é menos provável (de ser) mas ainda pode (ser), e (4d) é o menos provável de se referir a algum indivíduo específico." (Ibid. p.389-390)

Também aqui fica patenteado o uso caleidoscópico da expressão não-referencial. Logo, cabe a pergunta: em qual desses casos se encaixa a interpretação do nominal incorporado nas línguas indígenas?

Com referência a BAKER (1988; 1993), na seção 4.1. comentei rapidamente a descrição imprecisa do caráter semântico dos nominais em foco. Convém retomar o seguinte extrato:

"Há uma nítida diferença entre o valor referencial da raiz nominal nos compostos ingleses e aquele da raiz nominal nos verdadeiros casos de IN. Em compostos ingleses (...) a raiz nominal é não-referencial (...). A situação pode ser completamente diferente na verdadeira incorporação nominal. Um nome incorporado freqüentemente se refere a uma classe não-específica ou genérica, fornecendo uma leitura bem semelhante à dos compostos ingleses. Todavia ele também pode se referir a um objeto bem específico, que não é focalizado no discurso em línguas como Mohawk e Nahuatl." (Os grifos são meus)

(BAKER, 1988, p.78-79)

Como já tive ocasião de assinalar, também nessa passagem não se expõem com clareza os traços semânticos próprios do NI nas línguas polissintéticas. Embora se depreenda a intenção de BAKER de ilustrar a dupla possibilidade de interpretação do referido nominal (que tanto pode ser referencial como não-referencial, conforme terminologia por ele empregada em outro momento), assim como acontece em GIVÓN (1984), não se explicita o que se quer dizer com as expressões utilizadas.

A caracterização flutuante da interpretação dos nomes incorporados no texto de BAKER pode ser ilustrada ainda com este excerto:

"Verbos complexos em Mohawk e Nahuatl na verdade podem desempenhar o papel de duas palavras no sentido de que eles tanto predicam quanto referem, enquanto os compostos ingleses não podem (desempenhar o papel de duas palavras)." (O grifo é meu)

(BAKER, 1988, p.79)

O que, na verdade, significa referir no contexto acima, já que o próprio autor, na passagem anterior a essa, afirmara que mais freqüentemente o nominal incorporado tem uma acepção semelhante à dos compostos ingleses?

Do mesmo modo, em BAKER (1993) a noção de propriedade referencial não é clara. Ao estabelecer um cotejo entre compostos formados no léxico (que também ocorrem nas línguas polissintéticas) e aqueles constituídos na sintaxe (os verdadeiros casos de IN), BAKER salienta que os últimos não admitem ser retomados por vocábulos interrogativos semelhantes

a **who** e **what** em inglês. Podem ocorrer, porém, com itens como **which**. Em seguida, baseia-se nas distinções de PESETSKY (1987) entre **D-linked** e **non-D-linked wh - expressions** para afirmar com relação à categoria vazia deixada pelo NI:

"(...) a generalização que emerge é que categorias vazias com propriedades referenciais inerentes (i.e. aquelas relacionadas com um clítico ou N incorporado) só podem ser ligadas por sintagmas - wh que têm propriedades referenciais por si mesmos. Isto é asseverado informalmente em (30), onde eu (como Cinque) deixo vago o que são exatamente 'propriedades referenciais':

(30) Somente um SN + wh com propriedades referenciais pode ligar uma categoria vazia que não seja seu próprio traço."
(O grifo é meu)

(BAKER, 1993, p.14)

Na citação acima, o próprio BAKER assume estar deixando vago o que se entende por **propriedade referencial**.

Aliás, a imprecisão no uso de rótulos tais como **propriedade referencial**, **expressão referencial**, etc. é recorrente na literatura gerativa, provavelmente devido aos objetivos desse Programa de Pesquisa, que não se ocupa dos fatos de interpretação que envolvem outros módulos da mente, além da Forma Lógica (FL), estritamente gramatical. A título de ilustração desse comentário, observe-se, além dos trechos citados, também o seguinte extrato de OUHALLA (1994):

"Um argumento **geralmente** é definido como uma expressão referencial, isto é, uma expressão que corresponde a (ou escolhe) um indivíduo ou uma entidade num mundo dado (ou domínio do discurso). Assim, **the teacher, the book, e John** em (4a) abaixo são todas expressões referenciais no sentido definido, e portanto argumentos. Todavia, o elemento expletivo ('semanticamente vazio') **it** em (4b) e **there** em (4c) e (4d) não são expressões referenciais, e portanto não-argumentos:

- 4a. The teacher gave the book to John.
- 4b. It seems that Mary has solved the problem.
- 4c. There is a unicorn in the garden.
- 4d. There seems to be a unicorn in the garden.

Argumentos também podem ser proposições, isto é, orações (...). Proposições são argumentos no sentido de que elas se referem a um estado de coisas num mundo dado." (Os grifos são meus)

(OUHALLA, 1994, p.127)

Com este excerto comprova-se, mais uma vez, a falta de uniformidade e consistência na definição e no uso das expressões em tela. Assim, por exemplo, OUHALLA justifica incluir as proposições entre os argumentos porque aquelas se "referem a um estado de coisas num mundo dado", noção que além de muito vaga difere do conceito oferecido para expressão referencial no início do trecho, isto é, "(...) uma expressão que corresponde a (ou escolhe) um indivíduo ou uma entidade (...)".

Por outro lado, ao atribuir essa última definição a argumento, a análise de OUHALLA deixa de fora os argumentos abaixo destacados, por não se encaixarem no conceito dado, já que focalizam uma quantidade não especificada de indivíduos ou entidades:

(4.13) a) **Alguns meninos brincavam no jardim.**

b) **Vendi vários carros este ano.**

Por conseguinte, diante dos fatos expostos quanto à imprecisão da caracterização semântica do NI nos trabalhos referidos, devido ao modo cambiante como se empregam os vocábulos referencial/não-referencial nos textos que tratam das línguas polissintéticas, concluo que não há condições de estabelecer um paralelo mais exato dos traços peculiares à aceção dos dois nominais em apreço. Dessa sorte, no que concerne às propriedades semânticas dos dois tipos de construção, apenas o caráter classificatório do nome pode ser sustentado como característica comum a ambos, conforme comentado mais acima.

4.4. A análise gerativa do objeto incorporado em português

Em face dos pontos de contacto entre o comportamento gramatical do SN nu objeto em português e os traços do nome incorporado nas línguas polissintéticas, realçados na última seção, pode-se aventar a hipótese da adequação de uma análise nos moldes da de BAKER (1988; 1993) para os dados do português.

Nesta parte, tenho por objetivo examinar tal hipótese. Há, contudo, um primeiro fato a ser averiguado de imediato para atender a essa meta: a

questão do estatuto categorial do objeto incorporado em português, até aqui referido como SN nu. Na subseção seguinte abordo tal questão.

4.4.1. O estatuto categorial do objeto incorporado

O constituinte que até o momento vem sendo denominado SN (tanto na minha análise como na de BAKER e demais autores citados), na realidade é considerado um SD (DP, no inglês) — **Sintagma Determinante** — nas análises mais recentes que adotam a chamada **Hipótese do SD**, desenvolvida inicialmente por ABNEY (1985; 1986), FUKUI (1986) e FUKUI E SPEAS (1986). Faz-se, pois, necessário discutir se a categorização SN nu é realmente a mais adequada para os casos em foco nesta tese, tendo em vista a proposta do SD.

O suporte teórico para a discussão a ser efetivada será fornecido, principalmente, pelo texto de FUKUI (1986) — *A Theory of Category Projection and its Applications*. A seguir, procuro resumir os pontos em que sua análise apresenta uma contribuição diferente das versões *standard* da Teoria X-barras e que se mostram pertinentes para este estudo.

4.4.1.1. Síntese da proposta de FUKUI (1986)

Nesta parte, é minha intenção estender,¹⁰ além dos fatos examinados por FUKUI, a seguinte conclusão desse pesquisador:

"(...) nenhuma posição (não-nuclear) na estrutura sintática pode ser licenciada apenas por alguma condição de boa-formação como o esquema X-barras. Assim, para que alguma entidade sintática esteja presente na estrutura sintática, é necessário que a entidade seja licenciada por alguma relação sintática."

(FUKUI, 1988, p.76)

Para que se entenda adequadamente o contexto em que tal afirmação foi feita, vou retomar algumas idéias básicas do texto em questão, expostas principalmente no seu segundo capítulo.

O objetivo da tese de FUKUI é relativizar a noção de projeção máxima, propondo um novo sistema de projeção categorial onde categorias lexicais (N, V, etc.) e funcionais (COMP, FLEX, etc.) projetam de modos diferentes, ao contrário da visão tradicional, em que o número de barras para a projeção máxima é uniforme entre as categorias.

Baseando-se nas diferenças existentes entre esses dois tipos de categoria (que serão explicitadas mais abaixo), o autor defende a idéia de que somente as categorias funcionais podem projetar até o nível de duas barras (X" ou SX), tendo um único especificador e um único complemento. Já as categorias lexicais projetam até o nível de uma barra (X'), permitindo

¹⁰ Todas as vezes que, nesta seção e nas seguintes, eu empregar os vocábulos *estender* e *extensão* com referência à proposta de FUKUI, pretendo expressar meu objetivo de ir além dessa proposta, oferecendo minha própria contribuição à teoria.

recursividade livre nesse nível, limitada somente pelo Princípio de Projeção e outras condições independentes de licenciamento.

FUKUI inicia sua análise assumindo a tradição (que vem de CHOMSKY (1970, 1972)) de que os traços primitivos [+ N] e [+ V] permitem uma partição dos itens léxicos em quatro categorias, usualmente denominadas **categorias lexicais** (Cf. FUKUI, 1986, p.26):

- (4.14) [+ N, - V] nome
 [+ V, - N] verbo
 [+ N, + V] adjetivo
 [- N, - V] preposição

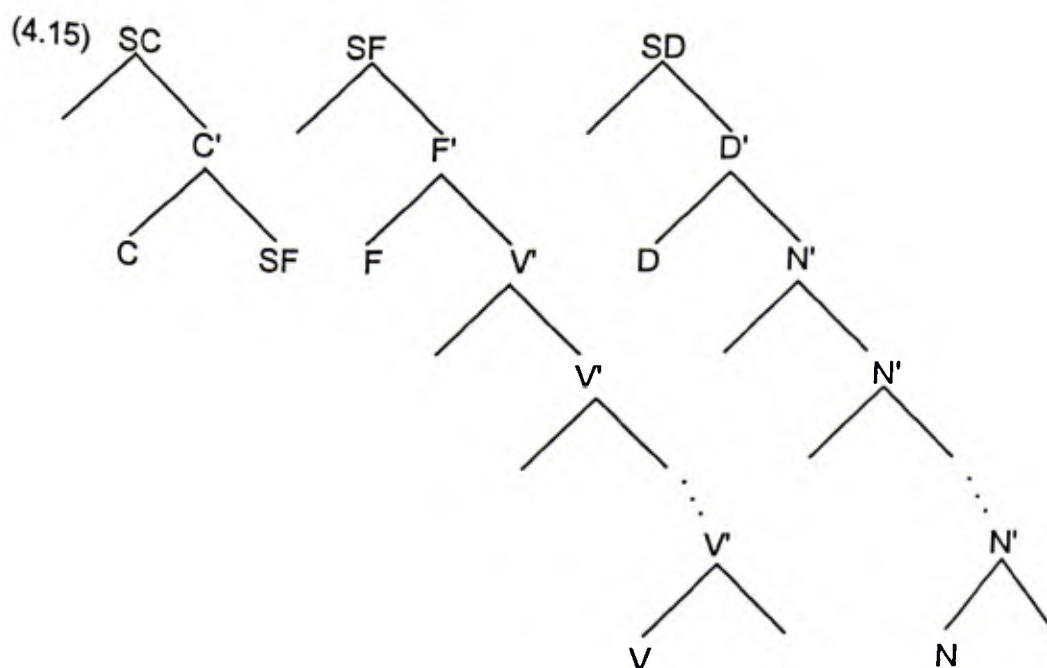
Essas são as categorias que podem ter argumentos. Só elas têm uma grade temática como parte de sua entrada lexical.

O autor prossegue sua exposição lembrando que, pelo menos em inglês, além dessas categorias, o léxico inclui itens como **COMP** e **FLEX**, que não têm aqueles traços (ressalvando que algumas análises os têm proposto para **FLEX**) nem portam uma grade temática.¹¹ Trata-se de **categorias funcionais**, pertencentes a classes fechadas, que também têm comportamento de núcleos sintáticos.

FUKUI propõe, ainda, a inclusão dos determinantes — **D** — no elenco das **categorias funcionais**. Seguindo ABNEY (1985), ele advoga que

¹¹ Pode-se dizer que estas considerações se aplicam também ao português.

os determinantes são núcleos de um constituinte denominado **Sintagma Determinante** — SD. O complemento desses itens (D) é uma projeção da categoria nome — N. Desse modo, segundo FUKUI, torna-se possível captar de um modo natural o paralelismo estrutural entre orações (SC e SF) e sintagmas nominais (SD). Eis as estruturas que propõe, respectivamente, para SC, SF e SD (Cf. FUKUI, 1986, p.50):¹²



Com base nessas estruturas, pretendo elucidar alguns aspectos importantes da análise de FUKUI. Em primeiro lugar, devo salientar que o autor reserva o nome de **especificador** para os constituintes SX que podem

¹² No original os rótulos aparecem em inglês: CP, IP e DP, respectivamente.

ocorrer como irmãos de C', F' e D'. Ele deseja captar, com as árvores propostas, as diferenças acima mencionadas entre as categorias funcionais e as lexicais. Aquelas, conforme destacado anteriormente, podem ter apenas um especificador (*sujeito*) enquanto as últimas admitem a iteração de especificadores, como ilustrado pelos dados (4.16) e (4.17) do inglês (Cf. FUKUI, 1986, p.31, n.5 e 6, respectivamente):

- (4.16) a) The very very old man.
 b) Mary's big red book.
 c) Susan never could have been eating cabbage.
- (4.17) a) *The the old man.
 b) *Yesterday's Chomsky's book.
 c) *It Mary ate a bagel.
 d) *The John's cat.
 e) *Every the book.
 f) *What who did buy.

FUKUI ressalva que os exemplos de (4.17) poderiam ser excluídos por outros módulos da gramática e não apenas pela teoria X-barras. Entretanto, segundo ele,

"(...) é desejável dar uma razão baseada em princípios, em termos da posição que um dado 'especificador' ocupa numa estrutura sintática, sobre por que certos 'especificadores' podem se repetir enquanto outros não podem. O esquema X-barras dado (...) permite qualquer número de 'especificadores' em qualquer tipo de projeção categorial e, portanto, em princípio não pode captar a diferença básica entre os dois tipos de 'especificadores', iterativos e não-iterativos."

(FUKUI, 1986, p.32)

O esquema X-barra a que se refere a citação acima é o seguinte:

(4.18) Esquema X-barra:

"(i) $X' = X X''^*$ (ordem irrelevante)

(ii) $X'' = X''^* X'$

onde X''^* representa zero ou mais ocorrências de alguma projeção máxima." (CHOMSKY, 1985, p.2 apud FUKUI, 1986, p.28)).

Portanto, propondo que categorias funcionais e lexicais projetem diferentemente, FUKUI procura dar conta das diferenças referidas. Para ele, todas as projeções de categorias lexicais vão somente até X' — a projeção máxima para tais categorias — uma vez que não há um limite inerente para a sua iteração (recursividade). Já as projeções de categorias funcionais podem ir até X'' , quando seu único especificador estiver presente. FUKUI assevera que o nível X'' (SX) é um nível categorial fechado, e só os especificadores de categorias funcionais (que não são recursivos) podem fechar suas projeções. Essa é uma característica de especificadores, segundo ele. Daí sugerir que se reserve o rótulo especificador apenas para tais elementos que fecham projeções, evitando, assim, confusões terminológicas.

Além disso, no que se refere, por exemplo, ao SD, a estrutura fornecida ainda representa sintaticamente as diferenças de comportamento formal entre o determinante e os demais modificadores pré-nominais: aquele, em termos lineares, deve preceder esses últimos. Ou, em termos hierárquicos,

deve estar fora do domínio-C desses, conforme atestam os dados do inglês, por ele apresentados (Cf. FUKUI, 1986, p.39, n.16):¹³

- (4.19) a) *tall, dark, handsome, the stranger.
 b) *tall, the, dark, handsome stranger.
 c) *dark, tall, the handsome stranger.
 d) *handsome, the, tall, dark stranger etc.

Um outro enfoque importante da análise de FUKUI é o chamado **Teorema da Projeção Funcional**, assim formulado:

(4.20) **Teorema da Projeção Funcional:**

"Um núcleo funcional projeta-se até o nível de X" se e somente se houver kaso a ser atribuído à sua posição de especificador. (Caso contrário, ele se projeta somente até X)" (Ibid. p.77, n.46)

Logo, de acordo com tal teorema, a posição de especificador não se deve a nenhuma condição de boa-formação de marcador frasal, como o esquema X-barra. Deve-se, antes, a um princípio relacionado com a atribuição de Kaso, denominado **Princípio de Saturação**, proposto por FUKUI em substituição ao critério - Ø, e que será exposto mais adiante.

Ainda, para que se compreenda adequadamente essa análise, deve-se esclarecer que, para o autor, Kaso inclui tanto o Caso atribuído por Categorias Lexicais (como o Caso Acusativo atribuído por V), como os Traços

¹³ Também para o português essas observações são verdadeiras.

Funcionais (*F - Features*) atribuídos por Categorias Funcionais (Cf. FUKUI, 1986, p.52, n.29):

(4.21) *Kaso* = Caso U traços-F

Para o inglês, os traços funcionais são, por exemplo, [+ WH] atribuído por um COMP-WH, Caso Nominativo atribuído por Tempo/Conc de FLEX e Caso Genitivo atribuído por 's. (Ibid.).

Desse modo, cada Categoria Funcional inclui tanto elementos que atribuem traços-F quanto elementos que não os atribuem, como se verifica no seguinte quadro apresentado, na tese, para o inglês:¹⁴

QUADRO V

CATEGORIAS FUNCIONAIS E ATRIBUIÇÃO DE KASO

	C	F	D
Atribuidor de <i>Kaso</i>	WH	Tempo/Conc	'S
Não atribuidor de <i>Kaso</i>	that	to	the

FONTE: FUKUI (1986, p.53, n.30)

A atribuição de *Kaso*, que licencia o elemento na posição de especificador, tanto pode provir de um núcleo Funcional como, no contexto de

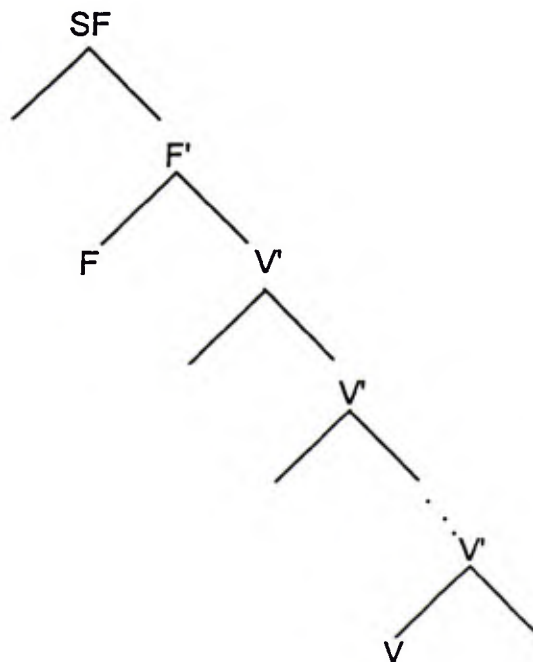
¹⁴ Os elementos WH, 'S, that, to e the não foram traduzidos para não prejudicar a referência ao inglês. Além disso, não há em português um genitivo equivalente a 'S do inglês.

MEC — Marcação Excepcional de Caso (ECM, em inglês) — de um elemento Lexical.

Ainda, de acordo com FUKUI, ao associar a posição de especificador de uma categoria Funcional com a presença de Caso, está-se dissociando totalmente a existência de especificadores do **Princípio de Projeção**. Para ele, isto significa que a parte estendida do **Princípio de Projeção Estendido** (CHOMSKY (1982)) realmente nada tem a ver com o **Princípio de Projeção**, se ela for interpretada como uma exigência de que SF tenha uma posição de especificador.

Dada a estrutura de SF, anteriormente mencionada:

(4.15)



a saturação da condição de predicação (predicados devem ter sujeitos) ocorre dentro da projeção de um núcleo Lexical, isto é, ambos os argumentos, interno e externo, a nível de estrutura-P, estão dentro da projeção de V.

A obrigatoriedade do preenchimento do especificador de SF, em línguas como o inglês, deve-se, então, segundo FUKUI, ao **Princípio da Saturação**.¹⁵

(4.22) Princípio de Saturação

"(a) Cada posição em uma grade (deve) ser atribuída.

(b) Se X atribui uma posição na grade de Y, então ele atribui apenas uma."

(FUKUI, 1986, p.57, n.34)

Grade, neste princípio, inclui não somente grade temática de uma entrada lexical como também as grades de Kaso (traços-F e Caso). Assim, o Princípio de Saturação inclui o Critério-Ø e vai além, com a exigência de que "(...) se um elemento tem um Kaso a atribuir, ele deve ser atribuído" (Ibid. p.56).

Como consequência desses fatos, conforme dito mais acima, na análise de FUKUI dissocia-se a existência de um argumento externo (provavelmente devida ao **Princípio de Predicação**) da existência da posição de especificador, devida à necessidade de se atribuir Kaso (traços-F e Caso, no contexto de MEC). O autor segue as análises-padrão, aceitando que, no inglês,

¹⁵ Também em português o sujeito se movimenta para receber Kaso.

o **Kaso** nominativo e o **genitivo** são atribuídos à esquerda, sob regência. Logo, o argumento externo (sujeito) de um verbo, por exemplo, deve mover-se para receber **Kaso**, já que esse não pode ser descarregado na sua posição de estrutura-P.

É digno de nota, ainda, que a direcionalidade da atribuição de traços-F e de **Caso** evidencia mais uma diferença entre **Categorias Funcionais** e **Lexicais**, segundo FUKUI (1986, p.60-61): as primeiras atribuem **Kaso** à esquerda e as últimas, à direita. A atribuição de traço-F de um núcleo Funcional ao seu especificador é basicamente um fenômeno de concordância, concordância de **ESPEC — núcleo**. Já a atribuição de **Caso** de um núcleo Lexical é baseada na relação núcleo-complemento, teta-relacionada.

Vê-se, pois, que agora há condições de se justificar a possibilidade de iteração dos *especificadores* de **Categorias Lexicais** como N(nome), no nível de N', enquanto se proíbe a iteração do especificador de **Categorias Funcionais** como D(determinante). Recordem-se os exemplos:

(4.16) b) Mary's big red book.

(4.17) b) *Yesterday's Chomsky's book.

Essa diversidade de comportamento fundamenta-se nas diferenças de relação que se estabelecem entre tais elementos. Entre um núcleo Funcional e seu especificador estabelece-se uma relação de concordância (concordância de **ESPEC-núcleo**), que se faz um-a-um (talvez universalmente).

Já entre um núcleo Lexical e seus *especificadores iterativos* há uma relação de modificação. Como lembra FUKUI (1986, p.82), tal relação não é limitada um-a-um, desde que cada uma das relações de modificação estabelecidas seja apropriadamente interpretada (licenciada na FL).

Situado o *background* da análise a que vou proceder, gostaria de voltar a salientar um aspecto da proposta de FUKUI que vai-me interessar diretamente e que é retomado no texto *Specifiers and Projection*, de FUKUI & SPEAS (1986). Trata-se da seguinte questão: o que permanece da Teoria X-barra no modelo acima esboçado? Segundo resposta fornecida por FUKUI & SPEAS (1986, p.164), permanece uma forma de lexicalidade, na medida em que se está trabalhando com uma teoria na qual estruturas-P são projetadas a partir de itens léxicos: todo nó não-terminal é uma projeção de uma categoria Lexical ou Funcional. Lexicalidade, para os autores, é simplesmente um outro modo de estabelecer o Princípio de Projeção, que é independentemente necessário para restringir as relações entre vários níveis da sintaxe. Não se liga diretamente a uma condição de boa-formação de marcadores frasais.

Logo, projeções máximas são definidas relativamente a estruturas existentes e não como condição de boa-formação. Assim deve-se distinguir projeção máxima de G, no sentido do mais alto *token* de G que ocorre numa dada estrutura, e projeção máxima no sentido de SX (X"). Diferentes princípios e regras da Gramática podem-se referir a diferentes tipos de maximalidade (Cf. FUKUI & SPEAS, 1986, p.155).

Resumindo com as próprias palavras dos autores:

"(...) o que permanece da Teoria X-barras em nosso sistema é alguma afirmação de que projeção do léxico na estrutura-P envolve a formação de estruturas de constituintes que são rotuladas pela percolação de traços dos itens léxicos. Nenhuma condição de boa-formação de marcadores frasais além dessa afirmação muito geral está incluída na Gramática." (FUKUI & SPEAS, 1986, p.165)

"Em segundo lugar, nós consideramos que a relação de núcleo/complemento e a relação de modificador/modificado se estabelece dentro de qualquer categoria. Uma vez que a atribuição de papel-teta deve ocorrer entre constituintes irmãos, e modificadores podem ser recursivos, a estrutura interna das categorias acaba se tornando muito semelhante." (Ibid. p.168)

Fechando esta subseção, não posso deixar de observar que, no texto *Specifiers and Projection*, FUKUI & SPEAS lançam uma semente no sentido de se eliminar a Teoria X-barras em favor do léxico,¹⁶ quando comentam a proposta de FLYNN (1983), elaborada sob o escopo da Gramática de Montague. Dizem os autores que, para FLYNN,

"(...) a construção de um constituinte a partir de um núcleo mais seu complemento pode ser vista como uma simples operação aritmética de cancelamento, de modo que o rótulo do nó dominante necessariamente 'percola' do item cuja representação lexical inclui outros termos além de seu próprio rótulo categorial." (Ibid. p.165)

¹⁶ A eliminação da Teoria X-barras como um primitivo da gramática, defendida pela atual vertente Minimalista (que a considera derivada de outros princípios), já se encontra embrionária no trabalho aqui referido, como se verifica abaixo.

FUKUI & SPEAS traduzem essa afirmação da seguinte maneira:

"(...) se a representação léxica de algum item léxico, por exemplo, um verbo, inclui a informação de que aquele verbo exige um complemento específico para ficar completo, ou saturado, em nossa terminologia, então, acrescentar aquele complemento produz um verbo (parcialmente) saturado. A natureza da representação léxica dita o rótulo do nó que domina um núcleo e seu complemento, sem estipulação." (Ibid. p.165)

Os referidos lingüistas concluem então:

"Se algum modo de construir constituintes sob esta orientação se revelar correto, então até mesmo o resíduo da Teoria X-barras que permanece no sistema que propusemos neste artigo pode ser dispensado." (Ibid. p.165-166)

Desse modo, eliminar-se-ia a sobreposição entre as restrições impostas ao nível da estrutura-P pelo Princípio de Projeção e aquelas impostas pela Teoria X-barras, reconhecida por inúmeros estudiosos.

Todavia, a eliminação ou não da Teoria X-barras como um primitivo da gramática não é o foco de interesse desta parte, mas, sim, a discussão do estatuto categorial do **objeto incorporado**. Portanto, na próxima subseção, vou sugerir uma extensão à análise de FUKUI, aqui comentada.¹⁷

¹⁷ Cf. nota 10.

4.4.1.2. A análise de FUKUI e os dados do português

Conforme assinalado anteriormente, gostaria de propor um maior destaque, no que se refere aos dados do português, à seguinte afirmação de FUKUI:

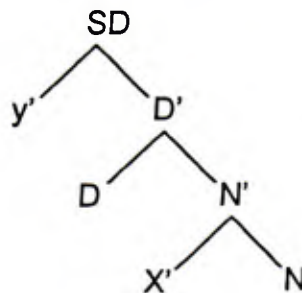
"(...) nenhuma posição (não-nuclear) na estrutura sintática pode ser licenciada apenas por alguma condição de boa-formação como o esquema X-barra. Assim, para que alguma entidade sintática esteja presente na estrutura sintática, é necessário que a entidade seja licenciada por alguma relação sintática." (O grifo é meu)

(FUKUI, 1986, p.76)

Todavia, antes de sugerir como tais idéias seriam interpretadas no contexto de nosso objeto de estudo, convém lembrar que LUCAS (1988), seguida por VITRAL (1992), assume a hipótese do SD, comentada na seção precedente, para o português.

Adotando um esquema semelhante ao de (4.23)

(4.23)



LUCAS (1988, p.131) procura explicitar três tipos de relações gramaticais internas ao SD, que podem ser assim formalizadas:¹⁸

(4.24) a) $y' \rightarrow D'$

b) $D \rightarrow N'$

c) $X' \rightarrow N$

A tais relações denomina, respectivamente:

(4.25) a) Especificação

b) Determinação

c) Modificação

Segundo LUCAS, itens como **todos** e **ambos** ocupariam, em português, a posição de Y' em (4.23). A relação de modificação poderia ser exemplificada por sintagmas como: **novas casas, outros meninos, diversos alunos, etc.**, em que os elementos **novas, outros e diversos** se alocariam na posição de X' . Já a relação de determinação, estabelecida entre um Determinante e a projeção máxima do núcleo lexical N, N' (= SN), seria ilustrada por grupos nominais tais como — **os meus filhos, este menino, etc.** Detenhamo-nos, um pouco mais, nessa última relação.

É digno de nota que a autora, assim como os demais defensores da Hipótese do SD, advoga que nas línguas (como o português) que admitem

¹⁸ Veja-se também VITRAL (1992, p.132).

categorias funcionais, "(...) somente as categorias funcionais podem se licenciar como argumento" (Cf. LUCAS, 1988, p.133). Daí a motivação para um N' (= SN) entrar numa relação de determinação com um núcleo D, constituindo o sintagma complexo SD (ou D', conforme o caso).

LUCAS procura explicitar também como estão representadas no léxico as propriedades de um D, "(...) que o definem como um termo da relação D/N', na constituição de um argumento" (Ibid. p.134). Para ela, além dos traços semânticos que diferenciam os vários *tokens* de D, tal categoria, no léxico, é caracterizada com "(...) as opções dos valores do traço flexional de número" (ibid. p.134). Isso significa que, na verdade, o traço que identifica D como uma categoria funcional é o de número. Reinterpretando as idéias de FUKUI, para quem Kaso inclui Caso e outras possíveis marcas sintáticas (conforme focalizado na seção anterior), LUCAS considera que o número é o Kaso que o D tem para descarregar, numa relação de concordância D/N', sob C-comando mútuo. Não havendo D, o nome não recebe marca de número, já que, no léxico, esse item porta apenas uma variável a ser preenchida pelo traço de número de D.

Quanto ao gênero, D possui uma variável em aberto para esse traço gramatical, a ser preenchida pelo valor de gênero associado ao N com que ele se relaciona. Vê-se, pois, que o gênero é um traço gramatical característico de

nomes, devendo, assim, vir associado a eles no léxico.¹⁹ Também aqui a relação de concordância é a responsável pela atribuição do gênero do nome ao D.

LUCAS assume, ainda, que um D apresenta, como propriedade inerente, uma **variável referencial** para receber o **índice referencial** ligado a todo N no léxico, como marca da sua propriedade temática de receber papéis-teta. Desse modo, segundo ela, quando se diz que **D seleciona** um N', deve-se interpretar que N' atribui o seu **índice referencial** ao D, identificando, com ele, a **variável referencial** ligada a essa categoria funcional no léxico. Essa transmissão do índice referencial ao domínio D' se dá pelo mecanismo de **herança de índices através de projeções**, aventado por WILLIAMS (1982).²⁰

Em síntese, as características principais da relação de determinação são assim formuladas por LUCAS (1988, p.139, n.4.32):

- (4.26) a) D seleciona funcionalmente SN.
 b) D e SN concordam: SN recebe traços flexionais de D e vice-versa.
 c) Esta seleção funcional e concordância se dão sob C-comando mútuo.

¹⁹ Também HOCKETT (1967, p.230) defende a idéia de que o gênero é um traço característico do nome.

²⁰ Cf. WILLIAMS (1982), comentado por LUCAS, 1988, p.122-123:
 "Uma frase está coindexada com todas as suas projeções.

Ex.: N_i
 N'_i
 N_i

Dessa forma (...) as propriedades lexicais inerentes dos núcleos são 'visíveis' em toda e qualquer projeção dos mesmos."

Tendo como referência teórica o quadro acima, para explicar dados como os de (4.27)

(4.27) a) "Ele vive de vender casa."

b) "Cenoura faz bem pra pele." (Grifos meus)

(LUCAS, 1988, p.133, n.4.26)

a pesquisadora propõe "(...) a existência de um D(eterminante) com traços gramaticais, mas sem matriz fonológica" (Ibid. p.133). Desse modo, tanto em (a) como em (b) de (4.27), para LUCAS os constituintes grifados pertencem à categoria SD.

A propósito de (4.27)(a), é oportuno enfatizar, ainda, a posição assumida pela autora na seguinte passagem:

"Note-se que, segundo a nossa hipótese, ao licenciar uma relação sintática do tipo 'objeto de', as relações temáticas licenciam, automaticamente, a relação de Determinação." (Ibid. p.135)

Esse extrato e as considerações relativas aos dados de (4.27) vão-me fornecer a ponte para retornar à citação de FUKUI apresentada no início desta seção. É com base nas idéias de FUKUI (em quem também LUCAS se apoiou teoricamente) e nos fatos expostos nos capítulos anteriores desta tese, que pretendo refutar a argumentação de LUCAS de que o objeto de (4.27)(a) pertence à categoria SD. Concordo com a autora em que, possivelmente, essa é uma categorização adequada para o sujeito de (4.27)(b), tendo em vista a

Hipótese do SD, mas ressalvo a necessidade de investigação de outros traços característicos do comportamento gramatical de D, para que se possa chegar a conclusões definitivas. Contudo, mesmo considerando tal hipótese, não cabe a categorização SD para o elemento grifado em (4.27)(a), um objeto incorporado, segundo minha análise.

A sustentação teórica para recusar tal categorização nos é fornecida pelo trecho de FUKUI, abaixo repetido:

"(...) nenhuma posição (não-nuclear) na estrutura sintática pode ser licenciada apenas por alguma condição de boa-formação como o esquema X-barra. Assim, para que alguma entidade sintática esteja presente na estrutura sintática, é necessário que a entidade seja licenciada por alguma relação sintática." (O grifo é meu)

(FUKUI, 1986, p.76)

Pelo que se observa nessa passagem, uma categoria sintática só pode estar presente na estrutura sintática, se for licenciada por alguma relação sintática. Ora, em (4.27)(a) e nos demais casos de objeto incorporado apresentados neste trabalho, não existe qualquer relação sintática (especificação, modificação ou determinação, segundo a terminologia de LUCAS) que justifique uma projeção desse nome incorporado até o nível de SD (ou D'). Portanto, a minha proposta, com base principalmente em FUKUI (1986) e nos fatos empíricos analisados nos capítulos anteriores, é a seguinte:

(4.28) O objeto incorporado, em português, não se projeta até o nível de SD ou (D').

Retomem-se, a título de demonstração, os traços semânticos característicos do objeto incorporado: [-I, -M, -Pr]. A leitura [-M], discutida em seções anteriores, prevê que nenhum constituinte pode ocorrer, dentro do grupo nominal em português, à esquerda do nome incorporado, mesmo que apresente apenas traços gramaticais e não seja fonologicamente representado. Quando determinantes ou quaisquer outros elementos da área esquerda do SN se fazem presentes no grupo nominal, *desincorpora-se* o objeto ou, dito de outra forma, obtém-se uma leitura [+M] do constituinte em questão. Comparem-se, mais uma vez, dados como os seguintes:

(4.29) Zé sempre lia jornal à noite.

(4.30) a) Zé sempre lia $\left\{ \begin{array}{l} \text{este} \\ \text{um} \\ \text{algum} \\ \text{seu} \end{array} \right\}$ jornal à noite.

b) Zé sempre lia $\left\{ \begin{array}{l} \text{diversos} \\ \text{todos os} \end{array} \right\}$ jornais à noite.

A leitura [-I, -M, -Pr] só se faz presente no objeto de (4.29). Em qualquer das alternativas de (4.30), o objeto apresenta a leitura [+M], isto é, focalizam-se, de algum modo, os membros integrantes da classe que o nome descreve. Ainda em outras palavras: destacam-se as entidades em questão.

Ora, conforme já mencionado, a interpretação de todo semântico que se depreende de V+N em construções como (4.29) e (4.27)(a) é

favorecida, principalmente, pelo traço [-M] do objeto incorporado. Tal traço implica que as propriedades definitórias da classe do nome é que estão em jogo, não as entidades que as portam. Por isso torna-se possível incorporar tais propriedades à acepção do verbo, produzindo o efeito, acima referido, de idéia unitária, de leitura de V+N como subtipo da ação em foco, várias vezes enfatizada ao longo deste estudo.

Com os fatos aqui retomados, na verdade, estou querendo estabelecer uma relação entre a leitura [+M] de objetos como os de (4.30) e seu estatuto categorial SD. Logo, tendo em vista a Hipótese do SD, minha análise é a seguinte:

(4.31) Para que entidades possam ser semanticamente focalizadas num grupo nominal, é necessário que esse tenha o estatuto categorial de SD (ou D'), nos moldes de FUKUI e LUCAS.

Por outro lado, levando-se em conta todas as características do comportamento gramatical do objeto incorporado (descritas nos capítulos precedentes), considerando-se, especialmente, sua acepção [-M], conclui-se que não há motivação empírica para se atribuir a categorização SD (ou D') a tal constituinte. Não há nenhum tipo de relação gramatical que justifique esse tipo de projeção para os dados em tela.

Nem mesmo o argumento teórico de que D é o responsável pela marca de número de N parece relevante neste contexto, já que, conforme

Visto, a incorporação em português é típica de nomes em sua forma básica, sem marca de plural.²¹ Isso significa que a forma singular do nome incorporado deve ser interpretada como a forma não-marcada para número. Convém lembrar que DUBOIS et al (1978, p.438), dentre outros, asseveram que o singular tanto pode exprimir a "singularidade" em oposição à "pluralidade" como pode "traduzir também a ausência de oposição (...). O singular é o caso não-marcado em número dos nomes, enquanto que o plural é o caso marcado".

Nesse sentido, a minha proposta, inicialmente apresentada em (4.28), pode ser assim reformulada:

(4.32) Categorialmente, o nome incorporado expande-se apenas até o limite da projeção máxima lexical - SN -, não se integrando na categoria funcional SD.

O trabalho de FUKUI, sintetizado na seção precedente, oferece-me o apoio teórico necessário para essa posição. Uma vez relativizado o conceito de Projeção Máxima, uma vez aberto o caminho que justifica a projeção em diferentes níveis de maximalidade, penso ser possível estender²² a proposta de FUKUI aos dados do objeto incorporado em português, da maneira acima

²¹ Observe-se que, conforme salientado no capítulo III, os plurais estilísticos que algumas vezes portam leitura incorporada, não servem de argumento contra essa posição. Conforme destacado naquele capítulo, nesses casos a forma flexionada não está em sintonia com a noção semântica de número.

²² Cf. nota 10.

sugerida. Volto, ainda, a reafirmar a inexistência de qualquer relação gramatical que justifique a projeção D' ou SD.

Faltando, assim, motivação teórica e empírica para se atribuir o estatuto categorial SD para o objeto incorporado, continua sendo adequada a terminologia SN nu para identificar a categoria gramatical desse constituinte. A falta de motivação teórica para SD foi justificada com base em FUKUI (1986) e LUCAS (1988). A falta da motivação empírica revelou-se no confronto da análise de dados como os de (4.27)(a), (4.29) e os de (4.30), dentre vários outros examinados ao longo desta tese. Conforme visto, a interpretação [-I, -M, -Pr] está presente em (4.27)(a) e (4.29), mas não em (4.30), em que os itens (este, um, algum, etc.) presentes na área esquerda do SN conduzem a uma leitura [+M] do objeto em pauta.

Uma vez demonstrada a adequação da categoria SN nu para o objeto incorporado em português, devo acrescentar que tal rotulação deve ser reinterpretada com base nas idéias de FUKUI: trata-se da projeção máxima lexical, que não atinge o nível da projeção funcional SD (ou D'). Conseqüentemente, a oposição entre SN nu e SN pleno, apresentada nos capítulos precedentes, deve ser vista, a partir dessas considerações, como uma oposição entre SN nu e SD (ou D'), respectivamente.

Antes de pôr fecho a esta seção, gostaria de sugerir que, para o português, o conceito de projeção fechada se aplicasse também aos casos

que FUKUI considera D' apenas, ou seja, que não alçam a D" por faltar um especificador. Com isso quero dizer que a categoria funcional D é que seria a responsável pelo fechamento da projeção lexical do N, quando esta se encontrasse numa relação de determinação (no sentido de LUCAS) com aquela.

Logo, uma outra maneira de se referir à leitura incorporada seria afirmar ser ela típica de um SN que, sintaticamente, não vem fechado por uma categoria funcional, ou seja, não integra um SD. Em síntese: o conceito formal — fechar a projeção de um nome — teria (dentre outras) a seguinte contraparte semântica: **fazer um recorte na classe considerada, destacar os membros da classe, interpretá-la extensionalmente.**

Em face desses fatos, friso que, ao discordar de LUCAS (1988) quanto à categorização do objeto incorporado (para mim um SN nu), ao mesmo tempo compartilho de sua posição quanto ao sujeito de (4.27)(b), abaixo repetido (com a ressalva, já mencionada, de que se faz necessário investigar mais as propriedades sintático-semânticas de D):

(4.27) b) "Cenoura faz bem pra pele."

Embora fuja aos objetivos desta tese deter-se no estudo de casos como (4.27)(b), a título de contraponto para a análise do objeto incorporado, convém lembrar que, para LUCAS, o constituinte grifado nesse exemplo é categorialmente um SD cujo D apresenta só traços gramaticais, mas não uma matriz

fonológica. Ora, semanticamente, esse sujeito porta os traços característicos da leitura atributiva, identificada em 2.2.2 como [-I, +M, + U]. Isso significa que o traço [+M], presente na interpretação desse constituinte, pode justificar uma relação de determinação (abstrata) nos moldes descritos por LUCAS.

Dito de outra forma, interpretando-se:

(4.33) a) o índice referencial associado a todo nome no léxico como sendo o conjunto das propriedades que descrevem a classe do nome em questão;

b) a transmissão desse índice referencial ao SD (descrita por LUCAS com base no mecanismo de herança de índices através de projeções — cf. WILLIAMS (1982)) como sendo o estabelecimento da relação de determinação, cujo efeito semântico é focalizar as entidades portadoras das propriedades descritas pelo nome,

pode-se compreender a motivação para uma projeção SD (ou D') para o sujeito de (4.27)(b), diferentemente do que ocorre em (4.27)(a) e (4.29).

Justificada a categorização SN nu para os objetos incorporados em português, a seguir procedo à análise desses dados à luz de BAKER (1988; 1993).

4.4.2. A análise de BAKER (1988; 1993) e os dados do português

No início desta parte, levantei a hipótese da adequação de uma análise na mesma esteira de BAKER (1988; 1993) para os SNs nus objetos em português. A busca da comprovação de tal hipótese é a meta desta seção.

Antes, porém, de desenvolver a análise, devo explicitar a motivação para uma proposta em termos de **Incorporação Sintática** para os referidos dados do português.

Em primeiro lugar, mencionem-se os pontos de contacto entre os casos aqui estudados e os de IN nas línguas indígenas, arrolados na seção 4.3 e abaixo sintetizados:

- (4.34) a) a forma dos constituintes em apreço - nomes na sua forma básica, destituídos das flexões previstas para sua classe nas línguas consideradas;
- b) a adjacência estrita ao verbo;
- c) a posição de objeto direto ocupada pelo nominal, satisfazendo as exigências de seleção-s do verbo;
- d) a interpretação de V+N como uma subclasse da ação expressa pelo verbo.

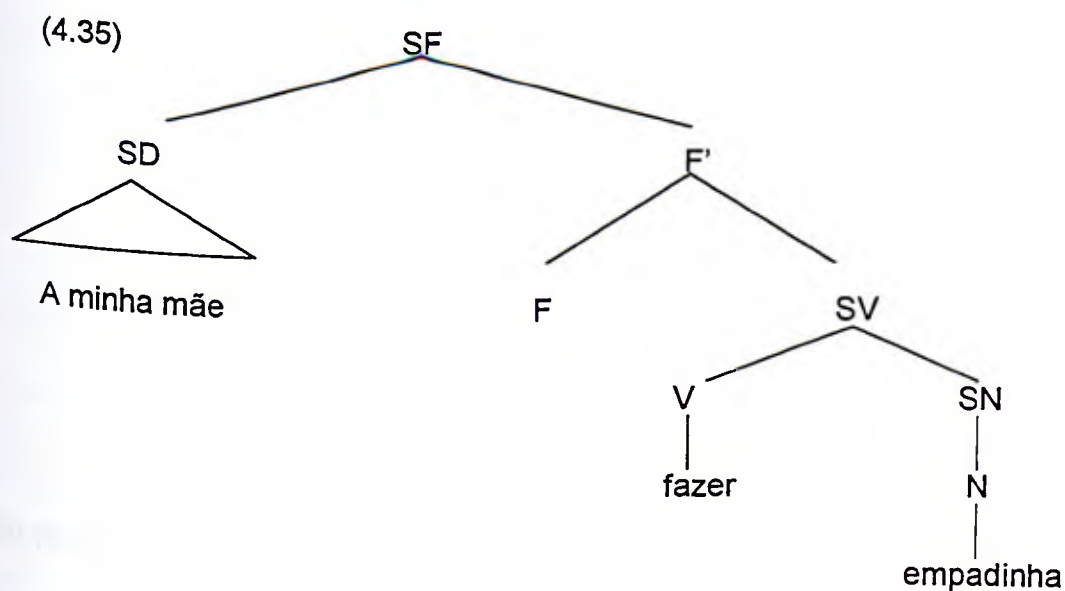
Em segundo lugar, quanto ao português, há, ainda, uma outra motivação, relacionada com o estatuto categorial do objeto em pauta, discutido na seção anterior. Como se viu, dentre outros fatos, a leitura [-I, -M, -Pr] desse objeto autoriza uma categorização como SN nu apenas (SN → N), mesmo tendo em vista a Hipótese do SD, propugnada na literatura lingüística a partir de ABNEY (1986) e FUKUI (1986).

Considerando-se, com LUCAS (1988, p.133) que "(...) somente as categorias funcionais podem se licenciar como argumento", nas línguas que admitem tais categorias, surge um problema relativo ao licenciamento do objeto incorporado em nossa língua: por um lado, não é adequada a categorização SD para esse constituinte; por outro, a categoria em que se encaixa não é selecionada como argumento do verbo. Isso implica que, no âmbito da vertente **Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa**, tal SN não recebe marcação de Caso e, conseqüentemente, não se torna visível para a marcação teta, violando, assim, o **Critério Teta** ou, nos termos de FUKUI, o **Princípio de Saturação**.

Adotando-se, contudo, a proposta de BAKER, em termos de **Incorporação Nominal** (descrita em 4.2), encontra-se uma solução para o impasse acima levantado. A seguir, desenvolvo essa idéia, acompanhando os vários passos da análise citada.

Um primeiro aspecto a ser ilustrado para os dados em questão é o formato da estrutura-P, nível de representação advogado por BAKER, conforme já visto. A esse respeito, cabe mencionar que, a partir de POLLOCK (1989) e CHOMSKY (1989), a categoria F (Flexão) do SF (IP, no inglês) vem sendo desdobrada nos seus elementos componentes — T (Tempo) e Conc (Concordância) — categorias funcionais que também se projetam até o nível X". Em VITRAL (1992), discute-se a aplicação dessas análises para o português, apresentando-se a configuração da proposição nessa língua.

Contudo, para os objetivos desta tese, não há necessidade de recorrer a tais propostas, sendo suficiente a hipótese do SF, defendida por FUKUI (1986), anteriormente referida. Eis, portanto, o esquema da estrutura-P de uma oração com SN nu objeto, como — A minha mãe fez empadinha:²³

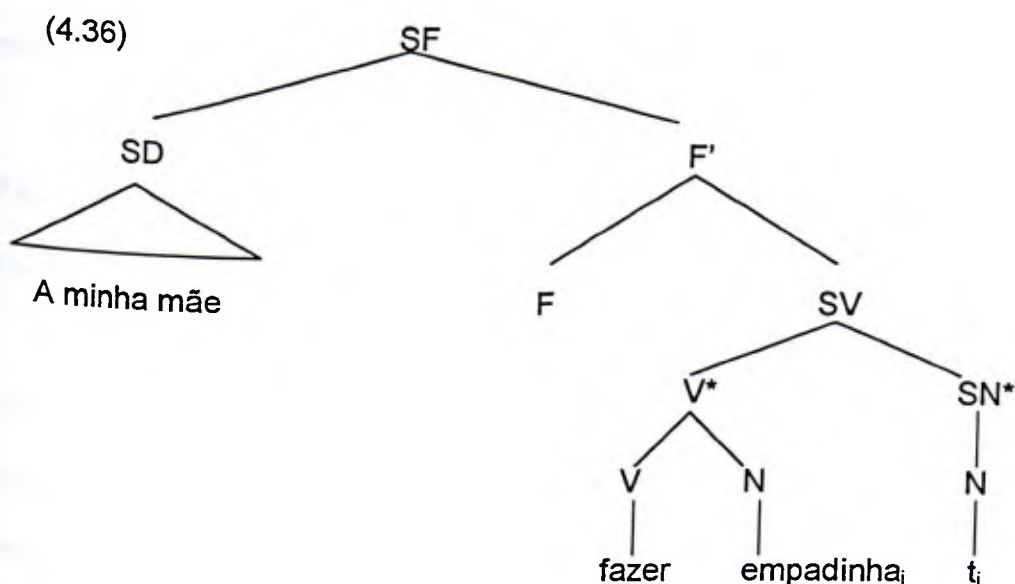


À estrutura (4.35), aplicar-se-á a regra sintática de Incorporação do nominal objeto ao verbo, regra essa que representa uma submodalidade de Mover-alfa, como já mencionado em 4.2. Incorporando-se "empadinha" a

²³ Aqui, detalhes são omitidos. Na realidade, o sujeito A minha mãe, segundo a proposta de FUKUI, deveria ocorrer na estrutura-P dentro do SV e de lá alçaria para o Espec de F' para receber Kaso.

Na árvore apresentada, contudo, estou focalizando apenas a colocação, em estrutura-P, dos fatos relevantes para este trabalho: a relação verbo/objeto. Por isso inseri o sujeito já na posição que se encontra após o deslocamento.

"fazer", obtém-se a seguinte estrutura-S (em que se detalham apenas os aspectos relevantes para a argumentação):



Em (4.36), à semelhança do que se viu em (4.7) para o Onondaga, o nominal objeto se adjunge ao verbo, deixando um traço (com ele coindexado) na sua posição de origem, para satisfazer o Princípio de Projeção.

Esse traço, como se sabe, está sujeito à RMN, decorrente do PCV, formulada por TRAVIS (1984) e abaixo repetida:

(4.9) Restrição de Movimento de Núcleo

"Um X^o só pode se mover para um Y^o que o rege propriamente."

Tal condição é satisfeita na estrutura acima. Observe-se que X^0 (o nome *empadinha*), aparece unido a Y^0 (o verbo *fazer*), que rege o SN^* do qual o N era núcleo na EP. Isso significa que o N rege seu traço (através da relação antecedente/traço): ele o C-comanda e não há, entre N_i e t_i , nenhuma barreira.

Dado o esquema de (4.36), de Incorporação Nominal, há então condições para o licenciamento do SN objeto, resolvendo-se o impasse apresentado quanto à atribuição de Caso. Vou elucidar esses fatos.

Conforme destacado acima, diferentemente do que se dá com SDs, o SN nu não pode receber Caso do Verbo. Essa previsão da Hipótese do SD parece ser confirmada em português. Recorde-se que, no capítulo II, foi apresentado o traço [-Pr] como característico desse constituinte. Com isso se quer dizer, por exemplo, que são estranhas as retomadas do SN nu objeto por pronome pessoal acusativo. Considere-se o seguinte dado, semelhante a outros já apresentados:

(4.37) *Ontem eu busquei menino_i às cinco horas, mas hoje vou buscá-lo_i mais cedo.

(4.37) é estranha devido ao fato de o clítico acusativo — (l)o — referir-se ao SN nu menino. Assim, essa sentença, em que o pronome pessoal (item que no português manifesta formas diferentes para Nominativo e Acusativo) é

recusado, para retomar o objeto em pauta, fornece evidência a favor dos fatos previstos pela Hipótese do SD. Compare-se, ainda, (4.37) com (4.38):

(4.38) Ontem eu busquei este menino_i às cinco horas, mas hoje vou buscá-lo_i mais cedo.

Na estrutura (4.38), o objeto da primeira oração é um SD. Ao contrário de (4.37), admite que o clítico destacado o retome, comprovando-se, sob outro ângulo, a referida hipótese.

Entretanto, segundo BAKER (1988), quando o núcleo do SN assinalado em (4.36) se incorpora ao verbo, cria-se uma cadeia coindexada que dispensa a atribuição de Caso para efeitos da **Condição de Visibilidade**. Lembro, mais uma vez, que o chamado **Filtro de Caso** (exigência de que SNs devem receber Caso) é decorrente da **Condição de Visibilidade** (CHOMSKY, 1986a), segundo a qual a posição de núcleo de uma cadeia-A deve ser marcada por Caso para que a cadeia seja visível para a atribuição de papel-teta na FL. Em última análise, a razão por que argumentos devem ser casualmente marcados é que o Caso ajuda a identificar como tais constituintes devem ser interpretados na sentença. Nas palavras de BAKER (1988, p.114), a **Condição de Visibilidade** decorre da "(...) necessidade de se poder deduzir relações semânticas de formas superficiais".

Ora, como o próprio BAKER enfatiza (Cf. seção 4.2), um princípio como a **Condição de Visibilidade** (cf. (4.11)) não distingue entre a coindexação

de cadeia gerada por Mover-alfa e a coindexação de Caso sancionada pelas propriedades léxicas do elemento atribuidor de Caso, que se dá na estrutura-S. Portanto, a primeira é tão eficaz quanto a segunda para atender à Condição de Visibilidade. Daí a conclusão de que o SN cujo núcleo se submete à regra de IN prescinde de marca de Caso para receber um papel-teta (exigido pelo Critério Teta). Segundo BAKER (1988, p.118), com a coindexação de cadeia gerada pela IN, torna-se possível "(...) inferir com segurança a relação semântica de um nome incorporado apenas pelo fato de que ele está incorporado".

Justificada a IN em português, como a solução para o problema levantado para a Teoria de Caso, há, ainda, evidência a favor da adoção dessa proposta com base nos fatos semânticos anteriormente descritos. Na FL, componente da Gramática responsável pela atribuição de papel-teta, a Incorporação Sintática é interpretada como Incorporação Semântica, produzindo-se, assim, o efeito de V+N como uma idéia unitária, tantas vezes mencionado nesta tese. Com isso quero afirmar que a Incorporação, além de licenciar o SN nu objeto, ainda é o *input* para a leitura de V+N como um subtipo de ação, ou seja, a função classificadora do nome em relação à ação expressa pelo verbo.

Convém esclarecer também que, uma vez licenciado (devidamente interpretado) o SN nu objeto, na FL, ele se acha *livre* para se manifestar morfofonologicamente como um constituinte independente do verbo, em português.

Volto a insistir que, nessa língua, ao contrário do que ocorre nas línguas polissintéticas, não há Incorporação Morfológica. O português não dispõe de regras morfo-fonológicas, semelhantes às daquelas línguas, que interpretam (traduzem) estruturas como (4.36) em termos também superficiais (no sentido de CHOMSKY (1965)). A Incorporação em português pára no nível da FL.

A título de ilustração do fato de que o conjunto V+N, em português, não constitui um vocábulo morfológicamente composto, retomem-se exemplos como (4.39)(a) e (b), semelhantes aos apresentados no primeiro capítulo:

(4.39) a) ? Amanhã vou fazer ... ééé ... empadinha.

b) ? Nas festas do sítio, meu filho sempre toca... ééé... violão.

Conforme já tive oportunidade de esclarecer, embora a hesitação registrada em (4.39)(a) e (b) não seja totalmente aceitável, é possível. Já com relação a expressões lexicalizadas como dar banana, dar bola, etc, tal hesitação gera estruturas completamente estranhas. Logo, a possibilidade de interrupção como a das construções (4.39)(a) e (b) é uma evidência de que, nesses casos, verbo e nome incorporado não constituem um único vocábulo do ponto de vista morfológico.

Ao encerrar esta seção, cabe uma consideração final. Retomando-se a configuração da estrutura-S (4.36), não se pode deixar de acrescentar que aí só foram registrados os fatos concernentes ao movimento de N. Todavia, conforme defendido por VITRAL (1992), dentre outros, há a considerar ainda

o alçamento do verbo para F, deslocamento esse também sujeito à RMN. Na verdade, então, é ao traço coindexado do verbo que o nome se incorpora, em última instância.

Em resumo: nesta parte, procurei empreender uma análise do SN nu objeto na mesma trilha de BAKER (1988; 1993). Verifiquei que a proposta em termos de Incorporação Sintática é adequada para licenciar o referido constituinte, resolvendo o impasse causado com relação à Teoria de Caso e o estatuto categorial desse elemento.

Na seção seguinte, pondo fecho a este capítulo, apresento algumas observações a respeito da tese de LOIS (1989), cuja terceira parte é dedicada à Incorporação em espanhol, na mesma linha do autor aqui focalizado.

4.5. A análise de LOIS (1989) para o espanhol

Nesta parte pretendo discutir a análise de LOIS (1989), que também dá um tratamento em termos de Incorporação, nos moldes de BAKER, para os grupos nominais do espanhol que se manifestam superficialmente sem Determinante. A esses constituintes a autora denomina SNsD (SN sem Determinante). Vou preservar sua terminologia, ao me referir ao espanhol, uma vez que os dados dessa língua, examinados por LOIS, são diferentes dos casos de SN nu do português.

Embora a autora aborde a distribuição ampla dos SNsD, para os objetivos desta seção, basta-nos focalizar, por um lado, a possibilidade de ocorrência desses constituintes como objeto direto de verbos transitivos, conforme atestado em (4.40) (Cf. LOIS, 1989, p.144ss.):²⁴

(4.40) a) Compré libros ayer.

b) Maria quiere leche.

Por outro lado, tais elementos são excluídos na posição de sujeito pré-verbal:

(4.41) a) *Amigos me dieron la noticia.

b) *Gotas caen por el tejado.

Um primeiro fato a ser observado, já de início, é que os dados de SNsD estudados por LOIS diferem dos SNs nus por mim examinados, já que, sob aquela caracterização, a lingüista inclui grupos nominais constituídos tanto de nomes não-contáveis no singular como de contáveis no plural. Segundo essa pesquisadora, nomes contáveis no singular não podem ocorrer na configuração de SNsD no espanhol, a não ser com um grupo restrito de verbos, que ela não chega a definir, mas apenas a exemplificar em nota. Verifique-se (Cf. LOIS, 1989, p.224-225, nota 5):

²⁴ Os exemplos de (4.40) e (4.41) são numerados, respectivamente, (1) e (4) no original.

(4.42) a) Compré coche.

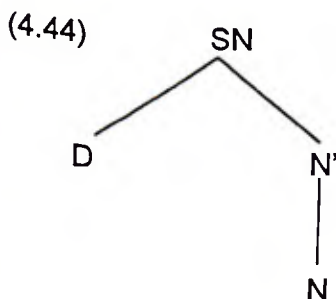
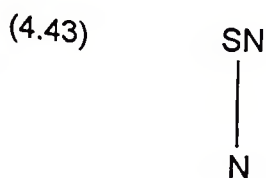
b) ??Vi coche.

c) Encontré casa.

d) ??Vendi casa.

Na categorização de SN nu, para o português, só se incluem os casos em que o N, contável ou não, se manifesta na sua forma básica, destituído de marcas de plural, conforme assinalado anteriormente.

Um outro aspecto da análise de LOIS merece atenção no momento, para contraste com a posição adotada nesta tese. Antes de propor uma abordagem na mesma trilha de BAKER (1988), para exemplos como os de (4.40), também a referida autora discute qual seria a melhor categorização para esses dados. Apresenta ela duas alternativas (Cf. LOIS, 1989, p.150, n.8 e 9, respectivamente):



Na primeira, à semelhança dos casos de objeto incorporado em português, há a ausência de um nóculo D. Na segunda, de acordo com LOIS, há um nó D, porém vazio. Tal D, ainda citando a mesma lingüista, poderia ser licenciado no interior do próprio grupo nominal, nos moldes da proposta de EMONDS (1987).

LOIS, no entanto, não se detém muito na análise dessas hipóteses e opta, aleatoriamente, pela primeira alternativa, justificando não haver evidência empírica ou teórica que motive a escolha entre (4.43) e (4.44). Comprove-se esse último aspecto: "Só nos resta disso que é bem difícil escolher teoricamente (ou empiricamente) entre as duas possibilidades e nós deixaremos a questão aberta". (LOIS, 1989, p.152)

Talvez a lingüista mencionada não tenha encontrado motivação empírica que guiasse sua escolha entre as opções por não ter explorado mais o comportamento gramatical dos SNsD em espanhol. Assim, por exemplo, no que concerne ao aspecto semântico desses elementos, ela apenas assinala marginalmente (em uma nota) que tais constituintes tanto podem ter uma acepção indefinida como partitiva, mas nunca genérica. Em nenhum momento, porém, explicita o que entende por essas noções. (Ibid.p.222,nota 1)

No que tange ao português, conforme visto anteriormente, a categorização SN nu, para o objeto incorporado, justifica-se tanto empírica quanto teoricamente.

Deve-se ressaltar ainda, na análise de LOIS, o fato de que todo o raciocínio subseqüente desenvolvido para apoiar um tratamento em termos de

Incorporação, para os SNsD em sua língua, está numa dependência direta da opção feita pela categorização de (4.43). Assim, após formular a hipótese abaixo para o espanhol:

(4.45) "Os SNsD em espanhol devem ser incorporados a um elemento X°".

(LOIS, 1989, p.152, n.11)

LOIS atribui de início, como razões para a Incorporação nessa língua, os seguintes argumentos:

(4.46) a) "Abney (1986) inclui o Det [na classe dos] elementos que ele denomina 'funcionais' (como Comp, Flex). Para ele existe uma relação — a 'seleção funcional' — que permite que certos nós se tornem legítimos ('licenciados'). Se se confirmar que a estrutura adequada é aquela cujo nó Det está ausente, pode-se propor que os SNsD devem se incorporar a P (que se pode considerar como um elemento 'funcional') ou a V que, por sua vez, está associado a um elemento funcional (Flex) para satisfazer a seleção funcional."

b) "Uma outra razão possível para a Incorporação seria dizer que ela é a única maneira de satisfazer o filtro de Caso. (...) Nesse sentido poder-se-ia pensar que os SNsD em espanhol não podem receber Caso, talvez devido à ausência de Det, núcleo estrutural segundo Abney (1986); daí a Incorporação obrigatória.

(Ibid. p.152-153)

De acordo com (4.46)(a), o elemento X° ao qual os SNsD devem se incorporar tanto pode ser uma Preposição como um Verbo. Aqui interessa-nos apenas a segunda alternativa, referente aos SNsD complementos de verbo transitivo. De

qualquer modo, conforme asseverado, os argumentos (4.46)(a) e (b), fornecidos por LOIS, dependem crucialmente de que a categorização adequada para os casos em estudo seja a de (4.43), $SN \rightarrow N$, já que, com uma categorização como a de (4.44), em que o elemento D está presente, tais argumentos caem por terra. Ora, de acordo com as próprias palavras da pesquisadora, citadas mais acima, não foram encontradas por ela evidências teóricas e empíricas que justificassem a análise de (4.43) para os casos do espanhol, focalizados em sua tese. Conseqüentemente, há uma circularidade em todo o seu raciocínio, qual seja: por um lado, opta pela categorização $SN \rightarrow N$, sem encontrar motivação para tal escolha; por outro lado, passa a justificar a análise em termos de Incorporação com base na escolha feita aleatoriamente.

Esses fatos levam-nos, pois, a duvidar de que realmente se justifique um tratamento de Incorporação Sintática para os dados de SNsD no espanhol, pelo menos no que concerne aos SNsD objetos de verbos transitivos, aqui destacados.

Da leitura do terceiro capítulo da tese de LOIS pode-se concluir que, na verdade, a razão não explicitada que conduz a autora a assumir a categorização de (4.43) e, decorrente dela, uma análise em termos de Incorporação para os referidos dados do espanhol, prende-se à observação de BAKER de que, nas diversas línguas por ele examinadas, o sujeito nunca se

incorpora. Sendo adequada uma análise nos moldes da de BAKER (1988) para o espanhol, LOIS conseguiria explicar o fato de não haver SNsD na posição de sujeito pré-verbal em sua língua, conforme exemplificado em (4.41), abaixo repetido:

(4.41) a) *Amigos me dieron la noticia.

b) *Gotas caen por el tejado.

Como o SNsD precisaria se incorporar para ser licenciado e a posição de sujeito pré-verbal não fornece a configuração adequada para atender à Incorporação, LOIS explicaria a distribuição do SNsD em espanhol. O problema para toda a sua análise surge, porém, a partir do momento em que não consegue justificar adequadamente a opção feita por (4.43).

Desse modo, pode-se encerrar esta seção comentando que, com base na análise de LOIS, ao contrário do que ela afirma, parece não haver evidência a favor da Incorporação do objeto, em espanhol. Nesse sentido, portanto, o português manifesta um comportamento diferente, já que se verificou, nas seções precedentes, a adequação da análise na mesma trilha da de BAKER para os casos de SN nu objeto nessa língua.

4.6. Sumário

Este capítulo teve por meta apresentar uma análise sintática à semelhança da de BAKER (1988; 1993) para os casos de SN nu objeto no português, cuja caracterização semântica foi identificada no capítulo II através dos traços [-I, -M, -Pr].

Com esse intuito, na primeira seção procedeu-se a um levantamento das propriedades que tipificam a Incorporação Nominal nas línguas polissintéticas. Foram discutidas oito características dessa construção, posteriormente resumidas no quadro IV.

A próxima etapa consistiu em explicitar a análise gerativa proposta por BAKER para os referidos dados das línguas indígenas. Seguindo CHOMSKY (1981, 1982, 1986a e b), dentre outros, BAKER considera o fenômeno da Incorporação Nominal como uma submodalidade da regra sintática de Mover-alfa, a qual, nos casos em foco, incide sobre um elemento de nível X^0 , nos termos da Teoria X-barras. Foram examinados os princípios da vertente Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa que dizem respeito mais diretamente aos fatos em discussão.

Na seção 4.3, objetivou-se estabelecer um cotejo entre as propriedades do nome incorporado nas línguas polissintéticas e as do SN nu objeto em português. Foram salientados aspectos sintáticos e semânticos divergentes e comuns entre as línguas em questão. Esses últimos serviram de

ponto de apoio para uma proposta de análise na linha gerativa para os casos do português.

Dessa sorte, em 4.4, efetuou-se tal análise sob o ângulo da versão **Princípios e Parâmetros**, tendo por base teórica principalmente as idéias de BAKER (1988; 1993), FUKUI (1986) e FUKUI & SPEAS (1986), dentre outros. Concluiu-se haver motivação teórica e empírica para se atribuir o estatuto categorial de SN nu aos objetos em apreço nesta tese. Além disso, verificou-se ser adequada a análise em termos de Incorporação Sintática para esses constituintes. Ressalvou-se, ainda, que tal fenômeno, em português, não se manifesta em FF, mas pára no nível da FL.

A última tarefa desempenhada neste capítulo consistiu num comentário da análise de LOIS (1989), a título de contraste com a proposta aqui apresentada para o português. Tal lingüista também procurou explicar a distribuição de SNsD em espanhol com base em BAKER (1988). Contudo, conforme discutido na seção 4.5, faltou à sua análise fundamento teórico e empírico que justificasse as opções feitas. Disso resultou, portanto, uma circularidade de raciocínio, que nos levou à conclusão de que, ao contrário do que ocorre em português, parece não haver evidência para a Incorporação do SNsD no espanhol, pelo menos no que concerne aos fatos apresentados por LOIS.

CONCLUSÕES GERAIS

Nesta tese, a cada capítulo, fui apresentando as conclusões parciais mais relevantes. Por isso, aqui, ateno-me a uma retrospectiva do que foi efetuado: resumirei algumas das principais contribuições descritivas e teóricas decorrentes do meu trabalho.

Quanto ao aspecto descritivo, no primeiro capítulo, após delimitar o comportamento sintático e semântico do SN nu objeto como o tema da pesquisa, procedi ao levantamento de alguns parâmetros que pudessem diferenciá-lo de expressões idiomáticas como *dar banana*, *dar bola*, etc. Em primeiro lugar, destaquei a interpretação *metafórica*, *idiossincrática*, das últimas em comparação com o significado previsível (dadas as regras semânticas do português), *composicional*, do SN nu objeto.

Corroborando a distinção entre os dois constituintes, mencionei, ainda, o fato de que as construções lexicalizadas não aceitam com facilidade um contraste entre SNs objetos nus x plenos, diferentemente do que acontece com o constituinte alvo deste estudo.

A seguir, a discriminação entre os dois elementos em consideração foi favorecida pelo critério de JAMES (1972): expressões idiomáticas não podem ser separadas pela intercalação de interjeições que indicam hesitação, escolha, etc., ao passo que, com os SNs nus objetos, as interrupções

causadas por tais interjeições não chegam a provocar uma total rejeição das estruturas.

Pondo término ao primeiro capítulo, mencionei outros fatos de natureza formal que confirmaram ser adequada a separação entre os dois tipos de SNs complementos, a saber: a topicalização ou a clivagem do nome das expressões idiomáticas geram construções totalmente mal formadas. Com referência às sentenças com SN nu objeto, ou seja, construções sintáticas produtivas, não há uma rigidez semelhante à das expressões cristalizadas: embora as orações em que o SN nu objeto venha topicalizado ou clivado pareçam, até certo ponto, degradadas em relação àquelas em que ele se posiciona logo após o verbo, essa degradação não representa uma completa inaceitabilidade das sentenças.

A meta do segundo capítulo foi a descrição do comportamento gramatical do SN nu objeto em português. Inicialmente, dando prosseguimento ao último aspecto formal investigado no primeiro capítulo, estabeleci uma comparação entre a clivagem e a topicalização de objetos representados por SNs nus X SNs plenos. Detectei uma significativa diversidade entre o comportamento sintático desses constituintes: a aceitabilidade das orações com SNs plenos topicalizados ou clivados é bem superior à dos casos com SN nu.

Na busca de mais evidências a favor da diversidade de comportamento gramatical entre o SN nu e o SN pleno objetos, investiguei a

distribuição desses complementos em estruturas nas quais havia a intercalação de constituintes de natureza diversa entre eles e o verbo. Esse procedimento confirmou minha hipótese de que a única posição natural para o SN nu objeto em português é a imediatamente após o item verbal. As estruturas em que perde a posição adjacente a tal item, devido à interposição de outros elementos, mostram-se completamente agramaticais, diferentemente do que se verifica com as sentenças portando SN pleno.

Apresentada a distribuição do SN nu objeto em português, a próxima etapa consistiu na descrição do comportamento semântico do referido constituinte. Para a efetivação dessa tarefa, contudo, senti necessidade de, em primeiro lugar, descrever as interpretações típicas de alguns SNs (nus e plenos) na posição de sujeito, interpretações essas que serviram de ponto de partida para a análise do complemento verbal em foco na tese.

Com base nas propriedades arroladas no seguinte quadro:

QUADRO I

ALGUNS TRAÇOS COMPONENTES DA INTERPRETAÇÃO DE SNs

a) Identificabilidade	[± I]
b) Foco nos membros integrantes da classe	[± M]
c) Quantificação universal	[± U]

pude distinguir, pelo menos, três diferentes tipos de acepção de SNs, apresentadas, novamente, no quadro II:

QUADRO II

ALGUMAS INTERPRETAÇÕES DE SNs

- | | |
|------------------|--|
| a) Identificável | - caracterizada pela matriz: [+ I, + M, - U] |
| b) Atributiva | - caracterizada pela matriz: [- I, + M, + U] |
| c) Partitiva | - caracterizada pela matriz: [- I, + M, - U] |

Verifiquei, ainda, a distribuição dos SNs do quadro II, enquanto sujeitos de orações com alguns tipos diferentes de predicação. Concluí que SNs com interpretação identificável e partitiva parecem não apresentar restrições de ocorrência. Todavia, SNs com acepção atributiva parecem ter uma distribuição mais limitada: só podem ser sujeitos de predicados genéricos ou que exprimem eventos, de alguma forma, não-reais (no sentido de PERINI (1977)). Eventos codificados como reais não aceitam sujeitos representados por SNs com leitura atributiva.

Pondo fecho à análise dos SNs com as acepções identificável, atributiva e partitiva, examinei a relevância (ou não), para a caracterização dessas interpretações, de outras duas propriedades semânticas: pressuposição de existência do referente do SN, $[\pm E]$, e possibilidade de retomada por pronomes pessoais de mesmo gênero e número do SN

(tanto na posição de sujeito como na de objeto), [+ Pr]. Tais propriedades se revelaram supérfluas para a identificação das acepções mencionadas.

O próximo passo do segundo capítulo, em que penso ter apresentado a principal contribuição de ordem descritiva, foi a investigação da leitura característica do SN nu objeto em português. Partindo das propriedades listadas no quadro I, acima repetido, a princípio verifiquei que o comportamento semântico do complemento verbal em apreço nesta tese seria melhor descrito pelas propriedades [-I, -M].

Com o traço [-M], típico do SN nu objeto, procurei demonstrar que, nesse caso, o nome é interpretado à luz do conjunto dos atributos que definem a sua própria classe. Aí não são focalizadas as entidades portadoras de tais atributos, diferentemente do que ocorre com os SNs com acepção identificável, atributiva ou partitiva. Em outros termos: nas estruturas com o constituinte em tela, o sentido do nome associa-se de tal modo ao sentido do verbo, que ambos, V + SN, são interpretados como um todo semântico. O foco de atenção, nessas sentenças, é o evento em si. O SN objeto tem, aí, uma função classificatória com referência à ação ou processo expressos pelo verbo, isto é, ele parece *qualificar* tal ação ou processo. Por exemplo: *buscar menino* é interpretado como um tipo de ação diferente de *tocar flauta*, *beber café*, *espanar*, *viajar*, etc. Assim, reservei o rótulo *objeto incorporado* para identificar a leitura característica do SN nu complemento do verbo.

Em seguida, examinei se os traços $[\pm E]$ e $[\pm Pr]$ eram pertinentes para a descrição da leitura incorporada do objeto em questão. O primeiro, à semelhança do que já havia sido observado para as acepções partitiva e atributiva, não contribuiu para uma melhor caracterização dessa leitura. Já o traço $[- Pr]$ revelou-se adequado para captar uma faceta da interpretação do SN nu objeto. Desse modo, foi acrescentado à sua matriz semântica, que passou a ser descrita como: $[- I, - M, - Pr]$.

Um outro aspecto focalizado no segundo capítulo foi a possível correlação entre a propriedade $[- Pr]$ dos objetos incorporados e a hipótese de que tais elementos não introduziriam participantes do discurso (no sentido de GIVÓN (1984; 1990)). As evidências apontaram nessa direção, embora não se tivesse procedido a uma investigação no discurso. Essa pode ser uma perspectiva a ser enfatizada em pesquisa futura.

Encerrando o capítulo II, apresentei o seguinte quadro das acepções descritas:

QUADRO III

ACEPÇÕES DOS SNs CONSIDERADOS

a) Identificável	$[+ I, + M, - U]$
b) Atributiva	$[- I, + M, + U]$
c) Partitiva	$[- I, + M, - U]$
d) Incorporada	$[- I, - M, - Pr]$

O capítulo III, cuja principal preocupação foi de natureza empírica, dividiu-se em duas seções com objetivos específicos. Na primeira, levantei a hipótese de que a leitura incorporada, típica do SN nu objeto, seria incompatível com SNs portando quaisquer elementos à esquerda de seu núcleo. Uma série variada de dados investigados confirmou tal hipótese: a presença, nos SNs, de qualquer um dos itens de sua área esquerda traz como consequência a focalização dos membros integrantes da classe descrita pelo nome, isto é, a interpretação [+M], independentemente das diferenças semânticas típicas de cada item. Logo, tais elementos impedem a leitura incorporada do SN, como é de esperar quando ocorrem SNs plenos.

Além disso, uma outra hipótese foi ainda aventada: a leitura [-I, -M, -Pr] não seria exclusiva do complemento verbal objeto de estudo desta tese, mas poderia ocorrer também em estruturas em que o SN complemento apresentasse alguns elementos à direita de seu núcleo, como em menino levado, cerveja gelada, etc. Deixei, no entanto, o exame desses fatos para uma investigação posterior.

Continuando a centrar a atenção no comportamento gramatical do SN nu objeto, tema deste trabalho, na segunda parte do capítulo III tive por meta examinar a possibilidade de coocorrência do objeto incorporado com verbos transitivos pertencentes a diferentes campos semânticos. Parti da hipótese de que a incorporação semântica do SN nu objeto ao verbo é um

processo sistemático em português, isto é, independente de condicionamentos léxicos, tanto da parte do verbo como da parte do nome.

Para averiguar a adequação dessa hipótese, vali-me de uma lista variada de verbos transitivos do português, agrupados por WHITAKER FRANCHI (1989) em diferentes grupos semânticos, conforme os papéis temáticos por eles selecionados. Com exceção dos objetos dos chamados verbos associativos, cuja interpretação semântica fugiu ao padrão previsto, todos os demais exemplos examinados confirmaram a hipótese levantada. Logo, assumi ser a incorporação do SN nu objeto ao verbo um fenômeno regular, estrutural, em português. Conseqüentemente, os verbos associativos deveriam ser marcados no léxico com referência ao seu comportamento atípico.

Como mais uma evidência a favor da hipótese acima, mencionei a análise de BARROS (1992; 1993), citada por PERINI (1995). Com base nas possibilidades de exigência, recusa ou aceitação livre de determinadas funções sintáticas, identificadas por um conjunto de traços formais, BARROS discriminou onze diferentes matrizes de transitividade verbal, acompanhadas da porcentagem de verbos que seguem cada uma. Neste trabalho, fiz referência aos verbos que selecionam objeto direto, opcional ou obrigatoriamente, e podem ser representados pelos itens comer, encontrar, lembrar e acostumar, cujas matrizes são responsáveis, respectivamente, por 57,6%, 22,3%, 5,2% e 2,1% dos verbos do português.

O fato de ter sido possível a ocorrência de objeto incorporado com todos esses itens (cujas matrizes de transitividade são seguidas por 87,2% dos verbos de nossa língua) corroborou a hipótese da regularidade da incorporação semântica do SN nu objeto em português.

Confirmada a sistematicidade desse fenômeno, a etapa seguinte, realizada no capítulo IV, consistiu na explicação do mesmo à luz do quadro teórico da vertente **Princípios e Parâmetros** da Gramática Gerativa, tal como apresentada por BAKER (1988; 1993) para os casos de Incorporação Nominal nas línguas polissintéticas.

Assim, na seção 4.1, procedi a um levantamento das propriedades características da IN em tais línguas, sintetizadas no quadro IV, reapresentado a seguir:

QUADRO IV
CARACTERÍSTICAS DO NI NAS LÍNGUAS POLISSINTÉTICAS

- a) Vocábulo composto de um radical nominal nu + raiz verbal + afixos flexionais verbais.
- b) O item composto equivale ao verbo principal da sentença.
- c) O radical nominal corresponde ao objeto direto. Recebe um papel temático da raiz verbal, satisfazendo as restrições seletivas do verbo.
- d) Só objetos temáticos se incorporam. Sujeitos não o fazem.
- e) Do ponto de vista semântico, o objeto tanto pode ser referencial como não-referencial.
- f) O nome incorporado, em alguns casos, pode ser retomado no discurso subsequente.
- g) O radical nominal pode ser modificado por elementos que se encontram fora do vocábulo complexo.
- h) O nome subclassifica a ação ou processo expressos pelo verbo, passando o conjunto a designar um tipo diferente de evento.

A seguir, em 4.2, explicitarei a análise gerativa defendida por BAKER (1988; 1993) para os casos de IN nas línguas indígenas por ele estudadas. Com base em CHOMSKY (1981; 1982; 1986a e b), além de outros, BAKER analisa o fenômeno da IN, nessas línguas, como uma submodalidade da regra sintática de Mover-alfa, a qual, nos casos em questão, incide sobre um elemento de nível X⁰, nos termos da Teoria X-barra. Nessa seção, foram

examinados os princípios da teoria diretamente relacionados com os fatos em foco.

Na seção 4.3, comparei as propriedades do NI nas línguas polissintéticas com as do SN nu objeto em português, destacando as características divergentes e comuns, sob o prisma tanto semântico como sintático. As características compartilhadas foram assim resumidas:

- a) **a forma dos constituintes em apreço** - nomes em sua forma básica, destituídos das flexões previstas para sua classe nas línguas consideradas;
- b) **a adjacência estrita ao verbo;**
- c) **a posição de objeto direto, ocupada pelo nominal, satisfazendo as exigências de seleção-s do verbo;**
- d) **a interpretação de V + N como uma subclasse da ação ou processo expressos pelo verbo.**

Esses pontos de contacto entre o SN nu objeto em português e o NI nas línguas polissintéticas serviram como uma primeira motivação para a proposta de análise em termos de **Incorporação Sintática**, na linha de **BAKER (1988; 1993)**, também para os dados do português.

A outra motivação para tal análise, apresentada em 4.4, apoiou-se nas questões relativas ao estatuto categorial do objeto incorporado em nossa língua.

Quanto à investigação desse aspecto, parti, principalmente, da proposta de FUKUI (1986), relativa à Hipótese do SD (Sintagma Determinante), procurando levá-la às últimas conseqüências. Uma das principais contribuições de natureza teórica de meu trabalho foi, então, a defesa da categorização SN, projeção máxima lexical, para o objeto incorporado em português, mesmo dentro de um quadro teórico que leva em conta a categoria funcional SD. Procurei demonstrar, dentre outros fatos, a inexistência de qualquer relação gramatical que justificasse a projeção D' ou SD para o referido constituinte.

Desse modo, justificada a categorização SN nu para o objeto incorporado, surgiu um problema relativo ao seu licenciamento: a categoria em que se encaixa não é selecionada como argumento do verbo, no âmbito da versão **Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa**. Isso implica que tal constituinte não recebe marcação de Caso e, conseqüentemente, não se torna visível para a marcação teta, violando, assim, o Critério Teta (ou o Princípio de Saturação, nos moldes de FUKUI (1986)).

Esse impasse, de ordem teórica, motivou a busca da análise em termos de Incorporação Sintática para os dados do português, à semelhança do que BAKER (1988; 1993) propusera para as línguas polissintéticas. Com a Incorporação do núcleo do SN objeto ao verbo, cria-se uma cadeia coindexada que, para os efeitos da Condição de Visibilidade, se mostra tão eficaz quanto a

marcação de Caso. Logo, o SN objeto pode receber um papel teta, satisfazendo as exigências do Critério Teta.

Nessa parte, também procurei deixar claro que a **Incorporação Sintática** é interpretada como **Incorporação Semântica** na FL, componente da Gramática responsável pela atribuição de papel-teta. Ou seja: a **Incorporação Sintática**, além de licenciar o SN nu objeto, também é o *input* para a leitura do **V + N** como um **todo semântico**, a função classificatória do nome em relação à ação ou processo expressos pelo verbo, defendida nos capítulos precedentes.

Apresentei, finalmente, a ressalva de que, diferentemente do que ocorre nas línguas polissintéticas, a **Incorporação** em português pára no nível da FL, não se manifestando morfo-fonologicamente.

O último passo empreendido no capítulo IV consistiu em um comentário da análise dos SNsD em espanhol, apresentada em LOIS (1989), a título de contraste com a proposta desta tese para os SNs nus objetos em português. Também LOIS (1989) tentou explicar a distribuição dos SNsD, em espanhol, com base em BAKER (1988). Contudo, conforme procurei demonstrar na seção 4.5, faltou à sua análise fundamento teórico e empírico que justificasse as opções feitas. A conseqüência disso foi uma circularidade de raciocínio, que sugeriu não haver evidência para a **Incorporação** dos SNsD em espanhol, ao contrário do que ocorre em português, pelo menos no que diz respeito aos fatos apresentados por LOIS.

APÊNDICE

TEXTOS ORIGINAIS DAS CITAÇÕES

Seção 2.2.3.2

"While human discours may have (...) more abstract themes, we would consider it as being prototypically about the fate, affairs, doings, trials and tribulations of individual (...) topics."

GIVÓN (1984, p.137)

Seção 4.1

"(...) one semantically independent word comes to be 'inside' another."

BAKER (1988, p.1)

"(...) one morphologically complex word in Onondaga can do the work of two words (...)"

(Ibid, p.77)

"There is a clear difference between the referential value of the noun root in the English compounds and that of the noun root in true cases of NI. In English compounds such as (6) (...) the noun root is nonreferential: no basket or set of baskets is referred to in (6c); neither is a specific man or set of men referred to in (6d). The situation can be quite different with true noun incorporation. An incorporated noun often refers to a generic or unspecific class, giving a reading rather similar to that of the English compound. However, it can also refer to a very specific object which is not focused in the discourse in languages like Mohawk and Nahuatl."

(Ibid. p.78-79)

"(...) a N-V combination is lexical if the activity it refers to is 'name-worthy' i.e. if it refers to something that seems worth having a lexical item for. MITHUN (1984) considers this to be an important factor in noun incorporation. (...) Nevertheless (...) 'meat-eat', 'dish-wash', and 'wood-cut' are certainly important parts of the everyday life of my consultants, hence the actions that they refer to are 'name-worthy', at least in an intuitive sense. Nevertheless, the combinations are treated as syntactic."

BAKER (1993, p.20)

"(...) picking is a very different activity depending on whether one is going to pick wood, fruit, or fish; where one goes, what tools one takes, and one's muscle actions are all quite different in each case."

(Ibid)

"On the other hand, buying is more or less the same whether wood, a dress, or meat is involved: in each case you go to a relevant store and hand money or credit card to the cashier. Similarly, the activity of washing is relatively independent of the properties of its object."

(Ibid)

"Certainly, I do not buy a house in the same way that I buy candy, and I do not wash my baby in the same way that I wash my car (...)."

(Ibid)

"(...) the verbal stem combines with an object so closely that the whole idea is considered as an action in itself (...). The complete unity of the object with the action of the verb is seen in the fact that the object is infixes."

TOZZER (1977, p.66)

Seção 4.2.1

The Uniformity of Theta Assignment Hypothesis (UTAH)

"Identical thematic relationships between items are represented by identical structural relationships between those items at the level of D-structure."

BAKER (1988, p.46)

Seção 4.2.2

Head Movement Constraint (HMC)

"An X^0 may only move into the Y^0 which properly governs it."

(Ibid. p.53)

"(...) an X^0 governs its former position if and only if it appears united with a Y^0 which governs the XP that X headed at D-structure."

(Ibid, p.54)

"A governs B iff A c-commands B and there is no category C such that C is a barrier between A and B."

(Ibid. p.39)

"(...) we can view government as the relation of being 'directly theta-connected' to some y (...). There are two ways in which one can fail to be directly theta connected to Y : one can be not theta-connected at all (the adjunct-type barrier); or one can be more directly theta-connected to something else, Z (the Minimality Condition - type barrier)."

(Ibid. p.67-68)

"A C-Commands B iff A does not dominate B and for every maximal projection C, if C dominates A then C dominates B."

BAKER (1988, p.36)

Seção 4.2.4

"(...) a noun phrase whose head noun is incorporated does not need to receive Case (...)"

(Ibid. p.105)

The Visibility Condition

"B receives a theta role only if it is Case-indexed."

(Ibid. p.117)

"(...) it is a formal grammaticalization related to the a priori necessity of being able to deduce semantic relationships from surface forms."

(Ibid. p.114)

The Principle of PF Interpretation

"Every Case indexing relationship at S-structure must be interpreted by the rules of PF."

(Ibid. p.116)

"This extension preserves the functions of the Visibility Condition as well as the formalisms, since in the core case only thematic objects incorporate into the verb (...); one can therefore reliably infer the semantic relationship of an incorporated noun purely by virtue of the fact that it is incorporated."

(Ibid. p.118)

Seção 4.3

"(...) a process in some ways akin to the antipassive is that of **object incorporation** into the verb. Most typically, a non-referential object, i.e. one whose individual identity does not matter for the purpose of the communication, is trimmed of most of its characteristic inflectional morphology and then incorporated into the verb stem to yield a combined single verbal word. (...) The verb (...) is syntactically objectless."

GIVÓN (1984, p.108)

"The only explicit way to mark arguments as non-referential in the logical tradition is to 'bind' them with the universal quantifier, thus making them refer to **all** nouns covered by the term. But in human language non-referentiality may also involve **individuals** rather than the the entire group. Further, non-referentiality may also involve reference to neither individuals nor the entire group, but rather the **attributive** use of a nominal argument. As examples consider:

- (3) a. Generic non-referential: *All teachers are bald.*
 b. Individual non-referential: *I am looking for a teacher.*
 c. Attribute non-referential: *Joe is a teacher.*"

GIVÓN (1984, p.389)

"In deductive logic, an argument either has or doesn't have reference in the Real World. But human language has a number of peculiar expressions in which the property of reference seems to be **graded**. Thus consider:

- (4) a. If you see **the man** with a green hat there, tell him...
 b. If you see **a man** with a green hat there, tell him...
 (i) **Referential**: I have such a man in mind, and if you see **him**...
 (ii) **Non-referential**: I don't have any particular man in my mind, so if you see **one**...

c. If you see someone with a green hat there, tell him/them...

d. If you see anybody with a green hat there, tell them...

There is a clear gradation from (4a) through (4d), so that (4a) is clearly referential, (4b) may or may not be, (4c) is less likely but still could, and (4d) is least likely to refer to any specific individual."

GIVÓN (1984, p.389-390)

"Complex verbs in Mohawk and Nahuatl can truly do the work of two words in that they both predicate and refer, whereas English compounds cannot."

BAKER (1988, p.79)

"(...) the generalization that emerges is that empty categories with inherent referential properties (i.e. those related to a clitic or incorporated N) can only be bound by wh-phrases that themselves have referential properties. This is stated informally in (30), where I (like Cinque) leave vague exactly what 'referential properties' are:

(30) Only a + wh NP with referential properties can bind an empty category other than its own trace."

BAKER (1993, p.14)

"An argument is usually defined as a referring expression, i.e., an expression which corresponds to (or picks out) an individual or an entity in a given world (or discourse domain). Thus, the teacher, the book, and John in (4a) below are all referring expressions in the sense defined, and therefore arguments. However, the expletive ('semantically empty') elements it in (4b) and there in (4c) and (4d) are not referring expressions, and therefore non-arguments:

- 4a. The teacher gave the book to John.
- 4b. It seems that Mary has solved the problem.
- 4c. There is a unicorn in the garden.
- 4d. There seems to be a unicorn in the garden.

Arguments can also be propositions, i.e. clauses (...). Propositions are arguments in the sense that they refer to a state of affairs in a given world."

OUHALLA (1994, p.127)

Seção 4.4.1.1

"(...) no (non-head) position in syntactic structure can be licensed by some well-formedness condition like x-bar schema alone. Thus, for some syntactic entity to be present in syntactic structure, it is necessary that the entity be licensed by some syntactic relation."

FUKUI (1986, p.76)

"(...) it is desirable to give a principled reason, in terms of the position which a given 'specifier' occupies in a syntactic structure, why certain 'specifiers' may iterate while others may not. The x-bar schema given (...) allows any number of 'specifiers' in any type of category projection and hence cannot in principle capture the basic difference between the two types of 'specifiers', iterable ones and non-iterable ones."

(Ibid., p.32)

Functional Projection Theorem

"A Functional head projects to the x" level if and only if there is Kase to be discharged to its specifier position. (Otherwise, it projects only to x')."

(Ibid., p.77, n.46)

Saturation Principle

- "(a) Every grid position is discharged.
- (b) If X discharges a grid position in y, then it discharges only one."

(Ibid. p.57, n.34)

"(...) if an element has a Kase to discharge, it must be discharged."

FUKUI (1986, p.56)

"(...) what remains of x-bar theory in our system is some statement that projection from the lexicon into D-structure involves the formation of constituent structures which are labelled by feature percolation from lexical items. No well-formedness conditions on phrase markers beyond this very general statement are included in the Grammar."

FUKUI & SPEAS (1986, p.165)

"Secondly, we take the head-complement relation and the modifier-modifiee relation to hold within any category. Since theta-role assignment must take place under sisterhood, and modifiers may iterate, the internal structure of the categories turns out to be quite similar."

(Ibid. p.168)

"(...) the building of a constituent from a head plus its complement can be viewed as a simple arithmetic cancellation operation, so that the label on the dominating node necessarily 'percolates' from the item whose lexical representation includes terms other than its own category label."

(Ibid. p.165)

"(...) if the lexical representation of some lexical item, for example, a verb, includes the information that that verb requires a particular complement in order to be complete, or saturated, in our terminology, then adding that complement yields a (partially) saturated verb. The nature of the lexical representation dictates the label on the node dominating a head and its complement, without stipulation."

(Ibid.)

"If some way of building constituents along these lines turns out to be correct, then even the residue of x-bar theory which remains in the system we have proposed in this paper may be dispensed with."

FUKUI & SPEAS (1986, p.165-166)

Seção 4.5

"Il n'en reste pas moins qu'il est bien difficile de choisir théoriquement (ou empiriquement) entre les deux possibilités et nous laisserons la question ouverte."

LOIS (1989, p.152)

"Les NPsD en espagnol doivent être incorporés à un élément X°."

(Ibid. n.11)

"Abney (1986) inclut le Dét dans les éléments qu'il appelle 'fonctionnels' (comme Comp, Infl). Il existe pour lui une relation — la 'selection fonctionnelle' — qui permet de rendre légitimes ('license') certains noeuds. Si la structure adéquate s'avère être celle où le noeud Dét est absent on pourrait proposer que les NPsD doivent s'incorporer à P (qu'on peut considérer comme un élément 'fonctionnel') ou à V qui, lui, est associé à un élément fonctionnel (Infl) pour satisfaire la sélection fonctionnelle."

(Ibid. p.152-153)

"Une autre raison possible pour l'Incorporation consisterait à dire que c'est la seule manière de satisfaire le Filtre casuel. (...) Dans ce sens on pourrait penser que les NPsD en espagnol ne peuvent recevoir le Cas, peut-être à cause de l'absence de Dét, tête structurale selon Abney (1986); d'où l'Incorporation obligatoire."

(Ibid.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, S. Functor theory and licensing: towards an elimination of the base component. Cambridge: MIT, 1985 (ms.) apud BAKER, Mark C. *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- _____. Functional elements and licensing. Comunicação apresentada em GLOW, 1986 apud LOIS, Ximena. *Aspects de la syntaxe de l'espagnol et théorie de la grammaire*. Paris: Université de Paris - VIII, 1989. (Tese: Doctorat Nouveau Régime)
- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo; criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990. 93p. (Série Princípios, 191)
- AOUN, J., SPORTICHE, D. On the formal theory of government. *Linguistic Review*, 2, p.211-236, 1983 apud BAKER, Mark C. *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- BAKER, Mark C. *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988. 543p.
- _____. Lexical and nonlexical noun incorporation. Montreal: McGill University, 1993. 27p. (Mimeogr.)
- BARROS, EvÂngela Batista de. *Transitividade verbal em português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1992. 173p. (Dissertação: Mestrado em Lingüística).
- _____. Revisão das transitividades, incluindo o complemento do predicado. 1993 (Manuscrito) apud PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995. 380p.
- BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. *Da expressão da causatividade no português do Brasil; uma viagem no túnel do tempo*. São Paulo: PUC, 1995. 339p. (Tese: Doutorado - LAEL).
- BURZIO, L. Intransitive verbs and Italian auxiliaries. Cambridge: MIT, 1981 (Tese: Ph.D.) apud BAKER, Mark C. *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

- CANÇADO, Márcia. *Verbos psicológicos; a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. Campinas: IEL - Universidade Estadual de Campinas, 1995. 230p. (Tese: Doutorado em Ciências).
- CHOMSKY, Noam. (1965). *Aspectos da teoria da sintaxe*. Trad. José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1975. 372p.
- _____. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R., ROSENBAUM, P. (Ed.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, Massachusetts: Ginn and Co., 1970. p.184-221.
- _____. *Studies on semantics in Generative Grammar*. The Hague: Mouton, 1972 apud FUKUI, Naoki. *A theory of category projection and its applications*. MIT, 1986. (Tese: Ph.D.)
- _____. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981. 371p.
- _____. Some concepts and consequences of the theory of Government and Binding. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1982 apud FUKUI, Naoki. *A theory of category projection and its applications*. MIT, 1986. (Tese: Ph.D.)
- _____. *Knowledge of language; its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986. 307p.
- _____. *Barriers*. Cambridge: The MIT Press, 1986. 102p.
- _____. Some notes on economy of derivation and representation. In: LAKA, I e MAHADAN, A. (Ed.). *Functional heads and clause structure*. Cambridge, Massachusetts: MIT, 1989. p.43-74. (MIT Working papers in linguistics, 10).
- DI SCIULLO, Anna-Maria, WILLIAMS, Edwin. *On the definition of word*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987. 118p.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978. 653p.
- EMONDS, Joseph E. The invisible category principle. *Linguistic Inquiry*, v.18, n.4, p.613-632, Fall, 1987.
- FLYNN, Michael. A categorial theory of structure building. In: GAZDAR, KLEIN, PULLUM (Ed.) *Order, concord and constituency*. Dordrecht: Foris, 1983 apud FUKUI, Naoki, SPEAS, Margaret. Specifiers and projection. In: FUKUI, N., RAPOPORT, T.R., SAGEY, E. (Ed.). *Papers in theoretical linguistics*. Cambridge: MIT, p.128-172, 1986. (MIT working papers in linguistics, 8)
- FRANCHI, Carlos, CANÇADO, Márcia. *Papéis temáticos e hierarquia do português brasileiro*. 1996. 55p. (Mimeogr.).
- FUKUI, Naoki. *A theory of category projection and its applications*. MIT, 1986. 380p. (Tese: Ph.D.)

FUKUI, Naoki, SPEAS, Margaret. Specifiers and projection. In: FUKUI, N., RAPOPORT, T.R., SAGEY, E. (Ed.). *Papers in theoretical linguistics*. Cambridge: MIT, p.128-172, 1986. (MIT working papers in linguistics, 8)

GIVÓN, Talmy. *Syntax; a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1984. Vol. I, 464p.

_____. *Syntax; a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1990. Vol. II, 572p.

HOCKETT, Charles F. *A course in modern linguistics*. New York: The MacMillan Co., 1967. 621p.

JACKENDOFF, R. *Semantics and cognition*. Cambridge: MIT Press, 1983 apud WHITAKER FRANCHI, Regina Celi Moraes. *As construções ergativas; um estudo semântico e sintático*. Campinas: IEL - Universidade Estadual de Campinas, 1989. 193p. (Dissertação: Mestrado em Lingüística)

JAMES, Deborah. Some aspects of the syntax and semantics of interjections. In: PERANTEAU, P.H., LEVI, J.N., PHARES, G.C. (Ed.). *Papers from the eighth regional meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1972, p.162-172.

LEMLE, Miriam. *Análise sintática; teoria e ensino*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1982. 330p. (Tese: Doutorado em Letras - Lingüística)

LOBATO, Lúcia M. P. *Sintaxe gerativa do português; da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986. 558p.

LOIS, Ximena. *Aspects de la syntaxe de l'espagnol et théorie de la grammaire*. Paris: Université de Paris - VIII, 1989. (Tese: Doctorat Nouveau Régime)

LUCAS, Rosana. *Perspectivas para uma nova abordagem da estrutura interna do SN em português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1988. 177p. (Dissertação: Mestrado em Lingüística)

MARANTZ, Alec. The minimalist program. In: WEBELHUTH, Gert (Ed.). *Government and binding theory and the minimalist program; principles and parameters in syntactic theory*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1995. 483p.

MITHUN, Marianne. The evolution of noun incorporation. *Language*, 60, p.847-893, 1984. apud BAKER, Mark. C. *Lexical and nonlexical noun incorporation*. Montreal: McGill University, 1993. 27p. (Mimeogr.)

OUHALLA, Jamal. *Functional categories and parametric variation*. London: Routledge, 1991. 240p.

_____. *Introducing transformational grammar; from rules to principles and parameters*. London: Routledge, 1994. 332p.

- PERINI, Mário A. *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis: Vozes, 1977. 184p.
- _____. *Sintaxe portuguesa; metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989. 247p.
- _____. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995. 380p.
- PESETSKY, David. *Wh - in - situ: movement and unselective binding*. In: REULAND, E., MEULEN, A. (Ed.). *The representation of (in)definiteness*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, p.98-129, 1987.
- POLLOCK, Jean-Yves. *Verb movement, universal grammar, and the structure of IP*. *Linguistic Inquiry*, 20, p.365-424, 1989.
- PONTES, Eunice. *Os determinantes em português*. In: *Anais do II Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro: PUC, p.204-220, 1977.
- _____. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987. 169p.
- REINHART, Tanya, REULAND, Eric. *Reflexivity*. *Linguistic Inquiry*, v.24, n.4, p.657-720, 1993.
- ROCHA, Antônio de Abreu. *Nova análise sintática*. Belo Horizonte: Vigília, 1962. 159p.
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. *Movimento de advérbios de modo em português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1978. 116p. (Dissertação: Mestrado em Lingüística).
- _____. *O objeto incorporado em português*. *Cadernos de Pesquisa*. Belo Horizonte: NAPq, Faculdade de Letras da UFMG, n.2, jan. 1992. 79p.
- STOWELL, Tim. *Small clause restructuring*. In: FREIDIN, Robert (Ed.). *Principles and parameters in comparative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1992. p.182-218.
- TAGNIN, Stella Ortweiler. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989. 88p. (Série Princípios, 173)
- TOZZER, Alfred M. *A maya grammar*. New York: Dover Publications Inc., 1977. 301p.
- TRAVIS, L. *Parameters and effects of word order variation*. Cambridge: MIT, 1984. (Tese: Ph.D.) apud BAKER, Mark C. *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- VELÁZQUEZ-CASTILLO, Maura. *Noun incorporation and object placement in discourse; the case of Guarani*. In: DOWING, Pamela, NOONAN, Michael. *Word order in discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 1995. p.555-579.

- VITRAL, Lorenzo Teixeira. *Structure de la proposition et syntaxe du mouvement en portugais brésilien*. Paris: Université de Paris - VIII, 1992. 386p. (Tese: Doctorat Nouveau Régime)
- WHITAKER FRANCHI, Regina Celi Moraes. *As construções ergativas; um estudo semântico e sintático*. Campinas: IEL - Universidade Estadual de Campinas, 1989. 193p. (Dissertação: Mestrado em Lingüística).
- WILLIAMS, Edwin. The NP cycle. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Massachusetts: MIT, vol. 12, n. 2, p.245-274, 1981 apud LUCAS, Rosana. *Perspectivas para uma nova abordagem da estrutura interna do SN em português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1988. 177p. (Dissertação: Mestrado em Lingüística)

ABSTRACT

This work investigates the grammatical behavior of the naked NP as an object in productive constructions of Portuguese. At first, it describes the syntactic and semantic aspects that characterize the naked NP: its distribution in Portuguese sentences and the semantic features that identify its interpretation. The description carried on in this thesis leads to the hypothesis that the incorporated reading of the naked NP arises in a systematic way. The next step in the research is an attempt to explain the facts described according to Principles-and-Parameters Theory, following and discussing the ideas of BAKER (1988; 1993) and FUKUI (1986), among others.

ERRATA

	página	onde se lê	leia-se
1)	39 (2º parágrafo, 2ª linha)	como os de (2.29) a (2.34)	como os de (2.29) a (2.31)
2)	44 (1ª linha)	(2.34)	(2.43)
3)	104 (último parágrafo, 1ª linha)	exemplos de (2.54) e (2.55)	exemplos de (3.54) e (3.55)
4)	105 (exemplo (3.55)b))	igual a pobre e rico	igual a pobre a rico
5)	121 (2ª linha)	v-ye-nakt-a-nuhwé-né	v-ye-nakt-a-nuhwe'-ne'
6)	151 (4ª linha)	caracteri-zação	caracterização